



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PESQUISA

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC
CNPq/UFAL/FAPEAL

ENEXO I

PROGRAMAS DE GOVERNOS DOS CANDIDATOS AO CARGO DE GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL (DF), GOIÁS (GO), PIAUÍ (PI) E SÃO PAULO (SP)

- Projeto: **MÍDIAS E ELEIÇÕES: *O Comportamento no Twitter de Candidatos a Governo nos Estados Brasileiros nas Eleições 2018***
- Projeto Específico: ***Twits e Agenda de Campanha: Correlacionando comportamento na rede social Twitter com Propostas de Campanhas***
- Orientador Gabriel A.M. Setti
- Orientanda Loruama Tereza Mascarenhas Cavalcante
- Resumo: Esse documento reúne selecionou as propostas sobre Educação, Saúde e Emprego, nos programas de governo dos candidatos ao cargo de governador de Estado, para as Eleições 2018, das seguintes UFs: DF, GO, PI e SP.

PROPOSTAS DE CAMPANHA PARA GOVERNO DO ESTADO

SUMÁRIO

Piauí	4
CANDIDATO: Wellington Dias	4
CANDIDATO: Dr. Pessoa	8
CANDIDATO: Elmano o veim trabalhador	11
CANDIDATO: Fábio Sérvio	15
CANDIDATO: Lourdes Melo	23
CANDIDATO: Luciane Santos	23
CANDIDATO: Luciano	24
CANDIDATO: Professora Sueli	25
CANDIDATO: Romualdo Seno	27
CANDIDATO: Valter Alencar	31
GOIÁS	33
CANDIDATO: Alda Lúcia	33
CANDIDATO: Daniel Vilela	33
CANDIDATO: Kátia Maria	44
CANDIDATO: Marcelo Lira	45
CANDIDATO: Weslei Garcia	51
SÃO PAULO	59
CANDIDATO: João Doria (PSDB)	59
CANDIDATO: Luiz Marinho² (PT)	64
CANDIDATO: Major Costa e Silva³	72
CANDIDATO: Marcio França (PSB)	74
CANDIDATO: Paulo Skaf (MDB)	79
CANDIDATO: Prof. Claudio Fernando (PMN)	84
CANDIDATA: Professora Lisete (PSOL)	85
CANDIDATO: Rodrigo Tavares (PRTB)	92
CANDIDATO: Rogerio Chequer (NOVO)	95
CANDIDATO: Toninho Ferreira (PSTU)	96
DISTRITO FEDERAL	97
CANDIDATO: Alberto Fraga (DEM)	97
CANDIDATO: Alexandre Guerra (NOVO)	100
CANDIDATA: Eliana Pedrosa (PROS)	108

CANDIDATA: Fátima Sousa (PSOL)	112
CANDIDATO: General Paulo Chagas (PRP)	119
CANDIDATO: Gullen (PSTU)	127
CANDIDATO: Ibaneis (MDB)	127
CANDIDATO: Júlio Miragaya (PT)	134
CANDIDATO: Rodrigo Rollemberg (PSB)	137
CANDIDATO: Rogerio Rosso (PSD)	140

Piauí

CANDIDATO: Wellington Dias¹

GERAÇÃO DE RENDA, INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA E QUALIDADE VIDA

1. Fortalecer a estrutura produtiva da agricultura familiar, agregando valores com o uso de tecnologias apropriadas, com ênfase nos arranjos produtivos locais e abordagem territorial;
2. Garantir serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a agricultura familiar, a partir da reestruturação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí (EMATER) e do estabelecimento de parcerias com empresas de assistência técnica;
3. Incentivar e consolidar modelo produtivo de base agroecológica;
4. Fomentar novos modelos de produção associativa, integrando e consolidando os arranjos produtivos locais e territoriais (apicultura, cajucultura, piscicultura)
5. Consolidar política de desenvolvimento social e econômica das comunidades quilombolas, tradicionais e assentamento rurais;
6. Ampliar as oportunidades de trabalho e de geração de renda, mediante incentivo ao empreendedorismo e a economia solidária;
7. Fomentar o acesso ao crédito nos territórios de desenvolvimento, a partir da constituição de parcerias entre instituições financeiras e Bancos Comunitários de Desenvolvimento;
8. Fortalecer a participação dos Conselhos Territoriais e das Câmaras Setoriais nos processos de planejamento, orçamento e monitoramento de políticas públicas;
9. Elaborar e implementar plano de qualificação e organização de empreendedores, voltado para as necessidades do mercado;
10. Diminuir a carga tributária, fortalecendo os micros, pequenos e médios empreendimentos, mediante a criação de programa estadual de estímulo ao empreendedorismo;
11. Elaborar e implementar Política de Inovação Tecnológica para atender demandas do mercado;
12. Apoiar micro, pequenas e médias empresas no acesso às linhas de créditos para melhoria da infraestrutura produtiva e capital de giro;
13. Priorizar as micro, pequenas e médias empresas nos processos de compras governamentais;
14. Incentivar e fortalecer o Programa de Parcerias Público-Privada para apoiar o desenvolvimento das infraestruturas rodoviária, portuária, tecnológica, econômica, social e lazer;
15. Dotar o estado de equipamentos de mobilidade urbana através de financiamentos e Parcerias Público-privada;
16. Fomentar iniciativas de turismo, voltadas para atração de novos investimentos e geração de trabalho e renda;

¹ Plano de governo

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/PI/2022802018/180000614002//proposta_1535630539978.pdf

17. Potencializar o turismo através da melhoria da infraestrutura dos polos turísticos do estado;
18. Elaborar e implementar política de desenvolvimento do setor de mineração com uso de tecnologias sustentáveis, mitigação de impactos ambientais e mediação de conflitos sociais;
19. Construir e implementar política de exploração de gás natural e petróleo com uso de tecnologias sustentáveis de modo a impactar positivamente na vida da população do território;
20. Consolidar política de aproveitamento do potencial das energias renováveis – eólica e solar;
21. Consolidar a estratégia de exportações através da industrialização na ZPE e Porto Seco, atraindo novos investimentos;
22. Criar núcleo especializado para atrair novos investimentos para o Estado;
23. Desenvolver políticas que possibilitem a elevação da competitividade do agronegócio;
24. Difundir estratégias e iniciativas de desenvolvimento sustentável do agronegócio;
25. Consolidar a bacia leiteira do estado com o estabelecimento de parcerias entre produtores e indústrias de beneficiamento e processo de leite e derivados;
26. Ampliar programa de regularização fundiária das terras estaduais para pequenos, médios e grandes produtores rurais, de modo a legalizar a sua ocupação atual;
27. Garantir o acesso à terra para as comunidades tradicionais, os quilombolas e os agricultores familiares;
28. Apoiar os municípios na criação de programa de regularização fundiária, transferindo a estes as terras estaduais que se localizem nas suas áreas urbanas;
29. Criar Parque Científico e Tecnológico do Piauí com laboratórios de inovação, Startups e incubadoras sustentáveis;
30. Fomentar a geração de empregos a partir de atividades inovadoras de ciência e tecnologia;
31. Fomentar a criação de startups como estratégia de geração de empregos para jovens.

ACESSO À SAÚDE E VIDA SAUDÁVEL

1. Descentralizar os serviços de saúde de média complexidade, fortalecendo a resolutividade dos hospitais regionais nos Territórios de Desenvolvimento.
2. Ampliar os serviços especializados nos municípios de Parnaíba, Teresina, Floriano, Campo Maior, Picos, São Raimundo Nonato e Bom Jesus;
3. Ampliar e fortalecer os serviços de atendimento à saúde materno/infantil no estado;
4. Implantar e fortalecer a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, quanto à ampliação do acesso aos serviços pactuados no Plano Estadual das Redes (Centros de Reabilitação/CER, Centros de fisioterapia, Triagem Neonatal) e expansão da Oficina Ortopédica Itinerante (Programa Passo a Frente).
5. Qualificar os serviços de saúde, com ênfase na integralidade do cuidado, humanização e equidade;
6. Implantar a Rede de Urgência e Emergência (RUE) nos territórios de desenvolvimento do estado, onde não existem;
7. Estimular a prática de atividades físicas nos municípios, oportunizando ao cidadão o acesso a serviços especializados para a prevenção da saúde.

8. Criar parcerias com a agricultura familiar para o acesso à alimentação adequada e saudável, priorizando as famílias e as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
9. Implantar Linhas de Cuidados no contexto das Redes de Atenção à Saúde do Idoso, às Doenças Negligenciadas, o Sobrepeso e a Obesidade e a Doença Falciforme (prevenção de sintomas);
10. Implementar o “Programa Vida no Trânsito” para diminuir riscos de lesões, sequelas e mortes por acidentes no trânsito, em parceria com outras instituições envolvidas;
11. Avançar nas coberturas vacinais da população como forma de evitar doenças imunopreveníveis, em parceria com os municípios, objetivando o alcance das metas vacinais.
12. Garantir o cuidado integral aos indígenas piauienses não aldeados, respeitando suas práticas de saúde e suas especificidades culturais, de forma articulada inter e intrasetorial (Projeto o Piauí tem Índio Sim);
13. Descentralizar a atenção secundária de atendimento ao público masculino por meio da implantação/implementação de polos de atenção de saúde do homem;
14. Estabelecer pacto para qualificar a atenção à mulher e a criança, reduzir a Mortalidade Materna, Infantil e Fetal em regime de colaboração com os 224 municípios do estado;
15. Ampliar a assistência ao pré-natal de alto risco nas Maternidades de Picos, Floriano, Piripiri, Bom Jesus, São João do Piauí e São Raimundo Nonato com vistas a qualificar a atenção à saúde.
16. Implantar e implementar serviços especializados de atenção às pessoas vítimas de violência sexual, estendendo o acesso para os 12 Territórios de Desenvolvimento.
17. Implantar e Implementar os Polos de Referência Secundária da Mulher para o diagnóstico de Câncer de mama e do útero.
18. Sistematizar dados sobre a Atenção Primária à Saúde em âmbito estadual, a partir de monitoramento e avaliação.
19. Qualificar a Atenção Primária em Saúde, promovendo a integração à Atenção Secundária, via oficinas de trabalho com o apoio do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde.
20. Implementar Política de Prevenção e redução de danos quanto ao Uso de álcool e outras drogas, promovendo atendimento especializado nos dispositivos de saúde com ênfase na reabilitação psicossocial dos usuários e familiares
21. Ampliar e qualificar o acesso da Rede de Atenção Psicossocial com ênfase no cuidado primário, secundário e terciário, objetivando a humanização na assistência e na reabilitação psicossocial, conforme preconiza a política de saúde mental em dispositivos abertos e comunitários;
22. Implantar o Plano Estadual de Prevenção ao Suicídio com ações de prevenção e promoção em saúde mental, vigilância e assistência em saúde, com a finalidade de reduzir a incidência de óbitos e/ou tentativas de suicídio no Estado.
23. Promover ações de vigilância em saúde para evitar ou reduzir as ocorrências das doenças tropicais emergentes e negligenciadas (dengue, zika, chikungunya, doença de chagas, leishmanioses, hanseníase, entre outras).
24. Intensificar ações e medidas de promoção de saúde para controlar e reduzir os fatores de risco ambientais em saúde, tais como: qualidade da água para consumo humano, vetores de importância de saúde pública (aedes, flebótomo, triatomíneo), agrotóxicos, queimadas, etc.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, INCLUSIVA E PARA FORMAÇÃO HUMANA

1. Assegurar educação inclusiva com acesso e atendimento educacional especializado às pessoas com deficiências, garantindo direitos de proteção contra preconceitos de raça, credo, cor, gênero, classe social e orientação sexual;
2. Garantir a qualidade do ensino, reduzindo a evasão, reprovação, distorção idade série, elevando as médias do IDEB para a educação básica;
3. Garantir ensino fundamental através de Pacto Federativo e Regime de Colaboração entre Estado e Municípios
4. Assegurar a formação continuada de professores para produção de material pedagógico, tendo como base o regime de colaboração com os municípios;
5. Ampliar a oferta de vagas para o Ensino médio, desenvolvendo ações pedagógicas que assegurem a permanência e a conclusão com sucesso;
6. Fortalecer a política de escolas em tempo integral, priorizando o ensino médio integrado à educação profissional;
7. Elevar a matrícula (urbana e rural) da educação profissional técnica de nível médio, assegurando oferta dos cursos de acordo com o perfil vocacional dos territórios;
8. Garantir o acesso à educação contextualizada para mulheres e homens do campo;
9. Implantar o programa de certificação profissional – CERTIFIQUE;
10. Elevar a taxa de alfabetização da população de quinze anos ou mais, buscando erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir o analfabetismo funcional;
11. Elevar a escolaridade da população de 15 anos ou mais no ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA);
12. Elevar a escolaridade da população de 18 anos ou mais no ensino médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)
13. Implantar o PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos;
14. Elevar o número de cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) na UESPI;
15. Elevar taxa de matrícula na Educação de Nível Superior;
16. Modernizar os CAMPI da UESPI priorizando as demandas dos Territórios de Desenvolvimento;
17. Estruturar e ampliar o número de polos da UAB e UAPI, potencializando o ensino e aprendizagem dos alunos;
18. Valorizar o Profissional da Educação (professores e corpo administrativo), garantindo condições de trabalho da categoria, formação continuada em nível de pós-graduação (lato sensu).
19. Assegurar a formação permanente dos professores em serviço (rede estadual e municipal), nos Centros de Formação dos Profissionais da Educação e parcerias com as Instituições de Ensino Superior (UESPI, UFPI, IFPI e outras);
20. Promover atividades psicopedagógicas que apoiem os alunos na elaboração do projeto de vida, na orientação para o mundo do trabalho;
21. Estimular o acesso de estudantes ao Centro de Línguas, fortalecendo o potencial linguístico dos alunos da rede pública;
22. Estabelecer parcerias para viabilizar assistência aos alunos com vulnerabilidade psicossocial e emocional;

23. Realizar, a cada dois anos, olimpíadas escolares para estimular a prática de esporte e a vida saudável nas escolas públicas;
24. Revisar, socializar e validar o Plano Estadual de Cultura;
25. Estabelecer parcerias para viabilizar a restauração e recuperação do patrimônio cultural do Piauí.

CANDIDATO: Dr. Pessoa²

EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

1. Criar uma política pública de Estado de excelência para educação em tempo integral gratuita alinhada com a implementação de uma nova proposta pedagógica, com processos de avaliação institucional e educacional permanentes;
2. Propor de mecanismos que possibilitem superar a dualidade da educação no Ensino Médio, com vistas à implementação de uma escola que contemple a aprendizagem escolar regular, mas também a cultura técnica/industrialmente e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual;
3. Apoiar as escolas na elaboração do Projeto Político Pedagógico e na formação local, com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem;
4. Incentivar a colocação de recursos de multimídia no ambiente escolar como televisão, internet e de informática, como elementos do processo de ensino aprendizagem, a serviço de formação dos alunos e do aprimoramento dos professores;
5. Incentivar a formação de um corpo de professores das redes públicas de ensino, com elevado grau de profissionalismo e competência, capaz de comprometer-se com a gestão escolar democrática, com o envolvimento da comunidade, na busca da qualidade do ensino;
6. Garantir investimentos e meios para a valorização e qualificação técnica dos professores, bem como a melhoria dos seus salários e dos demais profissionais da educação;
7. Garantir recursos orçamentários e financeiros para aquisição do material escolar e de uniformes completos, para todos os alunos;
8. Expandir a rede pública de ensino com qualidade, garantindo aos estudantes, no Ensino
9. Médio, a opção pelo Ensino Técnico, principalmente naquelas áreas profissionais que mais demandam pessoal qualificado de nível técnico, visando sua qualificação para o mercado de trabalho;
10. Criar convênios com empresas privadas, incentivando-as a contratar estudantes concludentes do Ensino Técnico;
11. Apoiar ações públicas de apoio ao ingresso no Ensino Superior; Aperfeiçoar a política de valorização contínua de professores e demais carreiras da Educação;

² Plano de governo

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/PI/2022802018/180000608749//proposta_1534533745273.pdf

12. A Secretaria Estadual de Educação será gerida por técnicos especialistas da área de educação;
13. Criar a rede piauienses de apoio à inovação tecnológica com envolvimento dos municípios.

SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

1. Discutir, defender e implantar o paradigma da saúde num pacto de gestão pela vida e em defesa dos princípios do SUS;
2. Apoiar a defesa do financiamento de recursos complementares sem repercussões comprometedoras aos princípios básicos do SUS da Universalidade, Equidade e Integralidade;
3. Desenvolver estudos para identificar a necessidade e viabilidade de celebrar contratos de gestão com Organizações Sociais - OS, cujas atividades estão dirigidas à Saúde, conforme disposto na Lei Federal nº 9.637/18, de 15/05/1998, para fomento e execução das atividades de atendimento do Sistema Único de Saúde - SUS, com a interveniência das Secretaria Estadual de Saúde, devendo ficar sob o controle social da população, por meio do Conselho Estadual de Saúde, com a realização rotineira de auditorias nos serviços contratados;
4. Implantar o “Modelo de Atenção Integral à Saúde”, para promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde integral do cidadão;
5. Buscar por qualidade e humanização do atendimento segundo preconizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS;
6. Estabelecer os Centros de Referência de Telemedicina com plantões 24 h;
7. Ampliar a rede de atendimento especializado, descentralizando-o para todo o Estado, aumentando a oferta de hospitais nas áreas de maior demanda da população;
8. Estimular ações voltadas à saúde e bem-estar dos idosos;
9. Trabalhar pela ampliação do Programa Saúde da Família para que seu atendimento da população piauiense;
10. Apoiar o enfrentamento da dependência de álcool, cigarro e outras drogas, diminuindo os problemas de saúde pública;
11. Valorizar e capacitar os profissionais da saúde;
12. Repassar recursos da arrecadação estadual, como faz o governo federal, para os mesmos programas estratégicos segundo resultados conquistados, de tal forma a facilitar sua execução no âmbito municipal;
13. Melhorar as condições de saúde da população, intensificando a articulação em rede em todo o território piauiense, ampliando o acesso, a qualidade e a integralidade do serviço prestado ao cidadão; SAÚDE DE SANEAMENTO BÁSICO 36
14. Ampliar a rede de ambulatórios especializados para o interior do Estado;
15. Implantar o Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem;
16. Implantar nova logística de armazenamento e distribuição gratuita de medicamentos;
17. Implantar novo sistema de controle de custos nos serviços de saúde do Estado;
18. Criar um sistema de gestão para zerar as filas na frente dos hospitais, proporcionando rapidez nas consultas e exames nos Postos de Saúde;
19. O Secretário de Saúde será um profissional ligado à área;

20. Buscar parcerias e investir na ampliação da rede de esgoto no Estado;
21. Priorizar o investimento no saneamento básico, inclusive sob a ótica da possibilidade de geração de energia a partir do tratamento do esgoto serão incentivadas;
22. Cria um 1 hospital padrão em cada Sub-Governadoria que irá solucionar de 80% a 90% dos casos de urgência e emergência que viriam para Teresina;
23. Incentivar novos negócios a partir da redução da geração, do reuso, do reaproveitamento, da reciclagem e da recuperação energética dos resíduos, como preconiza a lei sobre resíduos sólidos.

EMPREGO, RENDA E GERAÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS

1. Incentivar o surgimento de novos negócios e *start ups*;
2. Envidar esforços para que, tanto as organizações dos trabalhadores como as dos empresários atuem de forma responsável nas relações de trabalho, buscando o aumento da renda dos trabalhadores e a melhoria da produtividade;
3. Incentivar a Conciliação da Mediação, da Arbitragem e da Jurisdição nas relações de trabalho;
4. Atração de novos investimentos em infraestrutura em parceria com o ente privado que se interliguem com as estruturas e projetos existentes no Estado, fortalecendo as potencialidades econômicas locais, gerando emprego e renda para voltarmos a crescer.
5. Apoio e criação dos cinturões produtivos e complexos industriais no Estado.
6. Promover o crescimento econômico desenvolvendo políticas públicas distributivas, com instrumentos que garantam aos trabalhadores a participação nos lucros e resultados das empresas;
7. Estimular o fomento e a geração de renda no Estado, por meio de incentivos ao Microempreendedor Individual - MEI;
8. Incentivar a realização de fóruns estaduais ou regionais para promover a discussão, capacitação e estímulo ao desenvolvimento de atividades econômicas por meio de MEI;
9. Direcionar as políticas econômicas no Estado para a geração e o crescimento do emprego, estabelecendo-se metas;
10. Desenvolver políticas de crédito compatível com o capital dos pequenos e microempreendedores, tanto nas zonas rurais como nas urbanas, por meio do microcrédito bancário, criando a figura do “personal” empreendedor;
11. Ampliar as políticas públicas do Estado para o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais - APLs;
12. Implementar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo no Estado, como fonte de geração de emprego e renda;
13. Implementar políticas de ampliação da economia solidária;
14. Dinamizar a cadeia produtiva do turismo;
15. Fortalecer a prática do turismo sustentável.

CANDIDATO: Elmano o vein trabalhador³

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

1. Educação

- Estimular, em parceria com as prefeituras municipais, a universalização da educação infantil para todas as crianças de 4 e 5 anos, e pelo menos 50% das crianças de até 3 anos de idade;
- Promover políticas que assegurem o acesso à escola e combatam a evasão, garantindo a permanência das crianças até a conclusão do Ensino Fundamental;
- Universalizar o atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2022, a taxa de matrículas no ensino médio para 50%;
- Implantar em caráter definitivo as Escolas de Tempo Integral em todas as regiões do estado, com apoio à prática de esportes, atividades culturais, lazer e reforço escolar, além de ações para estimular a participação das famílias dos alunos nas atividades da escola.
- Assegurar que todos os professores da educação básica possuam formação superior, obtida em curso de licenciatura na sua área de atuação;
- Fortalecer a educação básica, por meio de um Programa de Qualidade na Educação sustentado nos pilares: qualificação dos professores (oferta de cursos de capacitação); planos salarial e de carreira mais justos para professores e funcionários (o piso salarial no Piauí é apenas 8% acima do piso nacional, e os professores recebem menos da metade (46%) do piso do vizinho estado do Maranhão); e reestruturação física das escolas (reforma, manutenção, ampliação e modernização, aquisição de mobiliário, equipamentos e adequação tecnológica);
- Universalizar, para a faixa etária de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento na rede pública de ensino.
- Garantir a oferta de educação de jovens e adultos a todos que não concluíram o ensino na idade regular; - Fortalecer o ensino técnico e tecnológico, como formação voltada para o mercado de trabalho e para o projeto de desenvolvimento do Estado;
- Garantir a expansão da Universidade Aberta, de modo a alcançar todos municípios do Estado, por meio de parcerias com a UESPI, UFPI e IFPI, fortalecendo a Educação à distância;
- Fortalecer a UESPI para resgatá-la das condições precárias atuais em todo o Estado, por meio de melhorias em suas condições de infraestrutura, aumento do corpo docente e técnico, novo plano salarial, e apoio a projetos de Pesquisa e Extensão. A UESPI vive seu momento de maior dificuldade nos últimos vinte anos seus professores acumulam perdas salariais de 33% nos últimos cinco anos;

³ Plano de governo

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/PI/2022802018/180000615497//proposta_1534357863600.pdf

- Encaminhar à Assembleia Legislativa projeto de lei que regulamente a autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial da UESPI.

2. Ciência, Tecnologia e Inovação

- Implantar um programa “partnership” para resgate da dívida histórica do Brasil com o Piauí, por meio de Termos de Cooperação celebrados pelo Governo do Piauí e prefeituras piauienses com os demais estados brasileiros, empresariado local e nacional e entidades do Sistema “S”;
- Implantar nos próximos quatro anos Centros Vocacionais Tecnológicos em cidades-polo distribuídas em todas as regiões do Estado, formando uma matriz de desenvolvimento das principais cadeias produtivas regionais;
- Aperfeiçoar e ampliar as linhas de crédito disponíveis na Agência Piauí de Fomento com condições diferenciadas de análise de crédito, garantias, juros e prazos às empresas incubadas e às inovadoras;
- Estimular o fortalecimento do modelo de incubação de empresas e apoiar as startups pelas incubadoras estaduais, incluindo a expansão dos ramos de atividades das empresas selecionadas para integrar as incubadoras;
- Incentivar o apoio de grandes e médias empresas aos projetos de incubação de pequenos negócios inovadores;
- Estimular as instituições de ensino, públicas e privadas, a manterem centros de pesquisas e promoverem estudos e feiras de tecnologia e inovação voltadas para os pequenos negócios;
- Promover programas para formação e capacitação de pesquisadores e professores.
- Disponibilizar internet de qualidade a todos os municípios do Piauí.

SAÚDE E SEGURIDADE SOCIAL

- Priorizar a recuperação financeira do IASPI/PLAMTA, que tem sofrido com a falta de pontualidade do Estado no repasse das contribuições dos servidores públicos;
- Fortalecer o programa de atenção básica, mediante diálogo constante com os municípios por meio de um suporte técnico e financeiro;
- Instituir contratos de gestão e termos de parceria com Organizações Sociais idôneas e experientes para o desenvolvimento de ações de saúde;
- Promover a interiorização da assistência à saúde, mediante o estabelecimento de planos de carreira para os profissionais de saúde integrados ao SUS;
- Promover parcerias com instituições formadoras de profissionais em saúde, principalmente piauienses, para qualificar os quadros do Estado;
- Estabelecer interface com instituições (sociedade civil, academia, Sistema “S”, entre outras) para promover a formação e capacitação de recursos humanos para a gestão da saúde, estendendo a expertise do Polo de Saúde de Teresina para as instituições públicas do interior;
- Implantar o “salário emocional” no serviço público como estratégia de engajamento dos colaboradores e profissionais em benefício da assistência e qualidade em saúde;

- Fortalecer e padronizar a assistência nos hospitais regionais, criar condições adequadas para os profissionais de saúde e garantir estabilidade profissional;
- Adotar programas diferenciados na assistência às doenças crônico-degenerativas, tais como câncer, doenças do coração e trauma;
- Estimular a promoção do diagnóstico precoce;
- Criar postos de assistência especializada nos municípios em parceria com as prefeituras e a iniciativa privada;
- Colaborar com instituições promotoras de programas de residências multiprofissionais e na formação dos seus interlocutores;
- Promover e ampliar a assistência materno-infantil no período gestacional através do fortalecimento da Rede Cegonha com novos leitos neonatais e obstétricos;
- Promover a assistência ao paciente psiquiátrico integrado na assistência global;
- Estimular a implantação de programas de telemedicina para integrar diferentes áreas do Estado, qualificando profissionais da saúde, incorporar novas tecnologias e implantar o e-SUS;
- Assegurar o fornecimento de medicamentos adequados à população;
- Melhorar a assistência ao paciente usuário de drogas, adotando medidas de amparo e qualificação de profissionais da rede de saúde mental;
- Consolidar uma rede estadual de assistência à pessoa portadora de necessidades especiais;
- Fortalecer as macrorregionais de saúde, com suporte da Secretaria de Saúde do Piauí;
- Incentivar e dar suporte à formação de conselhos locais de saúde;
- Ampliar o investimento nas regionais de saúde na atenção básica, secundária e terciária;
- Financiar pesquisas direcionadas à assistência em saúde no Estado, promovendo a qualificação, educação, capacitação e a produção de conhecimentos dentro do cluster de ação do SUS;
- Reestruturar a Maternidade Evangelina Rosa e garantir a construção do novo Complexo Materno-Infantil do Estado do Piauí;
- Ampliar a política de atendimento das pessoas com mais de 60 anos.
- Implantar nos 10 hospitais regionais o AMBULATÓRIO DO TRABALHADOR, com horário de funcionamento das 18h às 22h para atender à população que trabalha em dois turnos e por isso tem dificuldades de acesso ao atendimento em saúde na rede pública.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1. Desenvolvimento Regional Vocacionado

- Desenvolver e implantar um plano de desenvolvimento regional, baseado em mapeamento das aptidões de negócios no Estado e na análise das informações dos principais setores de arranjos e cadeias de produção do Estado.
- Fomentar a criação de consórcios intermunicipais de desenvolvimento regional e organizá-los em APLs, formar incubadoras, fornecer cursos de capacitação, organizar rodadas de negócios, promover as empresas em canais regionais, prepará-las para o comércio exterior;

- Estimular a organização dos pequenos negócios nas diversas regiões em seus mais variados ramos de atividade por meio do associativismo e cooperativismo, de modo a proporcionar a estruturação desses importantes mecanismos de organização empresarial;
- Incentivar ações de treinamento e capacitação técnica e empresarial nos APLs, considerando-se a similaridade de processos e até mesmo dos desafios de gestão.
- Divulgar, via web, metas, resultados, programas e ações do Governo Estadual referentes ao desenvolvimento regional e encadeamento produtivo, facilitando acesso às informações.

POLÍTICAS ESPECIAIS

1. Empreendedorismo

- Criar políticas públicas e mecanismos para o fiel cumprimento da legislação de incentivos às Micro e Pequenas Empresas, nos moldes da Lei Complementar nº 123/2006;
- Estimular o parlamento estadual para criação de uma Frente Parlamentar voltada às questões relacionadas às Micro e Pequenas Empresas;
- Estruturar e criar ambiente e tratamento especial aos pequenos negócios e empresas na estrutura organizacional do Estado do Piauí, especialmente nas Secretarias voltadas aos negócios privados, como é o caso da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico e da Secretaria de Estado de Administração, Recursos Humanos e Previdência Social que possuem identidade com a Lei Complementar nº 123/2006;
- Criar estrutura organizacional ligada ao Gabinete do Governador com o fim de fazer a interface com todos os órgãos estaduais e ações voltadas ao empreendedorismo e aos pequenos negócios (SEAD, SEDET, SETRE);
- Instituir programas, políticas públicas voltadas à redução da informalidade dos pequenos negócios;
- Estruturar os setores de compras do Estado, facilitando o acesso aos pequenos negócios e priorizar o pagamento aos pequenos negócios; - Fortalecer a PIAUÍ FOMENTO, a Agência de Fomento do Estado, criada pela Lei Estadual nº 5.823/2008, no cumprimento de seu objetivo social, permitindo a Agência conceder apoio financeiro às micro, pequenas e médias empresas e produtores rurais.
- Ampliar, no orçamento-geral do Estado, as linhas de crédito para parte das operações dos pequenos negócios;
- Criar nos órgãos correlatos as Salas do Empreendedor, e ampliar os espaços para atendimento e orientação a estes.

2. Empreendedorismo Social

- Estimular novos empreendedores sociais no Piauí, apoiando eventos formadores de gestores e qualificação de voluntários sociais;
- Manter uma rede de interligação entre Associações, Fundações, ONGs, OS e OSCIPs que promovam o empreendedorismo social no Estado;

- Fomentar ações que permitam uma consistência de empreendedorismo social no Estado;
- Promover a utilização de técnicas de gestão, inovação, criatividade e sustentabilidade com o propósito de maximizar o capital social no Piauí;
- Qualificar e dar suporte às instituições de empreendedorismo social no que concerne aos mecanismos de obtenção de recursos humanos e financeiros;
- Adotar políticas públicas que auxiliem instituições de 3º setor por meio de um órgão que realize a mediação e o gerenciamento de ações na área, ofertando suporte ao empreendedorismo social.

CANDIDATO: Fábio Sérvio⁴

EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

▪ EDUCAÇÃO

- Valorizar os trabalhadores da educação por meio do provimento de recursos humanos nas escolas estaduais, colocando-os no centro das políticas educacionais e garantindo o Plano de Carreira para o Magistério Público Estadual;
- Reorganizar o Sistema da Rede Estadual de Ensino e a estrutura administrativa para oferecer melhor atendimento à comunidade acadêmica das diversas etapas e modalidades de ensino bem como de incentivo à prática desportiva pela formação e preparação de atletas para participação em competições escolares;
- Oferecer condições efetivas de funcionamento para que as escolas com menores Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) possam evoluir em direção à melhoria da qualidade do ensino;
- Ampliar programa de atendimento especializado na área da saúde e assistência social, aos alunos da Rede Estadual de Ensino com necessidades especiais;
- Ampliar a capacidade de geração e difusão de conhecimentos, pesquisas e inovação tecnológica na educação;
- Promover formação continuada para que os docentes tenham habilidades tecnológicas para desenvolver sua prática educativa voltada para a inclusão digital;
- Celebrar parcerias com a Universidade Federal do Piauí (UFPI), com o Instituto Federal de Educação (IFPI), com o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), com centros e faculdades privadas que atuam no Estado, além do envolvimento da Universidade Estadual do Piauí na pós-graduação (Mestrado e Doutorado) para favorecer uma melhor sistematização e aprofundamento do conhecimento científico.
- Construir um novo espaço escolar e/ou adequação dos existentes, onde a comunidade possa ser ouvida e orientada quanto às decisões administrativas, pedagógicas e financeiras, por meio das relações de respeito entre a SEDUC/PI, GREs, e Instituições e de suas relações internas;

⁴ Plano de Governo

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/PI/2022802018/180000625909//proposta_1534380106930.pdf

- Implantar o Sistema Colégio Militar do Piauí (SCM/PI) na Rede Pública de Ensino, em cidades polos, com gestão militar em parceria com a Polícia Militar do Piauí e com o Exército Brasileiro;
- Efetivar um Plano de Manutenção Preventiva e Recuperação da estrutura física das escolas públicas estaduais, a partir de dados objetivos em sintonia com as reais necessidades da população assistida;

SAÚDE

- Fortalecer a equipe técnica da Secretaria de Saúde para apoiar os municípios no desenvolvimento de estratégias voltada para a Saúde da Família, de acordo com as Normas Nacionais.
- Implantar projeto de reestruturação regionalizada dos serviços assistenciais de referência nas especialidades de média e alta complexidade, em sintonia com a real necessidade de cada polo, a ser aferida de acordo com dados objetivos de atendimentos;
- Reorientar o Plano Diretor de Investimento (PDI) visando à implementação das Redes de Saúde nos territórios e polos de saúde, com base em diagnósticos da realidade de todas as unidades de saúde, visando o planejamento de investimentos em reformas, ampliações e aquisição de equipamentos, de acordo com o interesse público e a necessidade da população atendida.
- Realizar nova programação para as ações e serviços de Saúde, objetivando assegurar a assistência à saúde, o fortalecimento da Atenção Básica e a maior resolutividade dos casos de urgência e emergência na rede hospitalar estadual;
- Restabelecer e manter o funcionamento de todas as unidades de saúde da rede estadual, com qualidade e eficiência, merecendo especial destaque os Hospitais Regionais, assegurando aos profissionais de saúde toda a infraestrutura para o desempenho de toda as suas potencialidades técnicas em favor da saúde das famílias piauienses;
- Condicionar transferências voluntárias de recursos aos municípios à implantação de ações de atenção integral à saúde da mulher e de creches no território municipal;
- Instituir Equipe Médica de alta qualificação intensivista para coordenação dos profissionais dos SAMUs regionais, assegurando corretas orientações quanto aos atendimentos a serem efetivados na rede local e transferências necessárias. Rearticular e integrar as Redes de Atenção à Saúde (Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial; Rede de Urgência e Emergência; Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência), implementando equipes, estruturas e equipamentos adequados à interação e inter-relacionamento técnico.
- Implementar Centros Especializados de Odontologia (CEO), um em cada território, beneficiando a toda a população do interior do Estado e articulação com os serviços de alta complexidade das UTIs;
- Criar serviços de cardiologia e hemodinâmica no HGV e HILP integrada à Rede Urgência e Emergência Formar parceria com os municípios de forma a implementar equipe de pequenas cirurgias nos hospitais municipais e regionais, desafogando os hospitais de média e alta complexidade;
- Instituir equipes de elaboração de projetos para implementação dos serviços de saúde com financiamento federal, evitando-se a devolução de recursos federais;

- Estimular à organização social e política da população para o fortalecimento do controle social;
- Construir Maternidade de Teresina, dotando-a de Centro Cirúrgico Pediátrico, observadas as condicionantes previstas na Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002;
- Construir Hospital Infantil de Teresina: Implantando mais 4 salas no Centro Cirúrgico e desativando o Centro Cirúrgico Pediátrico do HGV;
- Ampliando em 20 leitos de enfermaria para atender as exigências da Rede de Urgência e Emergência;
- Ampliando a quantidade de ambulatórios de 09 para 20, de forma a comportar todas as especialidades disponibilizadas para o atendimento médico das crianças e adolescentes;
- Implantando uma UTI semi intensiva;
- Aumentando a quantidade de UTI de uma para duas, saltando de 10 para 20 leitos; reformulando o fluxo do material da Central de Material Esterilizado, dotando-as de elevador e segmentação de ambientes diferenciados;
- Ampliando o setor de farmácia; Ampliando, estruturando e compartimentando o almoxarifado;
- Criando uma enfermaria hebiátrica para tratamento dos adolescentes em compartimento diferenciado daquele destinado às crianças;
- Implantando espaço educacional e espaços lúdicos observadas as condicionantes previstas na Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002;
- Assegurando atendimentos capazes de gerar receita suficiente para assegurar autonomia financeira própria;
- Reforma do Hospital de Doenças Tropicais, adaptando a estrutura à RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002;
- Construir e equipar, no HGV: Central de Esterilização de instrumentais cirúrgicos para atender a rede de hospitais estaduais em Teresina; Central Bioquímica e Central de Lavanderia e fazer funcionar física e digitalmente a Central de Laudo para atender a rede de hospitais estaduais;
- Assegurar, em parceria com a concessionária de energia, o fornecimento de energia elétrica de qualidade, garantindo o funcionamento adequado dos Hospitais do Polo hospitalar de Teresina;
- Implantar o Prontuário Eletrônico na capital e na rede de hospitais estaduais, em parceria com os municípios, para que todo paciente tenha sua história médica online disponível em qualquer unidade pública de saúde do Estado.
- Fazer concurso para contratar mais profissionais da saúde, ampliando a rede de atendimento nas especialidades necessárias Pactuar com outras unidades federadas, via acordos realizados nas Comissões Intergestores Bipartite (CIB), mediados por representante do governo federal, ressarcimento dos atendimentos de pacientes de outras unidades da federação, objetivando assegurar a transferência de recursos pactuados para o custeio dessas ações e serviços de saúde;
- Fomentar a formulação de pactos entre municípios vizinhos, via acordos realizados nas Comissões Intergestores Bipartite (CIB), mediados por representante do governo estadual, objetivando o ressarcimento dos atendimentos de pacientes municipais de outras cidades, assegurando a transferência de recursos pactuados para o custeio dessas ações e serviços de saúde;

- Instituir, em parceria com os municípios, a partir dos atendimentos realizados na rede hospitalar estadual, o acompanhamento domiciliar complementar extensivo as pessoas com doenças crônicas, mediante o emprego de equipes de saúde da família;
- Ampliar alternativas de desospitalização, aprimorando Programa de Internação Domiciliar;
- Complementar a tabela do SUS, assegurando equilíbrio financeiro aos procedimentos realizados;
- Fortalecer e desburocratizar o sistema de manutenção dos equipamentos e mobiliário;
- Aumentar a resolutividade dos serviços de saúde de municípios e territórios de saúde do Estado, diminuindo a dependência da estrutura de Teresina;
- Reestruturar, fortalecer e ampliar a capacidade das Coordenadorias Regionais de Saúde para efetivo apoio e acompanhamento dos municípios no fortalecimento das Redes de Atenção à Saúde;
- Rever e adequar a política de contratação dos profissionais de saúde, de acordo com as normatizações de prestação de serviço hospitalar do Ministério da Saúde;
- Investir e aumentar a capacidade instalada de serviços de urgência e emergência pediátrica nas macrorregiões de saúde do Estado;
- Humanizar o atendimento na saúde e garantir o cumprimento da determinação que permite acompanhante para a gestante durante a internação;
- Avançar na descentralização das ações de qualificação profissional e educação permanente em saúde no interior do Estado;
- Instituir a política de valorização dos trabalhadores em saúde com gestão participativa, colaborativa e dialógica;
- Desenvolver capacitações para os gestores públicos de saúde sobre como melhor investir e administrar os recursos públicos;
- Assegurar o financiamento para as Residências em saúde existente no Estado;
- Rever o funcionamento e financiamento da assistência farmacêutica do estado, priorizando o fornecimento de medicamentos indispensáveis mediante aquisição através de processos licitatórios com edital aberto a distribuidores e fabricantes;
- Rever os processos de aquisição de equipamentos e materiais hospitalares, mediante aquisição através de processos licitatórios com edital aberto a distribuidores e fabricantes;
- Reestruturar a política de apoio aos Hospitais de Pequeno Porte (HPP), tornando racional a destinação e aplicação dos recursos financeiros para investimentos e custeio, tomando por base indicadores sociais e de saúde;
- Ampliar os leitos de UTI neonatal e adultos nas regiões de saúde do Estado;
- Ampliar a especialidade traumatológica nos hospitais polos e hospitais de alta complexidade;
- Buscar a suficiência de leitos e de profissionais da saúde que garantam o atendimento necessário aos cidadãos usuários no tempo preciso;
- Rever o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para todas as categorias profissionais da saúde, corpo administrativo e apoio técnico;
- Desenvolver política de tratamento para usuários de álcool e outras drogas e seus familiares, ampliando as parcerias com ONGs e Comunidades Terapêuticas;
- Ampliar o número CAPS para acompanhamento psicossocial, desintoxicação e tratamento dos dependentes químicos;

- Ampliar a divulgação para população sobre a importância, responsabilidade e o papel dos conselhos de saúde (juntamente aos demais conselhos de políticas públicas);
- Fortalecer o controle social, como instrumento de participação coletiva voltada para a aferição da efetividade e utilidade dos investimentos em saúde;
- Instituir uma gestão mais participativa, considerando o protagonismo de usuários, trabalhadores e gestores na definição das políticas e saúde;
- Respeitar a competência legal dos conselhos na formulação e fiscalização das políticas de saúde.

DO EMPREGO E DA RENDA

- Implantar uma política pública de trabalho que reduza os índices de desemprego que crie e desenvolva as condições favoráveis aos Arranjos Produtivos, assegure as oportunidades reais de investimentos para os pequenos, médios e micros negócios; que incentive e fortaleça as formas associativas de produção e comercialização do artesanato. Para sua concretização conta com mais 10 programas de ações e apoio.

DAS PEQUENAS E MICRO EMPRESAS

- Estimular, fortalecer e incentivar a organização das Micros e Pequenas Empresas em Arranjos Produtivos, ASSOCIAÇÕES, Cooperativas, Condomínios de Produção, facilitar o acesso ao crédito e à tecnologia. Especificados mais 5 programas para o crescimento destas de atividades.

DO DESENVOLVIMENTO RURAL

- Definir estratégias para o desenvolvimento rural e do agronegócio, viabilizando a infraestrutura, melhorando as condições logísticas e de comercialização, definir mecanismos de inclusão social, incentivando a agricultura familiar, os pequenos e médios produtores, disponibilizando linhas de crédito com acesso facilitado. Foram definidos mais 14 programas de apoio.

DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

- Discutir e implantar uma política articulada entre o setor industrial, os organismos multilaterais, os bancos de desenvolvimento e Governo Federal;
- Desenvolver e implantar uma política de incentivos a incubadoras e de parques tecnológicos, incentivando o desenvolvimento regional;
- Atrair indústrias de natureza porte estruturador e com forte base tecnológica. Existem mais 6 programas de desenvolvimento industrial;
- Alterar a legislação sobre cobrança do ICMS no tocante à diferença de alíquotas nas aquisições interestaduais relativas a microempresas e pequenas empresas optantes do SIMPLES. O objetivo é criar novas faixas de faturamento e percentuais para efeito de cobrança do citado imposto, no caso indicado, beneficiando mais de 100 mil empresas em todo o Estado. A medida trará mais capacidade de investimento, competitividade e empregos no segmento.
- Implantar uma política industrial ousada, que aproveite a oferta de gás (com a construção de gasodutos), energia (inclusive eólica), água e matérias-primas,

qualificando os trabalhadores Piauienses. Seja para exportações, seja para o crescente mercado interno do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o Piauí tem uma localização geográfica que é um importante diferencial competitivo, que será adequadamente explorado.

- Investir na estruturação e na promoção de todos os polos de turismo interno e internacional atualmente explorados no Piauí. Os investimentos serão voltados prioritariamente aos seguintes segmentos: sol e praia, ecoturismo e turismo de aventura; cultura; negócios e eventos.
- Concluir todas as estradas vinculadas aos recursos do BNDES (Governo Federal).
- Apoiar as prefeituras na recuperação permanente das estradas vicinais, especialmente as destinadas ao escoamento da produção, complementando o trabalho das máquinas entregues pelo P (Governo Federal).
- Apoiar as prefeituras na recuperação permanente das estradas vicinais, especialmente as destinadas ao escoamento da produção, complementando o trabalho das máquinas entregues pelo PAC (Governo Federal) aos municípios em 2013 e 2014.
- Vamos investir para que o asfalto chegue aos grandes povoados dos municípios. Manter permanentemente uma Mesa de Negociação com as entidades representativas dos servidores públicos, visando ao encaminhamento e a soluções para reivindicações relativas à remuneração, planos de carreiras, programas de capacitação e condições de trabalho.
- Adotar, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento, um sistema de metas de desempenho para todas as áreas de governo. As metas serão públicas e fiscalizadas pela sociedade. As primeiras metas, que serão implantadas em fevereiro de 2019, irão se referir aos seguintes pontos:
 - I. Melhoria dos indicadores da qualidade educacional;
 - II. Redução da mortalidade infantil e materna;
 - III. Redução de crimes, especialmente os violentos e o tráfico de drogas;
 - IV. Número de novas habitações construídas;
 - V. Quantidade de residências atendidas por sistemas de abastecimento d'água e por banheiros.
- Implantar o Programa Piauiense de Biocombustíveis, desenvolvendo projetos de geração de energia renovável que se integrem ao mercado internacional e possam abrir mais oportunidades à agricultura familiar.
- Cuidar de todas as Unidades de Conservação criadas no território Piauiense, para que elas cumpram funções econômicas e ecológicas. O objetivo de preservação do meio ambiente não pode ser incompatível com investimentos e a geração de empregos. Será conferida especial ênfase às Áreas de Preservação Permanente (APPs), essenciais para que nossos rios não morram.
- Concluir o Zoneamento Econômico-Ecológico do Piauí. Implantar parâmetros transparentes e céleres para a concessão de Licenciamento Ambiental, nos termos da Lei Complementar nº 140/2011.
- Estimular o desenvolvimento de microempresas com foco na produção de ovinos e caprinos, mel de abelha, piscicultura intensiva, indústria de calçados, móveis, floricultura, fruticultura;
- Incentivar a agricultura irrigada, agricultura ecológica, piscicultura, economia do mar na região litorânea do Estado, turismo cultural e de lazer, energia eólica, energia solar, entre outros;

- Criação de oportunidades de inclusão produtiva e geração de renda, buscando a garantia da autonomia econômica e social das pessoas;
- Desenvolver e implementar políticas de incentivos e de investimentos públicos para favorecer o desenvolvimento dos 12 territórios de desenvolvimento do Estado do Piauí tornando-os economicamente competitivos;
- Desenvolver ações para aprimoramento do ambiente de negócios e os marcos regulatórios de modo a minimizar a burocracia e a ineficiência para estimular o investimento privado e a criação de novos negócios;
- Estimular os setores econômicos tradicionais propiciando a modernização, o estímulo ao processo de inovação e a ampliação do conteúdo tecnológico para os produtos e processos desses setores;
- Estimular políticas que incentivem a transferência e a modernização tecnológica nos setores e atividades econômicas;
- Estimular políticas de incentivos para atrair e desenvolver novos negócios, ampliando a quantidade de empresas, com foco na base tecnológica e voltadas à inovação, respeitando os setores econômicos tradicionais;
- Estimular o desenvolvimento das exportações estaduais, incentivando uma cultura de exportação nas atividades produtivas, com atenção para nas pequenas e médias empresas;
- Desenvolver políticas públicas voltadas às micro, pequenas e médias empresas cearenses, sejam elas agrícolas, industriais ou de serviços, estimulando e favorecendo seu surgimento, desenvolvimento e competitividade;
- Estimular ações estaduais voltadas a expandir a oferta de mão-de-obra qualificada com formação técnica e superior, viabilizando e estimulando o maior estoque de profissionais de maior qualificação empregados no setor privado;
- Desenvolver políticas públicas voltadas à introdução de novas tecnologias e produtos de maior valor agregado na atividade agrícola e no agronegócio, diversificando a produção e ampliando os rendimentos gerados;
- Estimular políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo no Piauí, a partir da ampliação e melhoria da infraestrutura turística e da capacitação profissional;
- Desenvolver políticas públicas voltadas para ampliação do fluxo de turistas que visitam o Estado por motivo de férias e, em especial, por motivo de negócios;
- Implementar uma política de atração de investimentos para a área dos 12 territórios de desenvolvimento do Piauí;
- Implementar melhorias e expansão da infraestrutura urbana (habitação, saneamento, serviços públicos, espaços públicos de convivência, etc.) nos municípios piauienses, em parceria com os governos locais, aumentando o grau de urbanização de modo a melhorar a qualidade de vida, favorecendo ganhos de produtividade, o investimento privado, o surgimento, a atração e o desenvolvimento dos negócios.
- Aperfeiçoar o portal da transparência com o objetivo de ampliar e facilitar o acesso às informações e serviços da administração pública estadual;
- Desenvolver um observatório de planejamento participativo que possa junto com a sociedade monitorar, acompanhar e avaliar as políticas públicas em ação.
- Priorizar as políticas públicas para a juventude, especialmente as relacionadas à formação profissional, geração de oportunidades e apoio ao empreendedorismo.
- Apoiar projetos de expansão da economia solidária como estruturantes de um novo modelo de desenvolvimento.

- Atrair eventos e atividades que promovam e fomentem a economia do Piauí com agregação de conhecimento e novas tecnologias e ampliar a participação dos produtos e serviços piauienses em Feiras e Eventos de Promoção.
- Implantar o Programa Estadual de Fortalecimento das Incubadoras de Empresas em parceria com as Universidades e Centros Tecnológico e também criar o Programa Estadual de *Startups*.
- Consolidar, juntamente com os segmentos organizados, os indicadores de melhoria do ambiente de negócios no Piauí;
- Fortalecer a cultura exportadora com divulgação digital das potencialidades econômicas do Estado, incrementando a pauta exportadora do Piauí a partir das potencialidades regionais;
- Turismo Investir na estruturação e na promoção de todos os polos de turismo interno e internacional atualmente explorados no Piauí. Os investimentos serão voltados prioritariamente aos seguintes segmentos: sol e praia, ecoturismo e turismo de aventura, cultura, negócios e eventos.
- Revitalização das orlas do Litoral Piauiense com incentivo ao empreendedorismo e responsabilidade social em toda região turística.
- Ampliar e melhorar a estrutura da CIPTUR em Luís Correia, proporcionando mais segurança e tranquilidade aos turistas no litoral.
- Incluir o Piauí no Mapa do Turismo nacional, incentivando a vinda de mais turistas ao estado.
- Implementar e prospectar novos voos nacionais e internacionais através de incentivos as companhias aéreas;
- Promoção a nível nacional e internacional nos principais polos emissores, mostrando as belezas naturais, gastronomia, cultura;
- Fomentar e ampliar através de parcerias e novas ideias o turismo de negócios no estado.
- Fomentar a publicidade a nível nacional das belezas do Estado, com parcerias com as grandes agências de viagem para dar prioridade em seus catálogos de vendas as viagens ao Piauí.
- Criar um novo programa de revitalização e melhorias na Serra da Capivara, aumentando o turismo ecológico.
- Criar uma base móvel de informações turísticas que se desloque para os eventos em diferentes municípios piauienses, levando informações locais e dos próximos eventos do Estado;
- Criação de um Parque Aquático em Teresina.
- Criação de um portal “Belezas do Piauí” para divulgar todo potencial turístico do Estado; Turismo Sustentável Tornar o Piauí um competidor turístico de nível internacional, como destino do turismo de eventos e negócios;
- Operacionalizar o turismo como uma expressão econômica da cultura com base em dados cientificamente levantados nos 12 territórios de desenvolvimento do estado;
- Disseminar redes de Trade Point como instrumento para facilitar o acesso das pequenas e médias empresas ao comércio internacional;
- Facilitar o acesso das empresas piauienses aos mercados potenciais, em especial nas regiões localizadas na área de influência do Piauí, na Europa, nos Estados Unidos, na África e na América Latina.

- Criar centros de comercialização com amparo nas "produções locais" nos 12 territórios de desenvolvimento regulamentando centros de comercialização que já demonstram potencial de negócios;
- Identificar a viabilidade da criação do Super Simples Estadual, para minimizar a carga tributária;

EMPREGO E RENDA

1. Integrar as políticas voltadas para a geração de trabalho e emprego
2. Implementar uma política pública de trabalho do Estado dirigida para o aproveitamento das potencialidades identificadas nos 12 territórios de desenvolvimento do Estado;
3. Reduzir os índices na taxa de desemprego do Estado do Piauí;
4. Assegurar oportunidades reais de investimentos associados aos médios, pequenos e micros negócios, sem descuidar de formas associativas de produção;
5. Identificar as possibilidades existentes e estabelecer todas as condições favoráveis ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais nos 12 territórios de desenvolvimento do Estado do Piauí;
6. Incentivar formas associativas de produção e comercialização do artesanato nos 12 territórios de desenvolvimento do Estado do Piauí;
7. Instituir um programa de recuperação de empresas falidas ou em recuperação judicial e extrajudicial sob a forma de empreendimentos cooperativos;
8. Investir no desenvolvimento da pequena e micro produção de bens e serviços, inclusive de natureza associativa e solidária;
9. Implementar uma rede de desenvolvimento regional para promoção do trabalho e renda pela inovação e qualificação produtiva, pelo apoio às atividades associativas e pelo acesso ao crédito;
10. Incentivar a constituição de fundos rotativos solidários para financiamento do setor informal;
11. Incentivar a formação de consórcios da juventude para assegurar o primeiro emprego em parceria com entidades da sociedade civil e o governo federal.

CANDIDATO: Lourdes Melo⁵

O programa não possui propostas nos eixos da Educação, Saúde e Geração de emprego.

CANDIDATO: Luciane Santos⁶

⁵ Plano de governo

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/PI/2022802018/180000626503//proposta_1534451674612.pdf

⁶ plano de governo

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/PI/2022802018/180000613686//proposta_1534347242147.pdf

O programa não possui propostas claras relacionadas aos eixos da Educação, Saúde e Geração de emprego.

CANDIDATO: Luciano⁷

- Educação: preparação para a vida e para o trabalho: professores ensinam, alunos aprendem, conteúdos são atualizados, as estruturas são construídas, preservadas, melhoradas.
 - Fazer um Pacto Estado - Municípios pela Educação, por alfabetização na idade certa e para reduzir o número de analfabetos em geral.
 - Pacto pela Municipalização do Ensino Fundamental, com o Estado cedendo professores, instalações e funcionários, para que o Piauí possa dedicar-se exclusivamente ao ensino médio.
 - Pacto ICMS – Educação, onde os municípios receberão repasse extra de ICMS, principal imposto estadual, em função dos resultados escolares dos alunos da rede municipal.
 - Requalificar o ensino técnico-profissionalizante na rede estadual, com oferta de cursos de interesse relevante do mercado e orientando a inserção dos egressos.
 - Estabelecer programas de parceria público privadas para a Educação que explorem as vertentes da sustentabilidade, da tecnologia da informação e comunicação e do protagonismo juvenil.
 - Como mecanismo de alcance ampliado ao conhecimento, fortalecer o sistema de ensino à distância.
 - Criar o Programa Piauiense de Educação Integral - EDUCA BEM
 - Criar o Programa Rede Piauiense de Requalificação e Modernização de Escolas – FUTURO NO PRESENTE
 - Implantar Centros Regionais de Educação Empreendedora – PROJETO APRENDER FAZENDO

- Saúde: prevenção, atendimento, resolução: profissionais preparados atendem a todos com humanidade e respeito.
 - Descentralização, Integração, Universalização, Equidade do atendimento em saúde conforme preceitos do SUS.
 - Choque de gestão, regularidade dos repasses financeiros e investimentos reais nos hospitais estaduais, regionais e os municipais conveniados para que funcionem bem, resolvendo problemas de saúde e não só remetendo-os para Teresina.
 - Criar o Programa Rede Piauiense de Hospitais Estaduais, Regionais e Conveniados – PROGRAMA ATENDE BEM

⁷ Plano de governo

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/PI/2022802018/180000604098//proposta_1533923941947.pdf

- Promover um Pacto pela Saúde Municipal, em que o Estado cumpre metas negociadas com o município, em termos de pessoal, equipamentos, materiais e repasses financeiros; avalia os progressos e refaz o pacto diante dos resultados obtidos.

- Economia: produção diversificada e trabalho de qualidade: com infra - estrutura adequada, incentivos para acelerar o crescimento, educação empreendedora, ambiente de negócios receptivo.
 - Criar o Programa Piauiense de Infra - estrutura Econômica – CAMINHOS DA PRODUÇÃO;
 - Criar o Programa Piauiense de Incentivo à Produção e Emprego – MÃOS A OBRA;
 - Criar o Programa Piauiense de Atração de Investimentos – MAIS EMPRESAS, MAIS EMPREGO.
 - Expansão e diversificação da economia de mercado
 - Melhoria do ambiente de negócios
 - Atração de novos investimentos
 - Reorientação do consumo do governo
 - Formação da poupança do Governo
 - Investimento público estadual
 - Educação empreendedora
 - Estruturar o Programa de Infraestrutura Econômica.

CANDIDATO: Professora Sueli⁸

PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA:

- Revogação da lei do teto dos gastos e implementação das metas e estratégias do Plano Estadual do Educação;
- Ampliação do volume de recursos próprios do Estado na educação;
- Abrir ampla discussão com a sociedade sobre a reforma do ensino médio e os desafios e ampliar e qualificar a formação no Piauí;
- Discutir e implementar uma política própria de avaliação, incluindo as diversas dimensões da formação escolar, incluindo a gestão democrática, baseada nos princípios da educação laica e libertadora;
- Realizar um esforço concentrado para superar o analfabetismo no Piauí;
- Melhoria permanente da infraestrutura básica das escolas;
- Investir na formação continuada dos trabalhadores em Educação;
- Assegurar o atendimento da Lei do Piso Nacional do magistério.
- Adotar medidas de incentivo aos municípios para que não haja fechamento de escolas do campo;

⁸ Plano de governo

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/PI/2022802018/180000607128//proposta_1534185186372.pdf

- Auditar os contratos do transporte escolar e com empresas prestadoras de serviços educacionais no Estado;
- Aperfeiçoar mecanismos de gestão democrática descentralizada da educação, incluindo a eleição de gestores, em discussão com a comunidade escolar e a sociedade

PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR:

- Cumprimento do Artigo 224 da Constituição do Estado do Piauí, inciso II, que garante o repasse de cinco por cento da receita proveniente de impostos para a UESPI, com garantia de repasse do duodécimo;
- Cumprimento do Artigo 228 da Constituição do Estado do Piauí que garante a AUTONOMIA administrativa e financeira da UESPI;
- Realização de Concurso Público para professores efetivos garantindo o pleno funcionamento dos cursos de graduação dos 12 campi;
- Contratação de professores substitutos apenas em casos de afastamento de professores efetivos;
- Equiparação salarial dos professores substitutos e efetivos, garantindo a isonomia;
- Construção, reforma e ampliação dos campi em funcionamento garantindo infraestrutura adequada para os cursos de graduação e para os estudantes, com residências universitárias, creches e restaurantes universitários em todos os campi.
- Elaborar sistema próprio de avaliação dos cursos à distância, que deem suporte a decisões relacionadas à oferta;
- Tomar como diretriz de governo acadêmico a oferta de cursos à distância somente como processo de aperfeiçoamento, evitando a realização dos mesmos na formação inicial;
- Incentivo à abertura de programas de pós-graduação *scriptu sensu* na capital e demais municípios;
- Implantação de um programa estadual de assistência estudantil;
- Auditoria imediata da Limpel e regularização dos servidores terceirizados da UESPI.

PROPOSTAS: OPORTUNIDADE DE EMPREGO E RENDA

- A criação de frentes de trabalho nas macrorregiões do Estado nos municípios centralizadoras. Pensando no desenvolvimento das obras de infraestrutura para fazer avançar a logística e circulação de mercadorias, aumentando a oferta de trabalho e movimentando a economia local;
- Fortalecimento e fomento da agricultura familiar com planejamento e disponibilidade de técnicos agrícolas e veterinários para oferecer o apoio necessário para o desenvolvimento da produção e comercialização dos produtos dos hortifrutigranjeiros, dos caprinos, dos suínos e das demais atividades ligadas à agricultura familiar;
- Avançar no potencial turístico do Estado, explorando as possibilidades da construção de uma cadeia produtiva de turismo, fortalecendo o orgulho e história do estado e suas especificidades locais do Litoral ao Sertão
- Desburocratizar e incentivar os pequenos empreendimentos por parte das licenças e incentivos fiscais para o fortalecimento do comércio local;

- Promover políticas de acesso ao crédito, fomentando também o processo de formação para a gestão;
- Incentivo às iniciativas de economia criativa, voltado especificamente para a juventude utilizar seu potencial criativo e incentivar uma dinâmica de geração de emprego e renda para a juventude;
- Incentivo às cooperativas de artesanato baseado na cultura extrativista, desenvolvendo o intercâmbio de insumos locais para a formação de uma cadeia produtiva autossustentável com matérias primas local.

PROPOSTAS PARA A SAÚDE:

- Revogação imediata da emenda constitucionais do teto dos gastos;
- Expandir, descentralizar e qualificar a rede pública de atenção primária, secundária e terciária;
- Reforço as ações de controle social da saúde;
- Valorização salarial dos profissionais da saúde;
- Favorecer processos de formação permanente dos profissionais
- Ampliação do numero de leitos hospitalares públicos;
- Expansão da rede de atendimento psicossocial e comunitária, visando a redução de danos no tratamento de usuários de droga;
- Realização de campanha de valorização do SUS
- Apoio e estímulo a municípios nas ações de promoção à saúde;
- Mudança efetiva do Modelo Assistencial Curativo para um enfoque ou Modelo de Atenção que tenha na Prevenção e na Promoção da Saúde, o foco central de organização dos serviços;
- Prestação de serviços humanizada, acessível e resolutiva;
- Incentivar pesquisas relacionadas a plantas medicinais, considerando os conhecimentos tradicionais;
- Ampliação e descentralização os serviços de atenção especializada;
- Empreender esforços para que haja a revisão das regras de celebração de convênios e de remuneração de hospitais filantrópicos e privados, condicional isenções a atendimentos 100% SUS.

CANDIDATO: Romualdo Seno⁹

DO DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

1. Criação de sistema de indicadores para mensurar o desempenho governamental e o grau de satisfação da população com os principais programas governamentais;
2. Publicidade de indicadores de desempenho da ação governamental que possam ser entendidos pela população de forma clara e simples; e
3. Adoção e difusão de indicadores de base para promover o desenvolvimento do Piauí em todas as regiões do estado.

⁹ Plano de governo

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/PI/2022802018/180000600816//proposta_1533334328087.pdf

4. Incentivar a construção civil, através de incentivos tributários e políticas de Desenvolvimento urbano, saneamento básico e financiamentos com juros baixos para compra da casa própria sem burocracia;
5. Política oficial de apoio ao empreendedorismo e incentivo para a criação, Desenvolvimento e consolidação de micros, pequenas, médias e de grandes empresas com a desburocratização dos impostos através de um sistema simples e informatizado com clareza e muita facilidade na hora de pagar os impostos e ainda um desconto de 50% para todas as empresas e indústrias do Piauí que pagarem seus impostos em dia;
6. Incentivar a formação de mão de obra através de cursos profissionalizantes, cursos de curto prazo, escolas de tempo integral com cursos técnicos, programas de capacitação em parceria com governos municipais, estaduais e federais, cursos nos bairros através de igrejas e associações e incentivo ao PRONATEC e outros convênios federais;
7. Abertura de novas oportunidades de empregos nas indústrias e na iniciativa privada com uma meta de em quatro anos a criação de 500.000 novos postos de trabalho na iniciativa privada, que será alcançada através da criação de lei de isenção fiscal entre 5 a 30 anos de isenção conforme a quantidade de empregos gerados, doação de terrenos para as indústrias, qualificação de mão de obra para cada tipo de indústria e acessória jurídica para acelerar investimentos do BNDS, BANCO DO NORDESTE e outros bancos que tem a obrigação de promover o desenvolvimento econômico e social.
8. Criação de creches de tempo integral para as mães que quiserem trabalhar e ajudar no desenvolvimento econômico da família aumentando a renda familiar justificase pelos milhares de novos postos de trabalho que serão gerados com a diminuição dos impostos das empresas e indústrias do Piauí e a isenção fiscal das novas indústrias e empresas que se estabelecerão no Piauí.
9. Promover o turismo em todo estado do Piauí, através de parcerias com o sistema hoteleiro, agencia de viagens de todo o Brasil e do mundo, divulgar as belezas do Piauí em propaganda de rede nacional, promover congresso turístico periódicos para divulgar as potencialidades turísticas do Piauí para todas as agencias de turismo nacional e internacional, qualificação de mão de obra especifica para o ramo incluindo curso de línguas entre outras ações.
10. Fomentar o turismo medicinal nas clinicas e hospitais particulares com divulgação em rede nacional, internacional e regional dos melhores centros médicos e das mais altas tecnologias da medicina mundial que temos no Piauí por ser uma das melhores do mundo.
11. Na agricultura investir pesado em infraestrutura de estradas, ferrovias, portos, criação do porto seco em Teresina, diminuição de impostos dos produtos produzidos no Piauí, doação de terrenos para todos que investirem na produção de alimentos, grãos, frutas, verduras, legumes e assemelhados, garantir a irrigação em locais com pouca chuva ou em época de seca, financiar a produção com juros baixos, fomentar a exportação de alimentos produzidos no Piauí via ZPE e em situação emergencial máxima a recuperação das estradas que escoam a nossa a grande produção de soja, milho e outros, entre outras ações.
12. A ZPE – Zona de Processamento de Exportação do Piauí na administração de Romualdo Seno será um grande marco da industrialização e desenvolvimento econômico do Piauí que terá o total empenho do governo para finalmente fazer a ZPE realmente funcionar com toda sua capacidade com meta determinada de 40 grandes indústrias só na ZPE em apenas quatro anos, gerando milhares de

empregos e um grande aumento da renda dos piauienses, pois é muito fácil atrair indústrias para a ZPE, pois elas não vão pagar impostos, federais, estaduais e nem municipais e ainda vão contar com financiamentos especiais com juros quase zero e muita carência para pagarem a primeira parcela como o FNE e o FNDE, através do Banco do Nordeste e outros bancos.

13. Para desenvolvimento regional na questão de alimentos é meta do governo a construção de centros de abastecimento do Piauí (CEASA), em todas as regiões do estado, para distribuir e fomentar a produção de alimentos em todo o Piauí e apoio total na agricultura familiar para que possam vender seus produtos nestes centros, gerando emprego renda e produtos frescos e de qualidade para os consumidores.
14. Na pecuária a meta do governo Romualdo Seno será a construção, reforma e ampliação de todos os matadouros do Piauí com certificação para exportação, essas medidas são para colocar o Piauí como um dos principais exportadores do Brasil de carnes, aves e derivados, via ZPE já que na ZPE não se paga impostos estaduais, federais, e municipais tornando os produtos do Piauí muito competitivos no mercado internacional e nacional.
15. Na infraestrutura de forma emergencial transferir o porto do Piauí para a iniciativa privada, pois desta forma será terminado rapidamente gerando milhares de emprego e renda tanto na própria obra e depois com a as exportações e funcionamento do porto, restauração de todas as estradas do estado, concessão para a construção de uma ferrovia pela iniciativa privada de Cristalândia no Piauí até o porto de Luís Correia atravessando todo o Piauí, criação de um porto seco na capital Teresina interligando ferrovia, estradas e os portos mais próximos, retomada imediata e conclusão de todas as obras paradas no estado entre outras ações para e estrutura de desenvolvimento do Piauí.
16. Montar equipe de técnicos especialistas em geração de emprego renda e desenvolvimento econômico com a responsabilidade de impulsionar o desenvolvimento e geração de mais e mais empregos no Piauí.
17. Implantar imediatamente a carteira de motorista popular de baixo custo e sem burocracia, incluindo as taxas da autoescola, exames médicos e taxas do DETRAN por apenas R\$ 400,00 (Quatrocentos reais), para todos da bolsa família, que comprovem baixa renda ou estejam desempregados para que possam exercer a profissão de motorista, moto-taxi, moto boi, caminhoneiro, motorista de coletivos, motorista particular entre outras utilidades e oportunidades que surgem para quem tem habilitação já que o Piauí terá um grande aumento de oferta de trabalho para motoristas, pois em um estado desenvolvido requer muita mão de obra habilitada, pois é prioridade máxima do governo Romualdo Seno o desenvolvimento econômico do Piauí.
18. Implantar o sistema de isenção de impostos e taxas do DETRAN para compra de motos novas dos MOTO – TÁXIS de todo o Piauí, pois a profissão de MOTO – TÁXI é assemelhada a de táxi que não paga impostos para compra de carro novo, o objetivo é diminuir pela metade o preço da moto nova para todos os MOTO – TÁXIS, dando maior segurança ao passageiro e ao profissional e ainda aquece a economia, exatamente como no caso do táxi.
19. Implantar o sistema de diminuição de impostos da cesta básica e de produtos indispensáveis a vida, incluindo a diminuição de impostos de água, luz, gás de cozinha e combustíveis, o objetivo é aumentar o poder de compra de toda a população melhorando a qualidade de vida e aumentando as vendas no comércio.

NA SAÚDE

1. A ampliação e o aprimoramento do Programa Saúde da Família para promover a Educação para a saúde, a adoção de medidas de atuação preventiva e a Configuração do programa como principal porta de acesso ao Sistema Único de Saúde;
2. Instituição de programas de atuação preventiva em saúde em todos os municípios e ativação de todas as unidades de pronto atendimento que já estão construídas no Piauí e que estão se deteriorando por falta de uso e manutenção;
3. Instituição e qualificação dos programas de atenção à mulher, à gestante, à Criança, ao idoso aos de atendimento de urgência e emergência e a outros públicos que demandam cuidados rápidos e de qualidade;
4. Instituição de política estadual de combate ao sofrimento psíquico e emocional gerado por atividades laborais e sociais evitando a tentativa ou consumação do suicídio;
5. Capacitação dos agentes públicos que dirigem equipamentos de saúde e controle de qualidade de desempenho.
6. Inclusão em parceria com o estado de educação pré-escolar psicomotora, de saúde, ambiental, física e alimentar no programa Saúde da Família.
7. Reposição imediata das perdas do poder de compra dos salários dos funcionários da saúde com aumento real dos salários e melhores condições de trabalho.

DA EDUCAÇÃO

1. Reformulação da estrutura da educação no Piauí com valorização de todos os profissionais e condições de trabalho de alto nível tanto a nível médio como universitário, Garantindo que o ensino tenha as funções de capacitar o aluno a Aprender a Conhecer, a Aprender a Fazer, a Aprender a Ser e a Aprender a Conviver, tal como Definido nos Pilares da ONU para a Educação
2. Radical reforma no Ensino Médio estadual com inclusão de cursos técnicos profissionalizantes, e cursos de tempo integral, orientando seu funcionamento para a Valorização das diversas habilidades e talentos da juventude;
3. Mobilização das Universidades Públicas e da Sociedade Civil para a erradicação do Analfabetismo;
4. Implantação de sistemas de controle e incentivos para erradicação do analfabetismo Funcional;
5. Amplificação da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes nas Escolas Estaduais e Federais;
6. Ampliação de vagas nos cursos superiores das Universidades Estaduais, sobretudo no período noturno com grandes investimentos nas universidades e valorização de todos os profissionais reestruturando e melhorando as condições de trabalho;
7. Criação de polos de ensino à distância nas cidades com menos de 10.000 Habitantes, ligadas as Universidades Públicas Estaduais, com aproveitamento de Pessoas com diploma de mestrado e doutorado para monitoria das turmas;

8. Articulação do programa Saúde da Família com a educação pré-escolar não formal e o acompanhamento de todos os alunos por psicólogos para que sejam orientados para uma boa formação familiar e profissional evitando que os jovens sejam seduzidos pelo crime;
9. Valorizar as atividades físicas e o esporte na escola, integrando as políticas públicas do setor, como uma forma de desenvolvimento saudável do aluno e encaminhamento de talentos para atividades de alto rendimento;
10. Valorização das carreiras em educação no Serviço Público Federal, Estadual e Municipal atraindo talentos para o setor;
11. Garantir acessibilidade das escolas e capacitar o conjunto dos profissionais da Educação para o trabalho com alunos com necessidades especiais;
12. Pleno incentivo aos alunos com internet grátis em todas as escolas para pesquisa, merenda escolar de ótima qualidade, equipamentos de áudio e vídeo para aulas interativas e emocionantes evitando a evasão escolar;
13. Implantar imediatamente a internet gratuita para todos os beneficiários da bolsa família, aqueles que comprovem baixa renda ou estejam desempregados, garantindo que possam participar de cursos técnicos profissionalizantes e de aulas de ensino fundamental e médio pela internet, pois um cidadão sem internet tem grandes dificuldades de adquirir conhecimentos e se profissionalizar via internet, pois é essa ferramenta tão importante que abre as portas para um mundo de conhecimentos e oportunidades profissionais para todos, só assim a inclusão social dará um salto para o futuro.

CANDIDATO: Valter Alencar¹⁰

EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA:

- reforma pedagógica e revisão programática nas escolas estaduais, com foco em disciplinas básicas e tecnológicas;
- criação de uma rede de escolas profissionalizantes, em parceria com o Sistema S, com ensino integral
- criação de um plano meritocrático para a rede estadual de ensino, melhorar progressivamente a remuneração do magistério, implantando modelo de bonificação por desempenho para os professores, visando a melhoria dos resultados de aprendizagem e o estímulo dos profissionais da rede estadual de ensino;
- implementação de parcerias público-privadas entre as escolas estaduais e empresas dos mais variados ramos, para a oferta de qualificação técnica no ensino médio, oferecendo formação aplicada às necessidades atuais do mercado de trabalho, como foco nas empresas que investirem no projeto;
- qualificação dos professores da rede de ensino para receber estudantes especiais, promovendo a inclusão social;
- realizar parcerias com o terceiro setor e empresas para o desenvolvimento de projetos educacionais;
- aperfeiçoar o preparo dos estudantes para o Enem nas escolas estaduais;

¹⁰ plano de governo

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/PI/2022802018/180000622419//proposta_1534364374879.pdf

- ampliar o acesso ao Ensino de Jovens e Adultos (EJA), em todos os níveis de ensino da educação básica, e desenvolver ações de alfabetização para jovens e adultos, especialmente nas regiões onde a taxa de analfabetismo é maior no Estado;
- desenvolver ações que promovam maior envolvimento das famílias com a educação dos filhos e com o trabalho educativo das escolas, melhorando o desempenho geral dos estudantes;
- reestruturar a gestão da UESPI e a concessão de bolsas, de modo a atrair pesquisadores e projetos de excelência e de interesse do Estado;
- busca pela autossuficiência de aparelhos culturais estaduais através de parcerias público-privadas, patrocínios e concessões;
- executar outros projetos que visem a melhoria da nossa educação estadual.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- cumprimento do dispositivo constitucional que obriga o Estado a aplicar 12% do orçamento em saúde;
- estruturação básica de hospitais existentes e a construção de novas unidades, inclusive nas cidades do interior, para descentralizar os atendimentos de baixa e média complexidade, desafogando os hospitais de urgência da capital;
- reforma dos hospitais de referência, com recurso próprio ou através de Parcerias Público-Privadas;
- estruturação digna para o atendimento de toda a rede de atenção materno-infantil, garantindo um parto humanizado desde a concepção até o nascimento. Para tanto priorizaremos a construção da nova maternidade do Estado;
- fortalecimento da capacitação e valorização dos profissionais de saúde do Estado, de forma a garantir um atendimento de qualidade, eficiência e focado no cuidado ao cidadão;
- reorganização do sistema de regulação, garantindo o acompanhamento e cumprimento das cotas de consultas e exames bem como racionalizando o uso de leitos de alta complexidade;
- estabelecimento de convênios com os municípios para a construção de Clínicas da Família ou contratação na rede privada por meio de Parcerias Público Privadas, que permitam a ampliação da cobertura do atendimento;
- trabalho em conjunto com as demais secretarias para garantir uma atuação ampla e multidisciplinar no tema da saúde, visando assim melhorar urgentemente os indicadores de saúde do Estado;
- estabelecimento de mecanismos de auditoria na gestão dos recursos de saúde, impedindo novas fraudes e desvios dos recursos públicos;
- parcerias com fundações e hospitais privados, militares e universitários para aumento do número de vagas para a rede pública e redução do tempo de espera das cirurgias eletivas;
- outras medidas que deem ao cidadão piauiense a garantia de um sistema de saúde digno e de qualidade.

EMPREGOS

Governo Valter Alencar priorizará a criação de oportunidades de trabalho e geração de renda para todos, através das seguintes medidas:

- Assegurar o emprego com carteira assinada, facilitado a entrada do jovem no mercado de trabalho;
- Apoiar e incentivar o empreendedorismo, em especial entre jovens e mulheres;
- Evitar que as indústrias já instaladas no Piauí migrem para outros estados e atrair indústrias através de incentivos fiscais, identificando regiões e setores específicos para cada investimento. Além da manutenção dos programas já existentes, será lançado um programa especial para os jovens do estado do Piauí.

O “Programa Resgate da Cidadania” fornecerá bolsas de estudo aos jovens em situação de risco, atreladas à recuperação escolar do jovem e, principalmente, à sua formação profissionalizante a ser prestada pela própria rede de ensino.

Da mesma forma, todo o esforço de assistência social realizado pela Secretaria responsável buscará também qualificar o assistido para o mercado de trabalho, de forma abrangente e inclusiva, garantindo a todos o treinamento necessário e adaptado às suas circunstâncias peculiares.

Por fim, destaca-se que o retorno da estabilidade econômica certamente resultará na criação de milhares de postos de trabalho, a serem divulgados e preenchidos com ajuda do órgão público responsável e do setor privado, engajado neste projeto de mudança.

GOIÁS

CANDIDATO: Alda Lúcia¹¹

O programa não possui propostas nos eixos da Educação, Saúde e Geração de emprego.

CANDIDATO: Daniel Vilela¹²

SAÚDE

¹¹ plano de governo

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/GO/2022802018/90000618806//proposta_1537204414367.pdf

¹² Plano de governo

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/GO/2022802018/90000609231//proposta_1534456449492.pdf

1. Criar um aplicativo para que o cidadão tenha autonomia e agilidade para agendar consultas e exames, além de acessar todas as informações do sistema de saúde e seu histórico de atendimento.
2. Criar uma rede inteligente de informações, abarcando as unidades municipais, posicionando novamente o Estado como formulador da política de saúde em Goiás.
3. Promover a integração entre rede pública e conveniada; de forma que garanta o atendimento do cidadão, não importa onde.
4. Criar as Redes Assistenciais de Saúde, em conjunto com os municípios, permitindo identificar os perfis de atendimento conforme a necessidade de cada região.
5. Criar o Cinturão de Proteção ao paciente do interior, garantindo atendimento da população em sua região, evitando o deslocamento.
6. Fortalecer, por meio de parcerias com os municípios, o atendimento na atenção primária e especializada, evitando o agravamento do estado de saúde do paciente e consequente aumento da demanda no atendimento de alta complexidade.
7. Evitar que novas obras sejam iniciadas antes da conclusão das obras inacabadas
8. Implantar a Política Nacional de Saúde da Pessoa idosa;
9. Contribuir para a redução da mortalidade por câncer de colo de útero e de mama;
10. Reduzir a mortalidade infantil e materna;
11. Fortalecimento da capacidade de resposta às doenças emergentes e endêmicas, com ênfase em dengue, AIDS, hanseníase, malária, tuberculose, hepatite;
12. Pacto em Defesa do SUS - reforçar o SUS como política de Estado, destacando a saúde como direito à cidadania;
13. Pacto de Gestão do SUS - primar pela descentralização de atribuições do MS para os estados e os municípios, reforçando a regionalização;
14. Implantar o Plano Diretor de Regionalização (PDR), através da criação da Rede de Atenção em Saúde, fundamental para adequar o atendimento às demandas da população dos 246 municípios no Estado. O modelo de regionalização a ser implementado estabelecerá nova divisão para a gestão da saúde pública: município, polo microrregional e polo macrorregional.
15. Descentralizar e regionalizar efetivamente a gestão em cinco macrocentros, fortalecendo as 18 regionais de saúde com unidades médicas de referência, dotadas inclusive de UTIs preparadas para receber qualquer tipo de paciente, criando na estrutura as Subsecretarias Regionais de Saúde;
16. Criar Centros de Referência Regionais para fixar o paciente na sua região domiciliar, garantindo suporte para a atenção básica de qualidade, além de acesso adequado a serviços especializados complementares, formando assim os cinturões de proteção regionais.
17. Implantar, nos Centros de Referência, um programa de atendimento diferenciado para a melhor idade, com atendimento de geriatria, cardiologia, clínica geral, ortopedia, psicoterapia, fisioterapia e reabilitação;
18. Efetivar o Programa "Goiás Saudável Móvel", projeto que vai levar atendimento de prevenção e diagnóstico do câncer em todo o Estado. Este programa será formado por equipes compostas por médicos, enfermeiros e assistentes sociais. Esta unidade vai realizar exames de coleta de sangue para o diagnóstico de câncer de próstata, ultrassonografia endo-retal e mamografia em mulheres; ainda, exames de raio-X, endoscopia digestiva, procedimentos de coleta de exame de colo uterino e detecção de câncer bucal;

19. Promover entre a população a adoção de hábitos saudáveis - de atividades físicas, alimentação saudável e combate ao tabagismo;
20. Fortalecer e qualificar a estratégia da Saúde da Família;
21. Oferecer os serviços de telemedicina na rede de atenção básica, para diagnóstico e/ou definição de protocolos que dependem de especialistas/especialidades que não estejam presentes em determinada região;
22. Implantar tecnologia da informação (TI) interligando os municípios goianos às unidades assistenciais de referência (hospitais e centros de especialidades), que garantirá aos pacientes um atendimento pré-agendado nestas unidades – o que poderá ser feito por meio de smartphones ou outra plataforma online.
23. Aprimorar os mecanismos de auditoria, controle e monitoramento do sistema e serviços da saúde, estabelecendo metas de desempenho, avaliação da gestão por resultados, observando os indicadores de setoriais.
24. Concluir toda obra que estiver em andamento antes de iniciar novas obras. Nenhuma obra será iniciada antes da conclusão das obras inacabadas.
25. Promover a integração entre rede pública e conveniada, para disponibilizar, em tempo real, vagas do sistema - seja para internação ou consultas -, com acesso através de *smartphones* e outras plataformas, onde o prontuário médico digital do cidadão estará disponível para toda a rede quando este for atendido.

1. CINTURÃO DE PROTEÇÃO AO PACIENTE DO INTERIOR

- Serão implementados Cinturões de Proteção em todas as macrorregiões do Estado. O perfil de atendimento em cada unidade será criado conforme a Rede Assistencial existente, otimizando as unidades municipais e estaduais do interior para o atendimento ambulatorial e hospitalar destes municípios, com o objetivo de garantir atendimento de qualidade próximo da residência dos pacientes, evitando longos deslocamentos.
- A criação de leitos de UTI será proporcional aos leitos de enfermaria, conforme normativa do MS; desta forma, teremos um aumento de leitos de UTI e de enfermaria de perfis clínico e cirúrgico.
- **Macrorregião Centro-Sudeste:** Abertura de novos leitos de UTI adulto e pediátrico no hospital municipal de Aparecida de Goiânia (20 adultos e 10 pediátricos) e criação de mais 10 leitos adultos no HUAPA, num total de 40 leitos. Dar suporte para funcionamento dos leitos de UTI desativados em Senador Canedo (8 leitos adultos), Itumbiara (10 leitos adultos) e Morrinhos (10 leitos adultos).
- **Macrorregião Centro-Norte:** Criação de 20 leitos de UTI no HUANA; criação de 10 leitos de UTI adulto, em parceria com o município, em Goianésia. Dar suporte para a ampliação dos leitos de UTI de Ceres, para atingir um total de 10 leitos. Construção de hospital materno-infantil com leitos de UTI pediátrica, neonatal e de cuidados intermediários em neonatal; ainda, leitos de enfermaria para atender esta macrorregião Centro-Norte e macrorregião Centro-Nordeste; colocar em funcionamento o hospital de Uruaçu.
- **Macrorregião Centro-Oeste:** No HUGOL, implantar nas áreas não funcionais leitos de UTI e enfermaria, com recursos do MS. Construir hospital em Iporá para atender a região Oeste do Estado, dotando-o de 60 leitos clínicos e cirúrgicos e 10 leitos de UTIs. Este hospital terá característica própria para atendimento de urgência, também com recursos federais;

- **Macrorregião Nordeste:** Implantação de 70 leitos de UTI, e para tal colocar em funcionamento os hospitais de Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas, e ainda implantar o de Formosa, com 10 leitos em cada uma delas. Realizar parceria com o Hospital Municipal de Luziânia para abertura de 10 leitos de UTI;
- **Macrorregião Sudoeste:** Ampliação de 14 novos leitos de UTI em Jataí, em parceria com os governos municipal e federal. Criação de 10 leitos de UTI em parceria com o município de Mineiros; ampliação de 10 leitos de UTI em Rio Verde.

2. FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

- Implantar as Farmácias Regionais para descentralizar a dispensação dos medicamentos do Juarez Barbosa;
- Disponibilizar a entrega em domicílio de medicamentos de alto custo utilizados no tratamento de Alzheimer, Parkinson, DPOC, esclerose e outros. O serviço irá oferecer mais conforto e segurança ao paciente e seus familiares que poderão agendar a data e local de entrega.
- Criar no Estado de Goiás uma lista positiva com medicamentos isentos do ICMS, reduzindo o custo na aquisição e promovendo o acesso dos cidadãos a medicamentos de uso contínuo;
- Criar uma Central de Dúvidas através de serviço telefônico gratuito disponível ao goiano que deseje obter informações, tirar dúvidas sobre medicamentos ou falar com um farmacêutico;

3. PROGRAMA ODONTOLÓGICO

- Implantar um projeto que visa interiorizar o atendimento odontológico, com os seguintes programas:
 - "Amor ao Bebê": destinado à conscientização das mães nos primeiros cuidados com a prevenção dos dentes dos bebês, como fluoretação e higienização, esclarecendo-as sobre a cárie da mamadeira; incluindo no pré-natal da gestante como realizar os primeiros cuidados com higienização do seu bebê;
 - "Salve o 1º Molar Permanente": prevê a realização de campanhas para esclarecimento dos pais em relação à importância da conservação do primeiro molar permanente nas crianças, evitando futuros problemas de oclusão, ortodônticos, entre outros;
 - "Programa Odonto-Escolar": destinado às crianças e adolescentes na faixa etária de 8 a 18 anos, visando aspectos preventivos e educativos;
- Ampliar os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), garantindo atendimento em todas as macrorregiões do Estado, contando com profissionais especialistas. Atenderá nas especialidades ortodontia, implante, prótese, periodontia, buco-maxilo, estomatologia, laboratório de prótese dental (TPD).
- Conscientizar e esclarecer a respeito da prevenção do câncer bucal;
- Criar o programa Odonto-Idoso.

4. OBESIDADE E SOBREPESO

- Disponibilizar atendimento para pessoas portadoras de distúrbios alimentares, através de equipes compostas por endocrinologistas, nutricionistas, psicólogos e outros profissionais, nas regionais de saúde. Se constatada a obesidade mórbida, o paciente se submeterá a todos os exames necessários e, posteriormente, será encaminhado para cirurgia de redução de estômago e cirurgias estéticas reparadoras;
- Concentrar maior atenção na saúde das mulheres, que são quem apresenta maior índice de sobrepeso;
- Estimular educação nutricional nas escolas e fortalecer a prática de atividades esportivas;
- Promover parcerias com os municípios para incentivar a participação e a promoção do controle da obesidade por meio de ações como caminhadas, academias populares (ar livre), ciclovias e a prática de modalidades esportivas;
- Estimular/propiciar um cardápio adequado nos restaurantes populares geridos pelo governo;

5. PROGRAMA MAIS VIDA

O programa prevê a realização de campanhas preventivas e educativas, com o objetivo de desenvolver consciência crítica sobre doenças associadas à má alimentação, esclarecendo sobre bons hábitos alimentares e de atividades físicas regulares.

O Estado apoiará o desenvolvimento de autocuidados, por meio de ações de incentivo ao estilo de vida saudável, realizando programas com metas grupais (obesos, diabéticos, hipertensos, tabagistas...) ou individuais a serem alcançadas, em parceria com os municípios e através de protocolos, levando os municípios e o cidadão a assumirem uma postura participativa.

Isso será feito utilizando as plataformas digitais e monitorando os grupos. Neste programa constarão palestras e estratégias de incentivo, alimentação saudável, apoio ao processo de mudança com a atividade física, ginástica laboral, oficinas e avaliação clínica.

O programa será formatado por meio de parcerias com os hospitais, centro de especialidades, equipe multiprofissional e instituições de ensino.

6. QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO DA MULHER

- Implantar comitês regionais para notificação e investigação dos óbitos de mulheres em idade fértil, buscando reduzir a mortalidade materna;
- Controlar os fatores de riscos relacionados à assistência pré-natal, parto, puerpério - extensivo às mulheres vítimas de violência sexual e doméstica.
- Garantir a assistência ao parto para todas as mulheres goianas em Hospital ou Maternidade, com definição do local do parto até 32 semanas de gestação;
- Criar a rede de atenção à saúde da mulher, integrando os atendimentos das Maternidades Municipais, com as Estaduais e Federais, bem como as Santas Casas e Unidades Privadas;

- Ofertar mamografia a todas as mulheres goianas na faixa etária maior de 40 anos para redução do câncer de mama;
- Ofertar às mulheres goianas em fase adulta a coleta do exame citopatológico (exame de prevenção) para redução do câncer de colo uterino;
- Garantir a todas as mulheres com suspeita ou diagnóstico de câncer de colo uterino e mama os exames e o tratamento adequado no menor tempo, através de centros regionais de atendimento ao câncer.

7. PROGRAMA SAÚDE INTEGRAL DA CRIANÇA

- Reduzir a mortalidade infantil e fetal no Estado;
- Implantar nos municípios os ambulatórios para recém-nascidos de alto risco, evitando assim que eles venham a falecer no seu primeiro ano de vida;
- Realizar campanhas educativas sobre a importância do aleitamento materno, principalmente nos primeiros seis meses, e do acompanhamento da pediatria;
- Promover a prevenção de violência infantil e promoção da cultura da paz;
- Acompanhar o desenvolvimento e crescimento infantil;
- Incentivar a redução das carências nutricionais;
- Monitorar e controlar as doenças diarreicas e as infecções respiratórias;

8. PROGRAMA DE SAÚDE DO ADOLESCENTE

- Acompanhar o desenvolvimento e crescimento do adolescente;
- Fazer prevenção e controle de DST/AIDS;
- Realizar campanhas para a prevenção da gravidez indesejada na adolescência;
- Dar assistência à gestante adolescente;
- Fazer a prevenção e controle de drogas.

9. PROGRAMA SAÚDE DO IDOSO

- Organizar o serviço especial de atendimento à saúde do idoso na rede SUS;
- Fazer prevenção e tratamento de hipertensão arterial, diabetes mellitus, doenças osteo-articulares;
- Ampliar as campanhas de prevenção e diagnóstico do câncer de próstata e de mama;
- Promover, dentro da Escola de Saúde Pública, cursos técnicos de formação de cuidadores de idosos;
- Incentivar o Idoso a aderir ao PROGRAMA MAIS VIDA e a participação em práticas recreativas;
- Promover programas de incentivo de voluntariado e consultorias em escolas, museus e centros culturais; ATENÇÃO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS
- Ampliar o alcance de atendimento do Centro Especializado em Reabilitação – (CER), estendendo-o às macrorregiões do estado, com atendimento multiprofissional nas diversas deficiências e funcionamento de laboratórios de órtese, prótese e meios auxiliares de locomoção (OPM) para pessoas com deficiência.

- Rever a distribuição de acesso às unidades de atendimento (CER), garantindo ao usuário, dentro da sua região, atendimento no local mais próximo para a reabilitação.

10. AMPLIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE MENTAL

- Implantar a Rede de Atenção Integral em Saúde Mental;
- Implantar o Programa Conviver: - qualificação da rede de saúde mental para realizar o diagnóstico precoce das doenças mentais; - descentralizar o atendimento de saúde mental, inclusive para atenção primária; - criar o incentivo de financiamento para Centro de Atenção Psicossocial (CAPS);
- Implantar o atendimento psiquiátrico em hospitais gerais;
- Criar Pronto Socorro Psiquiátrico;
- Redefinir o papel dos CREDEQ já implantados;
- Implantar o programa de reinserção social e no mercado de trabalho para portadores de doença mental;
- Qualificar e capacitar os profissionais em saúde mental.

11. VIGILÂNCIA EM SAÚDE

- Garantir a efetividade da fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição, manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentem riscos à saúde do trabalhador;
- Fiscalizar e diagnosticar as condições de higiene sanitária nos estabelecimentos de saúde e de alimentos;
- Implementar as atividades de vacinação na rotina das unidades básicas de saúde (UBS) / PSF. Propor a execução e intensificação das campanhas com vista a atingir as metas estabelecidas;
- Controlar as doenças: raiva humana, poliomielite, difteria, meningite, tétano, coqueluche, sarampo, dengue, hepatites virais e hantavirose;
- Tratar e controlar a tuberculose, hanseníase, DST/AIDS;
- Promover o controle e prevenção das zoonoses e doenças transmitidas por água e alimentos;
- Implementar integração das ações de Vigilância Epidemiológica no controle das doenças transmissíveis por vetores, tais como: chagas, febre amarela, malária, dengue, leishmaniose e leptospirose;
- Implementar as ações de Vigilância Epidemiológica da hepatite B e C;
- Concluir e institucionalizar projeto de Código Sanitário do Estado;
- Implantar o programa de combate às infecções hospitalares.
- Instituir o Programa Estadual de Segurança do Paciente.
- Descentralizar as ações de Vigilância Sanitária do Estado de Goiás, fomentando os municípios goianos para assumam tais atribuições.

12. POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

- Transformar a Escola de Saúde Pública (ESAP) em Centro de Tecnologia de Informação a serviço do Estado de Goiás. Criar mecanismos para a formação de

recursos humanos em todas as especialidades, além da elaboração de programas permanentes de aperfeiçoamento e desenvolvimento de pessoal;

- Implementar na ESAP a oferta de cursos de capacitação, reciclagem e troca de experiências entre os diversos profissionais da saúde, estabelecendo uma política de educação continuada permanente para os gestores e trabalhadores da saúde nos municípios, usando inclusive tecnologia de educação à distancia;
- Ampliar a oferta de bolsas aos médicos residentes e garantir que sejam pagas em dia;
- Garantir a atuação competente e efetiva do Conselho Estadual de Saúde e auxiliar os municípios em relação aos Conselhos Municipais de Saúde;
- Estabelecer parcerias com os Hospitais de Excelência do SUS, através do PROADI-SUS/MS, para qualificação dos profissionais de saúde;

13. MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

- Implantar a Central de Telemedicina para apoiar a atenção básica e os centros de especialidades; a medida propiciará consultas por videoconferência (orientação, retirada de dúvidas e treinamento do profissional), gerando mais agilidade no atendimento especializado e redução do número de encaminhamentos desnecessários;
- Fomentar a informatização de todas as unidades de saúde, através de incentivos financeiros e disponibilização de um sistema de informação capaz de integrar todas as unidades que atendem a população pelo SUS;
- Disponibilizar um aplicativo para agendamento de consultas médicas por smartphone. Esse aplicativo ainda possibilitará o gerenciamento de todo o atendimento prestado ao usuário do SUS no Estado de Goiás;
- Implantar o Sistema Integrado de Gestão da Saúde, com o Prontuário Eletrônico;
- Remodelar a central de regulação estadual, com qualificação dos profissionais; alterações no método de trabalho e de regulação; reestruturação física da central de regulação.
- Estabelecer fórum de discussão permanente com os prestadores de serviços públicos e privados; rever modelos de contrato; monitorar todos os serviços contratados em tempo real;
- Pactuar com os municípios os Protocolos de Regulação e Assistencial, com objetivo de otimizar o encaminhamento do paciente;
- Realizar contínuo monitoramento dos contratos de gestão, realizando auditorias constantemente;
- Discutir com a sociedade e implantar novos modelos de gestão para as Unidades Estaduais de Saúde;
- Descentralizar a gestão da Secretaria Estadual de Saúde, implantando subsecretarias nas regiões de saúde, para que possam discutir e agir em tempo real diante das necessidades locais;
- Estabelecer uma efetiva regulação do setor saúde pelo Estado de Goiás, reduzindo custos para aquisição de insumos, medicamentos, serviços de saúde em geral;
- Criar programa de incentivo à qualidade dos serviços de saúde prestados ao cidadão goiano, através de premiações com incentivos financeiros às unidades estaduais, municípios e profissionais que estiverem desenvolvendo suas atividades acima do esperado;

14. IPASGO

Maior plano de saúde do Centro-Oeste, com cerca de 620 mil clientes/usuários, o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás (Ipasgo) enfrenta, constantemente, períodos de crises - seja financeira ou de gestão. Estabelecimento de cotas, a falta de agilidade no atendimento e o credenciamento de novos serviços e especialidades médicas são questões que precisam ser reavaliadas para oferecer um serviço de qualidade ao usuário.

Demora nas respostas, nos encaminhamentos e longa espera para ser atendido precisam ser repensados. Além disso, a gestão também necessita de um olhar especial, com revisão das tabelas, pagamentos em dia, auditoria do fluxo de caixa e tratamento digno dos funcionários. A melhoria no atendimento e prestação do serviço ao cliente se dará da seguinte forma:

- Pontualidade dos pagamentos e revisão das tabelas. Os pagamentos para os prestadores de serviços precisam ser revisados para que aconteça pontualidade. O pagamento em dia gera segurança e conforto aos prestadores de serviços (hospitais, clínicas e profissionais da saúde), pois possibilita o planejamento e previsibilidade, auxiliando-os na administração e gestão financeira eficiente. Além disso, é preciso realizar a revisão das tabelas de honorários, materiais e medicamentos, para garantir valores compatíveis com o mercado e preço justo.
- Reavaliação do sistema de cotas A definição de cotas - quantidade de exames ou consultas a que o paciente tem direito - muitas vezes inviabiliza um tratamento eficaz, já que por muitas vezes é necessário repetir um exame ou ir a outros especialistas. Prestadores de serviço também sofrem, porque precisam por vezes liberar exames e consultas e não recebem por isso. Restringir o acesso do usuário e do prestador acaba por impedir um avanço no tratamento.
- Hospital do Servidor Público Colocar o Hospital do Servidor Público, que já está pronto, para funcionar será questão de primeira ordem. Com ele, os usuários do Ipasgo poderão desfrutar de mais um local de atendimento, o que irá prover inúmeros benefícios para a saúde em Goiás.
- Novos serviços O Ipasgo precisa credenciar novos serviços, além de novas especialidades médicas. Assim poderá atender melhor o usuário, oferecendo maior gama de escolhas, não só em Goiânia, mas em todo o Estado. O usuário necessita ter acesso a exames e médicos em locais mais próximos de sua residência; melhorar a logística poderá desafogar a capital e facilitar a vida dos usuários em geral.
- Qualificação Um efetivo plano de melhoria contínua da mão de obra é outro ponto importante. A qualificação, por meio de treinamentos e cursos, é necessária para que os funcionários da instituição estejam cada vez mais capacitados e preparados para o trabalho de atendimento, entre tantas outras áreas de atuação.
- Atendimento oncológico A melhoria no atendimento oncológico é uma das metas principais. Pacientes com câncer precisam de qualidade, agilidade e prioridade. Exames, médicos, entre outros serviços, precisam ser oferecidos com rapidez e eficiência para que os usuários oncológicos tenham melhores perspectivas de tratamento e de cura.

EDUCAÇÃO

Além disso, o projeto para o eixo CONHECER prevê também:

- Educação que promova um resgate de valores e princípios, que democratize questões de civismo e cidadania, oferecendo as disciplinas em todas as unidades de ensino.
- Busca incessante para o aumento da nota do IDEB nos ensinos Fundamental e Médio no Estado; além de garantir o domínio básico de matemática e português até os 8/9 anos.
- Promover campanhas educativas voltadas para preservação do patrimônio público, cultural e ambiental, evitando assim a depredação, principalmente nas unidades escolares;
- Implantar o programa Reforma de Verdade, que prevê recuperar a estrutura física da rede escolar, tanto da zona urbana como rural, com o objetivo de dotar as unidades dos requisitos e condições físicas necessárias para garantir os direitos de todos à aprendizagem, ao desenvolvimento e a permanência na escola;
- Criar, fortalecer e atualizar as bibliotecas escolares, salas de leitura e outros ambientes facilitadores da aprendizagem;
- Aumentar a segurança nas escolas e imediações, com projetos que promovam parcerias entre as unidades e a Polícia Militar ou Guarda Civil – onde for adequado.
- Ofertar à população afrodescendente, indígena e calunga uma educação que corresponda às suas reais necessidades, respeitando o universo sociocultural em que vivem, por meio de desenvolvimento de projetos específicos em cada área.
- Revitalizar o Programa Merenda Escolar, em todos os segmentos de ensino, oferecendo uma alimentação saudável e rica em nutrientes;
- Reduzir a Retenção Escolar do bloco pedagógico apenas aos 1º e 2º anos do ensino Fundamental, através de ações que garantam a aprendizagem efetiva do aluno.
- Aumentar significativamente o número de escolas profissionalizantes no Estado.

1. EDUCAÇÃO INFANTIL

Embora a educação infantil seja de responsabilidade dos municípios, a gestão de Daniel trabalhará em conjunto com as prefeituras para zerar o déficit de vagas em todo o estado, garantindo a inserção de todas as crianças na rede de ensino. É comprovado que o aluno que recebe uma boa educação nos primeiros anos escolares tem mais chances de aprender melhor nas próximas etapas (onde o governo estadual atua); por isso a importância de dar suporte aos municípios para que os alunos cheguem à segunda metade do ensino fundamental com capacidade para apreender e dominar as áreas de conhecimento essenciais ao seu histórico educacional.

A parceria entre Estado e municípios se dará por meio do Programa Toda Criança na Escola, que prevê a liberação de vouchers que poderão ser utilizados em instituições da rede particular de ensino, quando não houver, na rede pública, vagas suficientes para todas as crianças. A distribuição dos vouchers obedecerá a critérios pré-estabelecidos, semelhantes aos utilizados em programas sociais. Em Goiânia, o déficit de vagas é estimado em torno de 15 mil; no restante do estado faltam outras 15 mil vagas, aproximadamente, num total de 30 mil vagas – para atender toda a demanda de educação infantil em Goiás.

2. ESTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Ensino fundamental e ensino médio Oferta de ensino em tempo integral em unidade diferente da escola (prédio físico) que oferece o ensino regular; para isso, serão criadas unidades regionais, chamadas de Estação do Conhecimento, em que o aluno poderá desenvolver, no contra-turno, atividades em áreas específicas, oportunizando uma programação que de fato prioriza o CONHECER e oferece oportunidade de aprendizagem em tempo integral.

A proposta universaliza oportunidades, oferecendo ao aluno da rede pública aquilo que é encontrado nas melhores escolas do país. A medida propiciará a ampliação do número de alunos atendidos em tempo integral, e oferecerá mais qualidade no ensino integral, além de permitir que os prédios dessas escolas sejam aproveitados em todos os turnos. Nas unidades da Estação do Conhecimento serão oferecidas as seguintes modalidades: Estação do Esporte; Estação de Idiomas; Estação de Arte e Cultura; Estação de Tecnologia (difusão e desenvolvimento tecnológico) e Estação do Empreendedorismo. Além das atividades, as unidades oferecerão também a oportunidade de Ensino Médio Profissionalizante, que funcionará por meio de parcerias com empresas do Sistema S e iniciativa privada. Serão oferecidos cursos para formação/qualificação de mão de obra conforme a necessidade do mercado.

Desta forma, será possível sanar o déficit de mão de obra qualificada em áreas específicas e oferecer colocação no mercado de trabalho para esses alunos logo que concluem o ensino médio.

3. ENSINO DA PROGRAMAÇÃO DIGITAL

Tem por objetivo preparar o aluno para a nova realidade, em que a tendência do mercado de trabalho é de troca da força humana por soluções digitais/tecnológicas; A proposta é fazer com que os alunos saiam da escola capazes de fazer a transição desse processo, transformando-os em desenvolvedores das tecnologias que realizarão o trabalho de pessoas. As aulas e cursos serão ministrados nas Estações do Conhecimento.

A medida diminui a distância entre pobres e ricos na questão da tecnologia, à medida que dá acesso, aos alunos da rede pública estadual, a aulas que já são oferecidas há algum tempo na rede particular, como robótica, por exemplo, e cursos para desenvolvimento de aplicativos e outras soluções digitais.

4. ENSINO SUPERIOR

- Universalização do ensino superior no Estado de Goiás através da oferta, pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), de cursos de educação à distância (EAD); além de ampliar o número de vagas no ensino superior gratuito, o projeto oferece oportunidades àqueles que residem em regiões de difícil acesso no Estado.
- Implantar o Programa UEG Vacionada, com integração do ensino profissionalizante - Adaptar os cursos oferecidos pela UEG de acordo com a vocação econômica da região, priorizando os cursos tecnológicos. Entre os cursos a serem oferecidos temos a agroindústria, o agronegócio, a horticultura, design de moda, gestão de cooperativas, gestão de segurança privada, gestão pública,

negócios imobiliários, gestão comercial, gastronomia, gestão desportiva e de lazer, hotelaria, eventos e gestão de turismo, dentre outros;

- Promover concursos públicos para formação de quadro próprio de docentes e incentivar o aperfeiçoamento acadêmico dos professores, oferecendo oportunidades para mestrados e doutorados;
- Ampliar o acervo existente nas bibliotecas das unidades, com oferta de títulos voltados aos cursos ministrados, bem como integrar as diversas bibliotecas em um processo virtual;
- Criar lei, no que diz respeito aos diferentes acervos bibliográficos e culturais, para que doações diversas e heranças de pessoas sem herdeiros beneficiem diretamente a UEG.
- Fomentar no âmbito da UEG pesquisas científicas em novas tecnologias para o atendimento às pessoas com deficiência, como também incentivar a instalação de equipamentos para o melhor acesso aos centros culturais e esportivos no estado.

5. ANALFABETISMO

- Reduzir significativamente os índices de analfabetismo no Estado de Goiás, cuja coordenação do projeto será da UEG, em parcerias com instituições de ensino e segmentos organizados, criando um certificado para os municípios que zerarem o analfabetismo em sua região;
- Fortalecer a Educação de Jovens e Adultos (EJA) também com o ensino à distância;
- Oferecer incentivo fiscal e premiações às empresas de Goiás que aderirem ao projeto de erradicação do analfabetismo entre seus funcionários.

6. VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

- Estabelecer uma política de valorização dos profissionais em Educação, com aplicação da gratificação por titularidade, e oportunizar a formação continuada, com a criação de núcleos regionais de formação continuada;
- Valorizar o profissional, revendo a carreira do magistério e priorizando a questão salarial;
- Fortalecer a governança e gestão das unidades escolares;
- Manter eleição para diretores mediante a participação da comunidade escolar.

EMPREENDER (GERAÇÃO DE EMPREGOS)

O programa de governo cita “gerar empregos” apenas uma vez em todo plano e apenas relacionado ao Eixo “Empreender”. Entretanto, dentre desse eixo o programa não apresenta questões claras acerca da geração de empregos.

CANDIDATO: Kátia Maria¹³

¹³ Plano de governo

O programa não possui propostas nos eixos da Educação, Saúde e Geração de emprego.

CANDIDATO: Marcelo Lira¹⁴

EDUCAÇÃO

- Estatização plena de todo o sistema educacional público goiano, conferindo autonomia financeira, política, administrativa e pedagógica as instituições educacionais em seus diferentes níveis e modalidades, colocando-as sob controle dos trabalhadores, a partir da criação de Conselhos Populares, eleitos entre os profissionais da área e usuários, com mandatos imperativos e com autonomia para a definição, administração e organização das políticas educacionais.
- Articulação entre os diferentes níveis e modalidades de ensino, como forma de planejar, administrar e organizar as políticas educacionais.
 - Ensino Infantil (universalização de acesso, permanência e êxito);
 - Ensino Fundamental (universalização de acesso, permanência e êxito);
 - Ensino Médio (universalização de acesso, permanência e êxito);
 - e,
 - Ensino Superior (universalização de acesso, permanência e êxito).
- Adoção de políticas voltadas à estruturação, fortalecimento e consolidação dos dois Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, presentes no Estado de Goiás (IFG e IFGoiano). A estruturação e consolidação dos Institutos Federais serviriam de experiência para a transformação de todo o sistema educacional goiano, particularmente, o Ensino Médio.
- Adoção da Formação Integrada em todos níveis e modalidades de ensino da Rede Pública, articulando um conceito de Educação Básica que abranja desde o Ensino 25 Infantil ao Médio Integrado, como forma de forjar Currículos articulados aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.
- Estabelecer relações de parceria com os Institutos Federais, como forma de se incentivar e articular políticas de formação e formação continuada de professores.
- Estabelecer relações de parceria com os Institutos Federais, como forma de se incentivar e articular políticas de Educação de Jovens e Adultos, tanto no Ensino Fundamental e Médio, Superior, para atender as necessidades dos diversos contextos e arranjos produtivos locais do Estado.
- Estabelecer relações de parceria com os Institutos Federais, voltadas à criação de Cursos Superiores e Médio Integrado, como forma de elevar a escolaridade dos filhos dos trabalhadores do campo, bem como criar uma expertise capaz de fazer a transição do degenerado modelo agroquímico

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/GO/2022802018/90000619101//proposta_1534291539239.pdf

¹⁴ plano de governo

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/GO/2022802018/90000621006//proposta_1534364719037.pdf

para o modelo agro-orgânico, transitando de uma economia fundamentada no latifúndio e no agronegócio, para uma economia de agricultura familiar fundamentada na agroecologia.

- Implementar uma política de segurança alimentar e nutricional em toda a Rede Pública de Ensino, em todos os seus níveis e modalidades, a partir do fomento a agricultura familiar e a agroecologia, levando alimentos saudáveis orgânicos para as Escolas, como forma de combater a obesidade e outras doenças e transtornos relacionadas a má alimentação. Estabelecer parceria com os pequenos e médios produtores, criando-se estímulo a produção de alimentos orgânicos e saudáveis, para abastecer as Escolas da Rede Pública e garantir a segurança alimentar da juventude goiana.
- Criação de Institutos Estaduais, com autonomia política, financeira, administrativa e pedagógica, enquanto sistema educacional formativo voltado à elevação da escolaridade dos filhos da classe trabalhadora urbana e rural, articulando-se um tipo de formação emancipatória, que se preocupe tanto com a qualificação da classe trabalhadora, quanto com o desenvolvimento de suas capacidades criativassocioculturais, fundamentados no respeito à diversidade.
- Criação de Centros de Atendimentos Multidisciplinares em todos os Municípios e Bairros dos grandes centros urbanos, como forma de estruturar, garantir e efetivar o processo de inclusão de pessoas com deficiências no sistema educacional, instituindo-se políticas de acessibilidade: a) atitudinal; b) arquitetônica; c) metodológica; d) programática; e) instrumental; f) nos transportes; g) nas comunicações; e, h) digital.
- Criação de Centros de Cultura Popular em todos os Municípios do Estado e bairros dos grandes centros urbanos.
- Criação de Bibliotecas Públicas em todos os Municípios do Estado e bairros dos grandes centros urbanos.

SAÚDE PÚBLICA.

1. Fiscalizar o cumprimento integral, por parte do Poder Público, que dispõe sobre o valor mínimo a ser aplicado pelo Estado em ações e serviços públicos de saúde.
2. Combater e romper com qualquer medida que tenha como objetivo o repasse dos serviços de saúde para as mãos da iniciativa privada, particularmente a gestão pelas Organizações Sociais (OS's), tendo em vista que os referidos serviços devem ser constitucionalmente prestados pela administração pública.
3. Propor a discussão, mediante audiências públicas ou outros instrumentos pertinentes, sobre o modelo de gestão de saúde pública em Goiás.
4. Trabalhar, em parceria com o Conselho Estadual de Saúde, no sentido de fomentar a criação de Conselhos Locais de Saúde nas unidades em que ainda não existam, e fortalecer a atuação dos Conselhos já existentes, pois é através destas estruturas que a população usuária do SUS consegue exercer o Controle Social.
5. Propor a criação de Unidades de Saúde voltadas para o atendimento de dependentes químicos.

a) Aborto como saúde pública No Brasil, o aborto é proibido, salvo, exceções quando há risco à vida da mãe causado pela gravidez, em casos de estupro e se o feto não tiver cérebro. São realizados cerca de 46 milhões de abortos anualmente em todo o mundo, aproximadamente 160 mil por dia. Dentre esses, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 19 milhões são feitos de maneira clandestina e insegura, resultando na morte de 70 mil mulheres por ano; mais de 5 milhões enfrentam sequelas do procedimento mal realizado. As leis restritivas são a causa fundamental dessas mortes. Estima-se que pelo menos dois abortos são realizados por minuto no Brasil (IPAS Brasil). A Pesquisa Nacional de Aborto 2016 (PNA), revela que as mulheres negras e indígenas com menor nível de escolaridade, e que vivem no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, apresentam taxas de aborto mais altas. Somente no centro-oeste do Brasil, cerca de 55 mil abortos são realizados anualmente. A criminalização do aborto traz consequências negativas para a saúde das mulheres, é pouco efetiva na coibição da prática e reafirma as desigualdades sociais. Essa é mais uma forma de controle sobre a vida das mulheres e de manutenção do sistema patriarcal, principalmente sobre as mulheres negras e pobres das periferias urbanas. Não é possível falar sobre a criminalização do aborto sem fazer o recorte de classe e raça/etnia, já que as mortes ligadas a esse procedimento se dão em sua esmagadora maioria ligadas aos procedimentos inseguros, feitos em locais sem condições mínimas necessárias.

- Adoção de Políticas de redução de danos, entendendo o usuário de entorpecentes no âmbito da saúde pública.
- Defesa da descriminalização das drogas.
- Defesa da descriminalização total do Aborto.
- Pelo direito ao abortamento legal indiscriminado e seguro até 12 semanas de gestação.
- Pela formação de profissionais de saúde capazes de acolher e conduzir de forma humanizada a realização de abortos seguros nos casos já previstos em lei;
- Pela implementação dos programas de educação sexual nas escolas, que sejam efetivos na discussão do tema.
- Pela ampliação e simplificação do acesso a métodos contraceptivos gratuitos, incluindo DIU, laqueaduras e vasectomias.
- Pela qualificação dos profissionais que atuam nas maternidades visando a humanização do atendimento às parturientes e puérperas.
- Pelo cumprimento da lei do acompanhante, nas esferas pública e privada, assim como da recém aprovada Lei de Doulas.

EMPREGOS

O programa não possui propostas claras acerca da geração de empregos.

CANDIDATO: Ronaldo Caiado¹⁵

¹⁵ Plano de governo

SAÚDE

- Resgatar a função do estado na gestão de ações e serviços de saúde à população.
- Instituir consórcios públicos intermunicipais de saúde como forma de fortalecer o gerenciamento regional da saúde no Estado de Goiás.
- Implantar AME PLUS - Ambulatório Médico de Especialidades.
- Implantar centros de referência em odontologia de média e alta complexidade.
- Reorganizar a disponibilidade da oferta de serviços dos principais hospitais geridos pelas Organizações Sociais.
- Estruturar a internação domiciliar com o objetivo de humanizar o atendimento e diminuir custos de diárias de UTI de pacientes crônicos.
- Estabelecer parcerias por meio de convênios ou outros instrumentos com entidades da sociedade civil que prestam serviços de amparo a dependentes químicos.
- Fortalecer a gestão do sistema de saúde utilizando-se de indicadores e tecnologia da informação para tomada de decisão estratégica em saúde, baseadas nas contratualizações acordadas.
- Efetivar a central de inteligência em saúde, com base na tecnologia da informação para congregar informações determinantes e condicionantes em saúde, com objetivo de tomar decisões estratégicas com foco em resultados para população.
- Estabelecer parcerias para apoiar, orientar e melhorar a prática de atividades físicas em hipertensos crônicos, diabéticos, doentes reumáticos, obesos.
- Facilitar o acesso da população à saúde com qualidade e humanização, com profissionais de saúde qualificados e exames complementares laboratoriais básicos, além de equipamentos médico-hospitalares essenciais.
- Apoiar a atenção primária da saúde de família, parametrizada conforme orientação do MS, criando equipes regionais de apoio com psicólogos, educadores físicos e nutricionistas.
- Efetivar a regionalização e a descentralização das ações e serviços de saúde.
- Fazer funcionar, com excelência, os hospitais regionais existentes e minimizar os vazios assistenciais identificados nas regiões do estado para serviços de média e alta complexidade, através da ampliação da gestão regional e do aperfeiçoamento e ampliação da rede por meio de parcerias com o terceiro setor.
- Priorizar a eficiência e a equidade nas ações e serviços prestados, humanizando e melhorando a qualidade do atendimento.
- Implementar a telemedicina como recurso do sistema de saúde.
- Fomentar a participação da sociedade no processo de tomada de decisão.
- Efetivar a regulação, a avaliação, a auditoria e o controle social do SUS.
- Ampliar serviços de atenção básica, em parceria com os municípios, e da vigilância em saúde.
- Fortalecer a assistência farmacêutica, laboratórios e os Serviços de Apoio, Diagnóstico e Terapêutica (SADT).
- Otimizar a distribuição regional dos leitos hospitalares e leitos de UTI disponíveis pelo Sistema Público de Saúde e gerenciar melhor sua utilização pelo sistema.

- Dar prioridade para gestão de unidades e serviços de saúde, sob a responsabilidade direta do ente estadual e para serviços próprios e filantrópicos na aplicação de recursos.
- Reestruturar os serviços de atenção psicossocial no estado.
- Desenvolver serviços de atendimento à urgência e à emergência, incluindo o serviço móvel de urgência.
- Implementar políticas de saúde inter setoriais e transversais, relacionadas às questões ambientais, às questões sanitárias e às demandas das populações e grupos vulneráveis.
- Fortalecer a política de transplante no estado, ampliando as informações e o controle nas regiões.
- Priorizar ambientes de serviços adequados às necessidades técnicas e da população usuária.
- Valorizar a atuação dos servidores do Sistema de Saúde de Goiás.
- Buscar fixar os profissionais de saúde nas regiões mais distantes.
- Implantar política de educação permanente em saúde.
- Implementar ações e serviços de saúde bucal.
- Levar aos municípios goianos e às regionais da saúde equipamentos de tecnologia da informação (TI) necessários para se fazer contatos online, em tempo real, entre o nível central, regionais e unidades municipais, com o objetivo de fortalecer a saúde;
- Instalar unidade de referência em doenças Cardiovasculares no Estado;
- Instalar unidade de referência em Oncologia para Goiás;
- Estruturar a internação domiciliar com o objetivo de humanizar o atendimento e diminuir custos de diárias de UTI de pacientes crônicos;
- Estabelecer parcerias por meio de convênios ou outros instrumentos com entidades da sociedade civil que prestam serviços de amparo a dependentes químicos.

EDUCAÇÃO

- Valorizar os profissionais e oferecer condições básicas nas unidades educacionais para que possam efetivamente realizar suas atividades.
- Aumentar a segurança nas escolas, por meio da ampliação de batalhões escolares, do investimento na segurança patrimonial das escolas e da implementação de metodologias de fomento à cultura da paz nas escolas
- Instalar bibliotecas e laboratórios de ciências na escola que não dispõe destes equipamentos.
- Garantir os repasses constitucionais para a Educação.
- Realizar exame estadual de avaliação do ensino nos anos alternados ao Ideb.
- Estabelecer ações em conjunto com os municípios e instituições para ampliar a taxa de atendimento de jovens e adultos, visando reduzir as taxas de analfabetismo no estado.
- Reduzir o déficit de vagas em creche aportando recursos do estado em parcerias com municípios e entidades do terceiro setor;
- Reduzir a escassez de infraestrutura e de recursos pedagógicos nas escolas estaduais, com foco em:
 - Aumentar a quantidade de escolas que possuem dependências acessíveis aos portadores de deficiência.

- Reduzir os índices de evasão escolar.
- Elevar a qualidade do Ensino Médio, com investimento em docentes, em planos de ensino e em equipamentos.
- Criar incentivos à permanência na escola dos alunos mais vulneráveis ao abandono.

- Aumentar significativamente as vagas de Ensino Profissional Integrado com o Médio.
- Melhorar a sistemática de mapeamento no estado das demandas do setor, de forma integrada, para gerar banco de dados estatísticos e gerenciais a fim de aprimorar a qualidade das políticas educacionais.
- Estabelecer em parcerias com os municípios formas de colaboração e cooperação para fortalecer o sistema de ensino.
- Fazer proveito das experiências de sucesso no Brasil e em Goiás para aprimorar a eficiência na educação.
- Ampliar gradativamente a oferta de educação integral.
- Ampliar gradativamente a oferta de vagas e profissionais nas unidades educacionais para pessoas com necessidades especiais, nas classes comuns, e viabilizar as condições de acessibilidade.
- Promover a realização de Concursos Públicos, na medida das necessidades de regularização do vínculo dos profissionais da educação nos termos da legislação específica.
- Ampliar a estrutura logística de transporte escolar.
- Implementar ações de fortalecimento de atividades do Sistema de Educação e dos Conselhos Municipais de Educação.
- Trabalhar para a melhoria das ações de gestão administrativa e pedagógica das unidades educacionais.
- Desenvolver ações educacionais específicas para os privados de liberdade e os que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas.
- Assegurar acesso, permanência e aprendizagem ao aluno.
- Estabelecer a implantação de políticas públicas de Educação Infantil, assim como um Programa de Educação de Qualidade para o Ensino Fundamental voltado aos municípios. • Realizar uma Avaliação da Educação Profissional Pública, ajudando na ampliação de vagas e melhoria da qualidade;
- Implementar políticas de educação ambiental.
- Transformar as escolas em centros de referência para as ações da comunidade.
- Aumentar o número de escolas estaduais com oferta de ensino integral: disponibilizar essa modalidade em, pelo menos, 50% da rede estadual de ensino, cobrindo até 25% do total de matrículas.
- Criar plano especial de vagas em estabelecimentos públicos de ensino para crianças e jovens em situação de risco.

1. UNIVERSIDADES

- Novo ordenamento institucional que elimine a politicagem nefasta que destrói sua democracia, seus valores acadêmicos e sua estrutura administrativa e que possa ampliar o foco da ação educacional, colocando como protagonistas docentes, servidores e estudantes com o objetivo de proporcionar à sociedade o melhor de sua produção científica, cultural e tecnológica.

- Retomada dos investimentos nos setores essenciais da instituição que buscará integrar e envolver a comunidade universitária com os grandes desafios do presente.
- Apoio à adoção de uma política de transparência orçamentária e administrativa na universidade.
- Descentralização dos recursos financeiros da instituição.
- Garantir, por meio de parceria entre a Escola de Governo e a UEG, investimentos na qualificação e na requalificação dos Servidores Técnico-Administrativos.
- Ampliar e fortalecer a assistência ao estudante na UEG.
- Apoiar o aprimoramento do corpo docente da UEG ampliando o número de mestres e doutores na Instituição.
- Fortalecer as políticas de valorização do corpo funcional da UEG.
- Aumentar o protagonismo da UEG como polo gerador de ideia e conceitos para o estado.

EMPREGO

Não apresenta propostas claras acerca de geração de empregos.

CANDIDATO: Weslei Garcia¹⁶

EDUCAÇÃO

A educação é fundamental para o desenvolvimento social de todas as demais políticas. Nossa defesa sempre será pelo ideário de Florestan Fernandes por uma educação pública, laica, universal e de qualidade. Uma educação plural, dialógica e dialética que permita aos educandos perceber a escola enquanto espaço de emancipação política, social e educacional. Para tanto, iremos defender ao estado de Goiás:

- Implantação de escolas de educação integral; Escolas politécnicas onde os jovens terão o cumprimento da grade curricular em um horário e no contra turno haverá implementação de práticas esportivas e artísticas como pintura, teatro, música, balé, lutas esportivas, natação (modelo das escolas politécnicas terão galpão, padaria, piscina, ginásio e laboratórios). Seu formato será ovalado.
- Valorização de todos os profissionais da Educação, com o atendimento das reivindicações mais prementes apresentadas pelos sindicatos representativos das respectivas categorias da área como o retorno da Titularidade e aumento de salários.
- Trabalhar pela eliminação do analfabetismo no estado durante os quatro anos de mandato com o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos para toda rede estadual com garantias da merenda escolar e transporte gratuito aos estudantes;
- Construção de novas escolas para atender à demanda crescente de matrículas na rede pública estadual de Goiás;
- Acabar com as escolas militarizadas em todo o estado;

¹⁶ plano de governo

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/GO/2022802018/90000602039//proposta_1535147950060.pdf

- Realização de reformas urgentes na maioria das escolas públicas do estado, tornando-as mais funcionais, limpas e higiênicas e adaptadas para atender aos portadores de necessidades especiais;
- Enfrentar e resolver o principal problema do ensino no estado, que é a melhoria do atendimento às crianças matriculadas a partir da segunda etapa do ensino fundamental.
- Implantar a Gestão Democrática na rede estadual com eleições para diretores, vice-diretores e secretários escolares por parte da comunidade escolar.
- Implantar a Jornada Ampliada a todos estudantes e professores da rede estadual.
- Investimento de 15% do PIB estadual exclusivamente em educação.
- Realização imediata de concurso público para atender as demandas das escolas estaduais.
- Implantação de Planos de cargos e salários para todos servidores da educação;
- Pagamento do Piso nacional, sem nem um prejuízo dos direitos já garantidos pelos professores do Estado de Goiás.
- Fortalecimento das Escolas no campo, com uma educação de qualidade, mas atenta às especificidades deste espaço. Garantia de uma formação específica para os professores voltados ao campo com incentivos salariais.
- Projeto político-pedagógico baseado no Materialismo Histórico-Dialético — ensino, aprendizagem, avaliação — formulado com a participação da comunidade envolvida;

SAÚDE

Encaramos a saúde pública como proposta de cuidar das pessoas. O acolhimento é essencial desde a chegada de uma criança em seu nascimento até sua velhice. O sistema de saúde público precisa ser amplo, universal, gratuito e que atenda com carinho e responsabilidade todas e todos. Vamos fortalecer investimentos no Hospital Araújo Jorge no tratamento do câncer. Para além disso, iremos:

- Fortalecer o SUS- Romper os Contratos com as OS, (s) retornar os Hospitais para administração direta pelo estado. Implantação do Programa Saúde em Casa, onde equipes integradas por profissionais Médicos(as), Enfermeiros(as), Auxiliares e Técnicos de Enfermagem, Psicólogos, Odontólogos, Nutricionistas e demais profissionais da área atenderão os pacientes em seus domicílios;
- Conclusão do HUGO na região do entorno e todos os hospitais iniciados e nunca concluídos pelo governo;
- Implantação dos consultórios rua, para atender aos dependentes químicos,
- Construções de Caps, Casa da Mulher, em número suficiente conforme a demanda.
- Reforma de todas as unidades da Secretaria de Saúde de Goiás, principalmente Hospitais e Centros de Saúde;
- Retomar o laboratório público para o estado, IQUEGO, com objetivo de produção de remédio mais barato e gratuito.
 - Suprir a rede de hospitais e postos com medicamentos e insumos necessários a um atendimento digno à população;
- Realização de novos concursos para o preenchimento das vagas na saúde; melhorar as condições de trabalho e salários dos servidores, conforme as

reivindicações dos servidores, respeito as suas entidades de classe, democratizar a gestão. Fim dos apadrinhamentos para os cargos de chefias que serão ocupados preferencialmente por servidores de carreira.

- Prioridade nos programas de promoção da saúde com base na prevenção, destacando o combate aos vetores transmissores de doenças infectocontagiosas, e a integração dos sistemas escolar e de saúde, de modo a prover assistência médica aos alunos e a educação para a saúde.
- Ampliação da rede estadual de hospitais, garantindo a assistência médica à população em tempo hábil, a começar pelo atendimento das áreas mais pobres; e realização de concurso público para contratação urgente de pessoal especializado.

EMPREGOS

O programa não oferece propostas claras acerca da geração de empregos.

CANDIDATO: Zé Eliton¹⁷

EDUCAÇÃO

1. Educação básica:

Garantir educação de qualidade, inclusiva e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem que permitam as pessoas escolhas adequadas ao longo da vida.

Promover uma educação com gestão inteligente e democrática, articulando metodologias, procedimentos didáticos e ferramentas de ensino que proporcionem maior participação dos estudantes e o envolvimento da família com a escola, visando à formação integral. Manter as melhorias e adequações da infraestrutura física e tecnológica, com melhor uso e ocupação dos equipamentos educacionais, viabilizando oportunidades iguais de aprendizagem, aperfeiçoando os mecanismos de diagnóstico e monitoramento escolar para ofertar aulas estruturadas de alto nível e o entendimento de como os estudantes aprendem.

Implementar as metodologias e as ferramentas pedagógicas atuais, direcionadas à formação integral do estudante, adequando-as à estrutura curricular de Goiás e à Base Nacional Comum Curricular, de modo a desenvolver práticas educacionais inovadoras, integradas às competências sócioemocionais, ao ensino híbrido e às metodologias ativas.

Programa de Valorização dos Profissionais da Educação com o aprimoramento da qualificação, formação, remuneração e a implantação de carreiras de gestão administrativa escolar.

Iniciativas Garantidas

¹⁷ plano de governo

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/GO/2022802018/90000609446//proposta_1534359628392.pdf

- Valorizar os profissionais da educação, mantendo os direitos do Plano de Carreiras dos profissionais da educação. Realização de concursos públicos para diversas carreiras da educação.
- Ampliar os instrumentos e canais de gestão democrática das unidades escolares, consolidando a atuação dos Conselhos Escolares com recursos descentralizados, promovendo e incentivando a participação da família e comunidade local, por meio da implantação de ações de pertencimento da escola e uso multicultural do espaço escolar.
- Investir na infraestrutura física e tecnológica, laboratórios, sistema de segurança, vigilância eletrônica, redes lógicas, climatização das salas de aula, para garantir melhores condições de trabalho, adequação das escolas de tempo integral e de todas as escolas da rede pública estadual.
- Consolidar a metodologia de Gestão Escolar para resultados de aprendizagem em toda rede, com foco na gestão democrática, aperfeiçoamento das áreas pedagógica, financeira, administrativa e envolvimento com a comunidade.
- Desenvolver mecanismos de melhoria da qualidade educacional, com base nos indicadores de excelência e equidade, com vistas ao aprimoramento dos modelos educacionais e suas especificidades (Escola Padrão, Tempo Integral, Militar, Campo, Quilombolas, indígenas, dentre outras).
- Ampliar o número de escolas com atendimento em tempo integral conforme a demanda dos municípios e investir em práticas de desenvolvimento integral dos estudantes e educadores, voltadas às competências socioemocionais, cognitivas, afetivas e psicomotoras.
- Consolidar parcerias com os municípios para oferecer suporte e assistência técnico-pedagógica, sistemas de avaliação e gestão educacional, necessários para que as redes municipais aperfeiçoem a qualidade do ensino fundamental.
- Aprimorar os projetos e ações na perspectiva da educação inclusiva, implantando e fomentando políticas públicas intersetoriais que garantam a igualdade, o atendimento às pessoas com deficiência, o respeito a todos, na perspectiva dos direitos humanos.
- Garantir transporte escolar adequado para o acesso do estudante à escola.
- Apoiar bandas e fanfarras escolares, renovando instrumentos musicais e uniformes.

Iniciativas Inovadoras

- Ofertar o Mestrado Profissional para professores da educação básica.
- Implantar a “Bolsa Permanência” incentivando a permanência e o sucesso dos jovens na sua trajetória escolar e em seus projetos de vida.
- Implantar a Bolsa Jovem Pesquisador que fomenta e estimula a iniciação científica na educação básica.
- Implantar o Programa Cidadão do Mundo por meio da criação de Centros de Línguas e o incentivo a intercâmbios, inclusive internacionais.
- Garantir a acessibilidade de estudantes com deficiência nos ambientes escolares, com a adequação da infraestrutura – física, pedagógica e tecnológica.
- Ampliar o Projeto Aprender Mais com a difusão do material pedagógico inovador no Ensino Fundamental e Médio para todas as áreas do conhecimento.

- Implantar o programa de desenvolvimento de competências socioemocionais para estudantes, professores e famílias.
- Garantir a formação inicial e continuada para professores indígenas e quilombolas.
- Garantir a formação continuada para professores que atuam no sistema socioeducativo e prisional.
- Implementar o Programa Escola Segura por meio do clima escolar acolhedor, motivador e inspirador com o desenvolvimento de ações preventivas às violências (físicas, psicológicas e cibernéticas) a partir da prática de mediação de conflito com maior integração à Rede de Proteção.
- Implementar metodologias e ferramentas pedagógicas inovadoras, desenvolvendo práticas educacionais integradas ao ensino híbrido (tecnologia aliada ao ensino), metodologias ativas (autogestão da aprendizagem), ensino de robótica, dentre outros.

2. Educação profissional

Democratizar o acesso à educação profissional observando as peculiaridades regionais e os arranjos produtivos locais com vistas ao empreendedorismo e à qualificação das pessoas para o mundo do trabalho.

Iniciativas Garantidas

- Aprimorar a capacidade de entregas e resultados da rede de educação profissional com a ampliação e melhoria dos seguintes projetos: Institutos Tecnológicos (ITEGOs), Colégios Tecnológicos (COTECS), Centros de Educação Profissional (CEPs) e Colégios Tecnológicos Móveis (CTMs), para atendimento às demandas do setor produtivo e dos arranjos produtivos locais.
- Ampliar a infraestrutura física e tecnológica dos cursos profissionais.
- Ampliar a oferta dos cursos profissionais nas modalidades presencial e à distância.

Iniciativas Inovadoras

- Implantar a educação profissional na educação de jovens e adultos, de forma a estimular a conclusão da educação básica, com as competências exigidas pelo mercado de trabalho.
- Implementar a oferta de curso técnico integrado ao ensino médio em regime de Tempo Integral.
- Ofertar cursos técnicos profissionais para pessoas com deficiência, contribuindo para a inserção no mercado de trabalho.
- Ofertar cursos Técnicos de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada em parceria com o Governo Federal e com recursos próprios.
- Fomentar programas de incubação tecnológica, de tecnologias sociais, da economia solidária e cultural, da economia criativa.
- Ampliar o investimento em centros de pesquisas, extensão e inovação tecnológica. vii. Desenvolver parcerias com instituições do sistema “S” para fortalecer a educação profissional em Goiás.

3. Educação superior

Ampliar o acesso à educação superior e potencializar a pesquisa e a pós-graduação e extensão para o desenvolvimento regional do estado de Goiás. Estimular o desporto e o paradesporto universitário. Implantar o Parque Científico e Tecnológico.

Iniciativas Garantidas

- Otimizar a estrutura física e humana da UEG dos municípios goianos, com ações planejadas atendendo as diretrizes do Plano Nacional de Educação e colaborar com o acesso à educação superior no estado de Goiás, por meio da interiorização.
- Valorizar os docentes da UEG, com o aprimoramento da qualificação, formação e remuneração.
- Fortalecer a UEG para se tornar centro de referência em ensino, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- Consolidar e fortalecer o Centro de Empreendedorismo, Tecnologia e Inovação da UEG (Inova Centro).
- Melhorar e consolidar as ações afirmativas para ingresso na educação superior.
vi. Fortalecer o desporto e o paradesporto universitário.

Iniciativas Inovadoras

- Universalizar o acesso ao ensino superior, implementando a UEG em Rede com cursos que atendam os cidadãos nos municípios goianos.
- Promover a articulação dos núcleos de pesquisa institucional das IES com o setor produtivo e os arranjos produtivos locais (APLs) nos municípios goianos.
- Favorecer a articulação institucional entre as instituições de educação superior (IES) para a realização de pesquisas que promovam novas tecnologias e inovação.
- Adotar política de atração e permanência de mestres e doutores nas unidades da UEG do interior do estado de Goiás.
- Implementar um complexo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Científica e Tecnológica para o desenvolvimento regional e a sustentabilidade socioambiental, estruturado a partir das vocações acadêmicas da UEG acompanhadas da interação entre universidade, setor produtivo, sociedade e governo (quádrupla hélice) visando prospecção e disseminação de tecnologias e o desenvolvimento de negócios inovadores nas áreas estratégicas de
 - (i) engenharias, energias renováveis e sustentabilidade;
 - (ii) química, fármacos, cosméticos e biotecnologia;
 - (iii) agronegócio e alimentos;
 - (iv) tecnologia da informação e comunicação (TICs).
 - (v) Promover o relacionamento direto e permanente da comunidade acadêmica com o setor produtivo, com participação nas plataformas de cooperação para o desenvolvimento socioeconômico sustentável e inovação aberta.

SAÚDE

Oferecer serviços de saúde de qualidade com foco na excelência do atendimento das pessoas, aperfeiçoando o processo de otimização, resolutividade, qualidade e humanização do Sistema e da Rede de Saúde do Estado.

Iniciativas Garantidas

- Concluir o “Programa Terceiro Turno”, realizando procedimentos eletivos na rede estadual para atendimento da demanda acumulada e redução de espera para cirurgias eletivas, consultas e exames.
- Ampliar o acesso e oferta de serviços de saúde por meio da reorganização das Redes de Atenção à Saúde e apoio às prefeituras para a atenção básica.
- Fortalecer os serviços de atenção ao Pré-Natal e Parto como estratégia de redução da Mortalidade Infantil e da Mortalidade Materna
- Consolidar a cultura de gestão voltada para resultados, qualidade e transparência, nas Unidades de Saúde Estaduais, por meio das parcerias com as organizações sociais.
- Fortalecer o vínculo da saúde pública com o paciente, a família e a sociedade com serviços de vacinação, controle de doenças crônicas como hipertensão e diabetes e práticas integrativas;
- Implementar e expandir a rede de Unidades de Saúde Especializada - USE - fortalecendo o atendimento de média complexidade de forma regionalizada.
- Consolidar e fortalecer a rede Hugo, os hospitais da rede própria (HMI, HGG, HDT, Santa Marta, HMA) e as demais unidades, reforçando o atendimento hospitalar de média e alta complexidade, concluindo obras em andamento, investindo em equipamentos de forma a viabilizar sua operação.
- Aperfeiçoar as políticas de valorização dos profissionais de saúde, com aprimoramento da qualificação, formação e remuneração.
- Aprimorar o uso de tecnologia e informações gerenciais, ampliando a conectividade nas regionais de saúde e acesso ao ConectaSUS.
- Fortalecer a Vigilância em Saúde para as respostas às Emergências em Saúde Pública através da implantação do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde – CIEVS.
- Aprimorar os cuidados em saúde mental, fortalecendo as unidades de Atenção Psicossocial nos municípios, incluindo a ampliação da oferta de serviços de saúde para usuários de álcool e outras drogas.
- Realizar parcerias com as comunidades terapêuticas e clínicas de reabilitação do Estado, proporcionando condições para que se adequem às normas vigentes, visando o fortalecimento, a qualidade dos serviços prestados e ampliação da oferta de vagas.
- Ampliar o atendimento do Credeq e auxílio às demais instituições que atuam nas áreas de prevenção e tratamento de dependentes químicos.
- Manter e ampliar as estratégias de oferta de serviços itinerantes de respostas às necessidades de saúde e cidadania da população, garantindo a continuidade dos serviços e o cuidado integral em caráter permanente.
- Ampliar a capacidade de atendimento da Central Odontológica de Alta Complexidade.
- Integrar os Observatórios Estaduais de Mobilidade Urbana e Saúde Humana com vistas a identificar e atuar sobre as causas externas de óbito (acidentes de trânsito), produzindo informações e divulgação através do Conecta SUS.

Iniciativas Inovadoras

- Implantar de forma regionalizada Centros Especializados em Saúde da Mulher.
- Apoiar a implantação de Clínicas Odontológicas Populares em parceria com os municípios.
- Implantar o programa Fila Nunca Mais, que consiste em gestão permanente do atendimento às cirurgias, exames e consultas.
- Implantar de forma regionalizada o Hospital Dia com a oferta de serviços hospitalares e cirúrgicos de pequeno porte sem necessidade de internação.
- Implantar o Hospital Estadual de Tratamento do Câncer.
- Implantar de forma regionalizada os Centros de Apoio ao Diabético.
- Instituir Centros Regionais de Distribuição de Medicamentos.
- Implantar o Laboratório de Saúde Pública, com ações de genética clínica, voltadas ao diagnóstico genético e de doenças raras, incluindo testes de vínculo de paternidade.
- Implantar o Centro de Atenção Especializada em Cuidados Prolongados e Paliativos, incluindo a atenção integral a saúde da pessoa idosa.
- Organizar a assistência aos portadores de doenças de origem genética por meio da Implantação do Centro de Referência Estadual em Genética Clínica em Goiás.
- Implantar nas estruturas regionais Centros de Controle de Zoonoses (controle de doenças transmitidas por animais), Laboratórios de Saúde Pública e Centro de Respostas Rápidas as Emergências de Saúde Pública.

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Aumentar a geração de trabalho e renda para a população goiana, com programas de estímulo à contratação de trabalhadores da cidade e do campo, de capacitação profissional, de fomento aos encadeamentos produtivos e de fortalecimento do associativismo e do cooperativismo.

Iniciativas Garantidas

- Fortalecer as políticas públicas de estímulo à contratação de trabalhadores por parte das empresas instaladas em Goiás.
- Fortalecer os programas de estímulo à contratação de jovens pelas empresas.
- Apoiar iniciativas de fortalecimento do associativismo e cooperativismo para a geração de novas oportunidades de trabalho e renda na cidade e no campo.
- Investir na formação, capacitação e requalificação profissional dos trabalhadores goianos da cidade e do campo, em parceria com entidades do sistema “S” e instituições especializadas.
- Fomentar as atividades de trabalho e renda na economia criativa e no artesanato, na economia circular e economia solidária, apoiando a produção e a comercialização.

Iniciativas Inovadoras

- Desenvolver um programa com a criação de frentes de trabalho temporário para os serviços públicos, a infraestrutura e a construção civil.
- Desenvolver um programa para incentivar a iniciativa privada a gerar novas oportunidades de trabalho, na cidade e no campo (agricultura e pecuária familiar, horticultura e fruticultura, orgânicos, aquicultura e produção comunitária de alimentos).
- Criar um programa de estímulo à contratação de idosos pelas empresas.
- Estimular o fortalecimento dos encadeamentos produtivos existentes em Goiás, conectando oportunidades e ampliando a geração de trabalho e renda.

SÃO PAULO

CANDIDATO: João Doria¹⁸ (PSDB)

1. Educação
2. Saúde
3. Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo
4. Economia Criativa
5. Economia e Gestão

- **EDUCAÇÃO**

Temos a convicção de que o desenvolvimento sustentável só se efetiva mediante a oferta de uma educação de qualidade, num esforço colaborativo envolvendo o estado, a família e a sociedade, conforme preconiza o próprio artigo 205 da Constituição Federal. Também, em consonância com este mesmo artigo, quando falamos em qualidade estamos nos referindo ao desenvolvimento pleno das pessoas, preparando-as, não só para atender as novas demandas do século XXI, mas para que possam ter uma vida plena, o que em última análise corresponde ao seu sucesso pessoal, social e profissional. Por isso, a educação ocupa um lugar de destaque nas sociedades contemporâneas e nas políticas públicas de governos que têm compromisso com o futuro das pessoas. E o futuro é agora! Desenvolver plenamente as pessoas significa

¹⁸Disponível: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-sp-proposta-de-governo-coligacao-acelera-sao-paulo>

para nós o desafio de oferecer uma educação integral, na qual as pessoas possam ter assegurado o seu direito constitucional ao aprendizado pleno. O mercado do trabalho está passando por transformações profundas, carreadas pela automação dos processos e impactando a vida de milhões de pessoas. Isso exige pessoas preparadas para além dos aspectos cognitivos, mas que possuam habilidades desenvolvidas, como abertura ao novo, colaboração, pensamento crítico, criatividade, comunicação, entre outras que lhes permitam responder as atuais e futuras demanda deste novo mundo do trabalho 4.0. Assegurar esse desenvolvimento pleno significa oferecer uma nova escola para as nossas crianças e os nossos jovens, com professores valorizados e bem formados, com gestores profissionais e preparados para trabalhar em prol de uma gestão por resultados, na perspectiva de alcançar as metas educativas das políticas públicas e da própria sociedade organizada. Temos a consciência de que jovens bem preparados mediante a oferta dessa educação integral, vão precisar ter assegurado pelas políticas governamentais, a continuidade dos seus estudos – que possam ir além de uma educação de base. Nesse sentido, estamos comprometidos com os esforços que vão além do ensino médio, seja na oferta de uma educação profissional e tecnológica, seja no acesso ao ensino superior. Por fim, e não menos importante, estamos também conscientes de que o país, e o próprio estado de São Paulo, tem ainda dívidas educacionais do passado com a sua população. Nesse sentido, estamos particularmente nos referindo à alfabetização de nossas crianças. Não é mais admissível, em pleno século XXI, que tantas crianças ao completar sete anos de idade ainda não estejam alfabetizadas. Esse é um compromisso inadiável.

- **SAÚDE**

A saúde pública é um dos mais importantes temas no âmbito de governo, representando uma das minhas principais prioridades, como candidato ao Governo do Estado de São Paulo. Dentro deste importante contexto da administração pública, dois aspectos nos parecem essenciais: o apoio às ações assistenciais e à manutenção dos serviços de responsabilidade do Estado. As ações assistenciais terão dois componentes principais: o fortalecimento da rede hospitalar do Estado e o apoio aos municípios no atendimento dos procedimentos de média e alta complexidade. Para efetivação destas ações, faz-se necessária a utilização dos recursos mais atualizados de tecnologia da informação e da comunicação. Estes recursos deverão ser aplicados

em diversos níveis de ação, especialmente naqueles onde há interface direta com o cidadão. O gerenciamento de dados clínicos, a telemedicina, a gestão do acesso, da referência e da contra referência são componentes importantes para a boa assistência da saúde e que dependem de tecnologia. A rede hospitalar composta pelos hospitais próprios do Estado, pelos hospitais geridos pelas OSSs e pelas Santas Casas conveniadas deverão trabalhar em rede, de forma integrada, para que fique clara a responsabilidade de cada um, bem como a maneira pela qual os pacientes acessam cada um dos serviços. O apoio aos municípios, no que diz respeito a atenção básica, deve acontecer a partir do fornecimento de orientações, de como reproduzir os programas vitoriosos da nossa gestão municipal: Corujão da Saúde (exames e cirurgias), programa Dr. Saúde de Carretas, Programa Remédio Rápido, Projeto Redenção, Bem Estar Animal e Saúde do Idoso. O incremento das ações nos Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMES) deve ocorrer a partir da criação de novos serviços e do aprimoramento dos já existentes, especialmente, no que diz respeito à otimização do fluxo assistencial nestes serviços. Outra prioridade será a manutenção e melhoria dos programas já existentes no Estado, tais como Dose Certa, Farmácias de Alto Custo, FURP e os Institutos (Butantan, Pasteur, Adolfo Lutz, da Saúde e outros). Considerando a complexidade das políticas públicas de saúde, cabe ao gestor público se municiar de ferramentas e métodos capazes de enfrentar os problemas que a realidade apresenta. Com tecnologia e capacidade gerencial, seremos capazes de propor soluções criativas e inovadoras, respeitando o princípio da economicidade e da transparência, atributos essenciais da administração pública.

- **INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO**

A inovação tecnológica é considerada a estratégia mais eficaz para gerar riqueza por meio da agregação de valor à produção. As empresas inovadoras são mais lucrativas, pagam melhores salários, utilizam mão de obra melhor qualificada, retém talentos e são mais competitivas no mercado global. Confirma, assim, a razão e os benefícios de se investir em parques tecnológicos, incubadoras de empresas, empresas inovadoras, start-ups e em iniciativas empreendedoras no estado. O estado de São Paulo tem cerca de 21% da população do país e 25% dos cientistas. Um fator-chave para esse desempenho é que o estado de São Paulo tem tido, por muitas décadas, um forte conjunto de programas de apoio ao ensino superior e de pesquisa, financiado pelo contribuinte estadual. O sistema

de ciência e tecnologia paulista, que congrega 62 entidades, com missão orientada a atividades de pesquisa e quase 15000 empresas inovadoras, demonstra características que o assemelha ao de países desenvolvidos, como a intensidade do dispêndio em pesquisa e desenvolvimento em empresas com atividades próprias de P&D e a intensidade do dispêndio em pesquisa e desenvolvimento no setor público. Além do grande avanço alcançado nas ciências, na saúde, na produção industrial e agrícola com inovação e tecnologia, estes conhecimentos devem ser aplicados em todas as áreas do conhecimento para melhorar a qualidade de vida e do bem-estar da população. Nosso governo estimulará todos estes avanços e incorporará aquelas tecnologias que melhorem o seu desempenho. A implementação do sistema Poupatempo e a sua expansão para os vários serviços oferecidos pelo estado são avanços que toda a população do estado de São Paulo se beneficia.

- **ECONOMIA CRIATIVA**

O estado de São Paulo tem imenso potencial para avançar rumo à economia do conhecimento e da criatividade. A Economia Criativa é adotada nos países mais desenvolvidos como uma das grandes estratégias de crescimento socioeconômico, inter-relacionando os setores público, empresarial e social. No primeiro mundo, é pauta importante das gestões públicas, já que destaca a capacidade de adaptação dos indivíduos através dos setores criativos da sociedade e nomeia modelos de negócio ou gestão de atividades no cruzamento do empreendedorismo, serviços, tecnologia e segmentos das artes. Desenvolveremos o Programa CIDADES CRIATIVAS com políticas públicas executadas e compartilhadas entre a gestão estadual, as empresas e as organizações da sociedade, por meio de parcerias num modelo em que as ações se complementam e abrigam as mais diversas atividades da indústria criativa, a partir da construção de quatro pilares: Preservação, Integração, Inovação e Transversalidade. O governo estadual fortalecerá a indústria criativa com a implementação de um programa eficiente, participativo, descentralizador, transversal e sustentável, que terá por objetivos: integrar a municipalidade e o governo estadual, contribuindo para o desenvolvimento local e regional; permitir a interatividade e transversalidade entre as diversas áreas da administração estadual; estimular, medir, apoiar e fortalecer a indústria criativa local, promovendo o aumento de competitividade e eficiência da economia paulista; auxiliar as Prefeituras na elaboração e inscrição de ações estratégicas para seu desenvolvimento

sustentável; estabelecer políticas descentralizadoras que identifiquem São Paulo como um estado criativo; e tratar as questões da indústria criativa como vitais à organização das atividades empreendedoras, com olhar especial às minorias, afrodescendentes, jovens e mulheres que são preponderantes na chamada economia informal.

- **ECONOMIA E GESTÃO**

Com base na análise do orçamento do Estado de São Paulo, observa-se o grande esforço para mantê-lo equilibrado frente à dificuldade de aumento das receitas e à rigidez das despesas públicas. Pelo lado das receitas, a alta carga tributária do país dificulta seu incremento. Pelo lado das despesas, existem gastos obrigatórios, transferências constitucionais a municípios, despesas relativas ao endividamento e à previdência e despesas de difícil compressão como pessoal e encargos. Deve-se considerar, também, as despesas vinculadas e os gastos com o Ministério Público Estadual e com os Poderes Legislativo e Judiciário. Assim, resta ao Governo do Estado pouca margem de ação para aumento de investimento em políticas públicas, contexto que propõe a oportunidade de desenvolvimento de novas abordagens e formas de superação desses desafios. Diante deste cenário, torna-se imprescindível o desenvolvimento de mecanismos de ação governamental que busquem aumentar e garantir a eficiência e a efetividade da gestão na Administração Pública do Estado de São Paulo, sem onerar ainda mais os cofres públicos com aumento de despesas, nem onerar o cidadão com aumento da carga tributária. As propostas para transposição desses obstáculos, evitando a paralisação da ação pública, baseiam-se no rígido controle dos gastos e na promoção de ações contínuas para estimular o aumento da atividade econômica, tais como: incentivos ao desenvolvimento da atividade econômica e geração de oportunidades de emprego e de renda, com simplificação do processo de abertura e regularização de empresas, estimulando o empreendedorismo; intensificação do uso de modelos de parcerias com o setor privado, com medidas de atração de capital nacional e estrangeiro, e com o terceiro setor, visando à desoneração da estrutura administrativa, à racionalização da aplicação de recursos públicos e, sobretudo, ao aumento da efetividade das políticas públicas; e definição de medidas de combate à guerra fiscal do ICMS entre os Estados e controle do déficit previdenciário do Estado de São Paulo. Para assegurar o bom desempenho das ações, é fundamental concentrar esforços no desenvolvimento e implantação de métodos efetivos de avaliação de resultados na gestão pública, com o estabelecimento de indicadores

adequados, que visem a otimizar as práticas de planejamento e execução orçamentária, com acompanhamento e avaliação dos impactos e resultados das ações e políticas propostas, assim como estimular e garantir as boas práticas de gestão dentro da estrutura da Administração Pública. Por fim, e não menos importante, deve-se assegurar a adoção de ações voltadas ao desenvolvimento regional que alcancem todo o território do Estado, reduzindo as desigualdades entre as regiões administrativas e garantindo aos municípios um canal de comunicação direto com o Governo do Estado de São Paulo e as diretrizes de gestão.

¹Disponível: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-sp-proposta-de-governo-coligacao-acelera-sao-paulo>

CANDIDATO: Luiz Marinho² (PT)


1. Recuperação da educação pública
2. Resgate da saúde pública
3. Retomada do emprego e do desenvolvimento
4. Combater o desemprego e fomentar o crescimento

- **RECUPERAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

O governo Luiz Marinho empreenderá em todo o Estado uma ação coordenada entre a educação, a cultura, o esporte e o lazer, com foco na grande proposta do programa do presidente Lula para o próximo quadriênio: a refundação democrática e a retomada da soberania nacional e popular do País. Nesse esforço, a rede escolar pública é fundamental para a democratização e a afirmação nacional. Apesar de o Estado ser o mais rico da Federação, o governo paga um salário base de R\$ 2.300,00, que é, proporcionalmente, o mais baixo dos 27 Estados e 60% menor do que recebe um professor do Maranhão, que paga R\$ 5.750,00. O governo moveu, inclusive, uma ação contra a lei do piso, para não pagar o mínimo aos professores, demonstrando o descompromisso com a qualidade do ensino e a valorização do magistério. O estado físico das escolas estaduais é crítico, e a imagem mais frequente nas periferias das cidades paulistas é a escola de grades, sitiada, que mais afugenta do que atrai. Estima-se que existam 298 mil alunos fora da escola, dos

quais aproximadamente 90 mil estão nas esferas de competência municipais. Já no ensino superior, mais de 170 mil jovens abandonaram a graduação em 2017 e tiveram que adiar o sonho de obter formação superior. Conforme dados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP, 2016), 47% dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental demonstraram um domínio mínimo ou insuficiente (abaixo do básico ou básico) dos conteúdos, habilidades e competências desejáveis para a série escolar em que se encontram. Esses números vão a 78% no 9º ano e 68% no 3º ano do Ensino Médio em Língua Portuguesa. O desempenho em matemática consegue ser ainda pior. O governo Marinho implantará, entre outras, as seguintes diretrizes: 🏗️ Pacto pela educação, envolvendo os pais, os alunos, o Ministério Público, os empresários, a sociedade como um todo, cumprindo o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano Estadual de Educação, articulando as atividades culturais e esportivas com as educacionais; 🏗️ Sistema Único de Educação, da educação básica à superior, integrando a formação inicial e continuada e combatendo as desigualdades sociais, regionais e os preconceitos de gênero, raça e sexualidade; O governo Marinho trará de volta ao sistema de ensino os 298 mil jovens excluídos da escola, se necessário oferecendo bolsas de estudo, de modo a sanar uma das heranças mais negativas do PSDB na educação básica de São Paulo; 🏗️ Implantará um sistema de acompanhamento que inclua as famílias e combata a evasão e o abandono escolar; 🏗️ O governo Marinho dobrará o piso salarial dos professores da rede pública nos primeiros quatro anos de gestão, alcançando R\$ 4.466,00; 🏗️ Será adotado um novo padrão arquitetônico de funcionalidade para as escolas, dotando-as de equipamentos esportivos e culturais, tais como ginásios de esportes, auditórios, laboratórios, salas de leitura, bibliotecas, campos de futebol e demais equipamentos para a prática do esporte, com total transversalidade nas ações de educação, cultura, esportes e lazer; 🏗️ Criar os “Territórios CEUS” em parceria com os Municípios e União, utilizando os equipamentos já existentes de Cultura, Esporte, Lazer e de Meio Ambiente; 🏗️ Será dada atenção prioritária à educação inclusiva em todos os níveis do ensino, com atendimento especializado aos alunos com deficiências e também com altas habilidades; 🏗️ Aprofundar os programas de êxito das gestões Lula-Dilma, como o “Ciências Sem Fronteiras” e a política de cotas, respeitando-se a reserva de no mínimo 50% das vagas em todos os cursos, para alunos das escolas públicas, negros, pardos e indígenas (conforme a Lei nº 12.711/2012), assim como a nota do Enem será a baliza fundamental para ingresso em todas as universidades públicas do Estado de São Paulo e as Fatecs; 🏗️ Investir ao menos 1% do orçamento do Estado no esporte; 🏗️ Democratizar o acesso ao

esporte, possibilitando a prática cotidiana para toda a população, visando a melhoria da qualidade de vida, a saúde e a integração social; ■ Promover a iniciação esportiva e a formação de base; ■ Plano Estadual de Permanência Estudantil, com o principal objetivo de garantir que o estudante do ensino médio e da universidade pública se mantenha estudando até a conclusão do curso; ■ Democratização do ensino, garantindo que os jovens mais vulneráveis estejam nas escolas e universidades públicas; ■ Elaborar em conjunto com o Município e União um plano de expansão, onde houver necessidade, da rede física de escolas, por meio de novas construções ou readequação das existentes, para o efetivo atendimento integral dos estudantes de toda Educação Básica; ■ Será triplicado o número de alunos na educação integral, hoje restrita a apenas 3% dos alunos; ■ Reativar as Escolas Rurais no ensino fundamental, com proposta pedagógica e grade curricular específica, com investimentos na formação técnica do professor e demais cargos da estrutura de ensino; ■ Garantir acessibilidade e lançar mão de tecnologias assistidas (produtos, recursos, metodologias e práticas) para promover a funcionalidade, atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social; ■ O governo vai construir uma política pública de Educação em Direitos Humanos para reverter a naturalização da violência, o preconceito e a discriminação; ■ Efetivará o ensino de História e Cultura da África, dos Afrobrasileiros e dos Povos Indígenas com base na Lei 11.645/2008; ■ O governo vai estabelecer uma política estadual para a alfabetização de adultos para cumprimento da meta de erradicação do analfabetismo; ■ Ampliar a oferta e melhoria da qualidade de jovens e adultos, articulando-a com a educação de profissional e tecnológica; ■ Ampliar a oferta de EJA no sistema prisional; ■ Será criado um sistema de assistência estudantil para cobrir alimentação, transporte e moradia, mediante bolsas contidas nos programas dos alunos: pesquisador, jovem aprendiz, estágios remunerados e intercâmbios, entre outros; ■ No Ensino Superior, haverá eleição direta para escolha dos reitores das universidades estaduais; ■ Criar, no âmbito da Secretaria da Educação, programa de Residência Educacional nos cursos de licenciaturas para os futuros professores para permitir uma melhor articulação entre as instituições formadoras e a rede estadual; ■ O governo Marinho vai investir no mínimo 2% do orçamento na cultura; ■ O governo Marinho vai adotar ações que promovam amplo acesso da população aos bens culturais, atacando o problema da exclusão cultural e da elitização das artes e das manifestações artísticas, feitas pelo povo mas interdidas à fruição do povo; ■ Descentralizar o orçamento da cultura por meio de editais regionais; ■ Criar a

Universidade do Esporte, com 43 modalidades olímpicas e cursos específicos, como o de Medicina Esportiva, com atenção especial para a prática dos esportes paralímpicos;  Cumprimento das 21 metas do Plano Estadual de Educação, entre as quais encontram-se a valorização salarial e profissional do magistério.

- **RESGATE DA SAÚDE PÚBLICA**

1. Fazer uma revolução no cuidado especializado, por meio da implantação do MAIS ESPECIALIDADES-SP, garantindo acesso, com qualidade e em tempo oportuno, às consultas, exames e procedimentos especializados feitos por equipe multiprofissional, por meio de parcerias em cada região de saúde entre a rede estadual de saúde e os demais serviços de saúde municipais, AMEs, serviços de reabilitação, hospitais universitários e Santas Casas.
2. Respeitar, valorizar e apoiar o processo de participação social, garantindo autonomia e qualificação da gestão compartilhada;
3. Fortalecer e ampliar o acesso da população à Atenção Básica, apoiando os municípios na expansão da Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde, da Saúde Bucal, Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Consultório na Rua. Vamos aumentar o valor do Piso Estadual de Atenção Básica (PAB estadual), apoiar a reestruturação e informatização das UBS e fortalecer o Programa Mais Médicos em São Paulo
4. Universalizar o SAMU-192 e as UPA em todas as regiões do estado, assumindo a responsabilidade do Estado pelo cofinanciamento solidário das políticas de saúde que hoje contam apenas com aporte financeiro federal e municipal;
5. Reorganizar as redes de saúde para garantir atendimento hospitalar e de alta complexidade em todas as regiões, com a participação e qualificação dos hospitais estaduais e os vinculados aos municípios, Santas Casas e universidades públicas.
6. Valorizar os trabalhadores do SUS, independentemente do vínculo empregatício e funcional, fomentando processos de educação permanente para todos, geração de empregos, instalação da Mesa de Negociação Permanente e recomposição da dignidade da função pública do trabalhador da saúde;
7. Implementar ações regulatórias e de fiscalização da saúde suplementar que visem proteger e apoiar os mais de 17 milhões de paulistas usuários de planos de saúde

- na garantia dos direitos contratuais estabelecidos com as Operadoras de Plano de Saúde, bem como garantir o ressarcimento dos serviços prestados pelo SUS;
8. Constituir e investir em parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão para apoiar a formação e a produção de conhecimento comprometidos com as necessidades e os desafios do SUS;
 9. Rever o papel e a lógica operacional dos Institutos de Pesquisa e Fundações vinculados à Secretaria Estadual de Saúde, para atender as necessidades do sistema público de saúde e induzir o desenvolvimento do sistema produtivo e o potencial econômico e tecnológico do Complexo Industrial da Saúde paulista, a partir das necessidades da população;
 10. Mudar radicalmente a forma como o governo trata as pessoas, protegendo e garantido cuidados integrais à saúde das populações em situação de maior vulnerabilidade: os sem teto, as pessoas com sofrimento psíquico grave e em uso abusivo de álcool e outras drogas, a população negra, LGBTT, entre outros;
 11. Implementar a Reforma Psiquiátrica em todo o Estado, substituindo hospícios e comunidades terapêuticas por uma rede territorializada que cuide das pessoas em liberdade e respeite os direitos humanos, buscando a ampliação da autonomia dos usuários;
 12. Implantar em todos os municípios, em parceria com as prefeituras, o Programa “De Bem Com a Vida”, desenvolvendo ações integradas de saúde, esporte, lazer, cultura, educação e inclusão social para o desenvolvimento de ações destinadas às práticas corporais e comunitárias e outras voltadas à promoção de uma vida com mais saúde e qualidade de vida;
 13. Priorizar a prevenção e o controle de doenças preveníveis por vacinas e outras enfermidades infecciosas, como a Aids/hepatites, tuberculose, dengue, febre amarela, zika, chicungunia, etc, assim como condições crônicas (câncer, AVC, diabetes, asma, hipertensão, obesidade, violências, acidentes de trabalho, doenças demenciais, etc).
 14. Desenvolver em conjunto com municípios ações para a redução da taxa de mortalidade infantil, da mortalidade materna e da taxa de cesáreas, inclusive em serviços privados.
 15. Qualificar e modernizar a gestão da Secretaria Estadual de Saúde, hoje fragmentada e pouco comprometida com a coisa pública e a consolidação do SUS, para que possa coordenar de forma integrada, em âmbito estadual e regional, o

planejamento, regulação, controle e monitoramento das políticas e serviços de saúde, inclusive dos contratos com as OS, garantindo a gestão pública e transparente da saúde.

16. Desenvolver parceria com Universidades com Curso de Veterinária e Municípios para minimizar os abandonos e maus tratos aos animais, estimular a esterilização e microchipagem, incentivar a guarda responsável e boas práticas de adoção consciente.

- **RETOMADA DO EMPREGO E DO DESENVOLVIMENTO**

Em 24 anos à frente do governo paulista, os tucanos desmontaram as instituições de planejamento e levaram a extremos a privatização do setor público, a ponto de o Estado não dispor de instrumento real para estímulo ao desenvolvimento. Nos últimos 4 anos, especialmente, promoveram a guerra sem tréguas contra o governo federal, até produzir o impeachment da presidenta Dilma, tornando-se responsáveis diretos pelos 3,5 milhões de desempregados existentes no Estado. Em 1988, São Paulo chegou a representar 43% do PIB brasileiro, caindo para 32,4% em 2015, segundo dados da Fundação Seade e do IBGE. Coração do setor industrial, a indústria de transformação paulista tinha, em 1995, uma participação de 45,7% na indústria de transformação brasileira, mas recuou para 38,1% em 2015. Houve também uma forte queda do peso da indústria na economia paulista. De 22% em 2008, a participação caiu para 14,9% em 2014, o menor nível desde 2002. A perda de espaço de São Paulo na economia nacional, por causa da forte desindustrialização, precisa ser enfrentada com políticas públicas que aumentem a competitividade da economia e gere empregos, o que sempre foi a força de São Paulo. A venda de grande parte da Embraer para a Boeing foi um ataque frontal ao desenvolvimento do Estado, apoiado em alta tecnologia e empregos de alta qualificação.

- **COMBATER O DESEMPREGO E FOMENTAR O CRESCIMENTO**

1. Combater o desemprego, especialmente dos jovens, afetados por uma taxa de desocupação que, só na região metropolitana de São Paulo, atinge 39% do total, de acordo com a Fundação Seade/Dieese;

2. Fazer uma revolução no crédito, criando um Banco Paulista de Desenvolvimento e Inovação, de início multiplicando o patrimônio da Desenvolve SP em, pelo menos, 3 vezes, para R\$ 4,5 bilhões;
3. Fazer uma revolução no crédito, criando um Banco Paulista de Desenvolvimento e Inovação, de início multiplicando o patrimônio da Desenvolve SP em, pelo menos, 3 vezes, para R\$ 4,5 bilhões;
4. Criar um sistema de garantias e captar recursos internacionais, de modo que o banco paulista possa ofertar taxas dentro de padrões internacionais com taxas de aproximadamente 4% ao ano;
5. Promover o desenvolvimento nas diversas regiões do estado de SP, articulado com as atividades econômicas locais, as aglomerações industriais e os arranjos produtivos territoriais, como nas cadeias de Saúde; TI; Defesa; Automobilística e material de transporte; Petróleo e Gás; Química e Petroquímica; Aeroespacial; Calçados; Móveis; Têxteis e Confecções e Máquinas.
6. Desenvolver um sistema estadual de inovação, com articulação das universidades, centros de pesquisa estaduais e do setor privado nos polos tecnológicos existentes e de novos arranjos de fomento à pesquisa;
7. Estruturar programas de capacitação empresarial e qualificação profissional;
8. Lançar o plano Cidades Inteligentes, Estado Conectado, um Programa Digital Cooperativo por meio do qual Prefeituras e Estado coordenarão as melhores práticas e soluções, com apoio das universidades estaduais e parceiras internacionais, em áreas como de Mobilidade Urbana, Segurança Pública, Educação, Saúde e universalização da banda larga;
9. Informatização e conectividade plena das escolas públicas, incluindo o investimento em tecnologias assistivas voltadas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
10. Retomar os programas sociais, em conjunto com o governo federal, para renda, habitação e saúde, que são grandes geradores de emprego;
11. Incentivar o investimento em infraestrutura de metrô, trens, melhoria das estradas vicinais e universalização do saneamento básico, com alto impacto na retomada do crescimento e na geração de empregos;
12. Promover um Programa de Renovação e Modernização de Máquinas do Parque Fabril Brasileiro articulado com o Governo Federal);

13. Constituir agenda de trabalho de curto, médio e longo prazo, com inventário de oferta e demanda tecnológica;
14. Desenvolver políticas para promover as exportações das indústrias paulistas, especialmente das PMEs;
15. Garantir que as ações, políticas e programas de fomento à indústria estejam articuladas com a resolução dos gargalos econômicos e sociais do Estado;
16. Elaborar política de crédito produtivo para infraestrutura e desenvolvimento industrial;
17. Investir na melhoria do ambiente de negócios com a modernização da estrutura tributária estadual, dos procedimentos administrativos e dos processos de licenciamento da atividade industrial;
18. Apoiar o desenvolvimento do setor de serviços avançado para apoio à modernização industrial;
19. Articular programas de investimento estimulando a sinergia entre a indústria e a agricultura no Estado de São Paulo;
20. Criar o Fórum da Indústria Paulista através da articulação dos diferentes atores sociais envolvidos, visando à formulação e monitoramento do Plano Nova Indústria Paulista;
21. Manterá a conexão com os objetivos estratégicos do governo federal e a comunidade científica para o desenvolvimento de plataformas de conhecimento, como o laboratório de luz síncrotron Sirius, em Campinas, que representa um capítulo novo na investigação da matéria nos limites do conhecimento da Física e sua aplicação na agricultura, indústria e saúde, entre outras áreas;
22. Potencializar as aplicações resultantes das pesquisas do genoma em saúde humana e demais áreas, impulsionando a incubação de empresas iniciantes (startups) com adequada política de crédito e de participação em capital.
23. Investir em programas de inclusão digital, em parcerias com os municípios, implantando FabLabs e laboratórios de robótica e hackers
24. Investir em tecnologias sociais que potencializem e estruturam iniciativas de Economia Solidária.

²Disponível:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/SP/2022802018/250000623884//proposta_1534437242303.pdf

CANDIDATO: Major Costa e Silva³

1. POLÍTICA ORIENTADA PARA O DESENVOLVIMENTO
2. SAÚDE INTELIGENTE
3. EDUCAÇÃO
- **POLÍTICA ORIENTADA PARA O DESENVOLVIMENTO**

Formulação e aplicação de política orientada para o desenvolvimento e geração de empregos, compreendendo entre outras as seguintes ações:

1. Incentivar a construção civil, através de políticas de desenvolvimento urbano e saneamento básico e infraestrutura;
2. Política oficial de apoio ao empreendedorismo e incentivo para a criação e desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas.
3. Incentivar a formação de mão de obra através de cursos profissionalizantes e técnicos, inclusive de curto prazo;
4. Gerenciamento eficaz dos gastos públicos, possibilitando novos investimentos do governo estadual em obras públicas prioritárias e de alcance social, sem prejuízo das obras já em andamento.
5. Estimular a instalação de Pólos de Desenvolvimento, em parceria com Governos Municipais e entidades privadas;
6. Apoiar e incentivar o Turismo, inclusive o Turismo de Negócios, cumprindo a obrigação contida no artigo 180 da Constituição Federal, de autoria da Democracia Cristã: “a união, os estados, o distrito federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”.
7. Valorizar o agro-negócio e apoiá-lo com ações de governo específicas, valorizando e apoiando ao mesmo tempo os pequenos e médios produtores rurais.
8. Fomentar o desenvolvimento tecnológico por meio de incentivos fiscais e financiamentos de pesquisa.

- **SAÚDE INTELIGENTE**

Assegurar a todos e de forma concreta o acesso a SAÚDE, através das seguintes ações, entre outras:

1. Desenvolvimento e aplicação efetiva do SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PÚBLICA, redimensionado e redistribuindo os meios conforme as necessidades populacionais.
2. SAÚDE INTELIGENTE: Programa de Saúde Pública com foco na prevenção. A Saúde chegando antes que a doença impedindo que ela se instale, promovendo assim ganho de qualidade de vida e economia de recursos públicos.
3. Criação de centros de excelência em especialidades.

- **EDUCAÇÃO**

Priorizar a EDUCAÇÃO, como vetor fundamental para o desenvolvimento do Estado, avanço social e cidadania plena. Entre outras ações, serão prioritárias:

1. Assegurar que o ensino fundamental tenha as funções de capacitar os alunos para Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Ser e Aprender a Conviver, como definido nos Pilares da ONU para a Educação.
2. Ensino Inclusivo: Educação qualificada abrangendo todas as crianças e jovens portadores de necessidades especiais: mentais, motoras, auditivas e visuais.
3. Sociedade do conhecimento: Acesso em todo o Estado, no plano escolar, ao uso de equipamentos de informática, internet e banda larga. Preparar nossas crianças e jovens para serem cidadãos do mundo.
4. Ampliação da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes.
5. Promover o ensino integral no ensino fundamental e médio
6. Ampliação de vagas nos cursos superiores nas Universidades Estaduais, sobretudo em período noturno.
7. Introduzir, no ensino fundamental, a disciplina Educação Moral e Cívica.
8. Valorização das carreiras em educação no Serviço Público Estadual, atraindo talentos para o setor.
9. Pleno incentivo a municipalização do ensino fundamental.

10. Culto aos heróis da nossa história, fortalecendo exemplos nacionais e valores morais e sociais.

Disponível:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/SP/2022802018/250000612133//proposta_1534216431414.pdf

CANDIDATO: Marcio França (PSB)

1. Educação
2. Saúde
3. Trabalho, Renda e Empreendedorismo

- **SAÚDE**

Um dos princípios básicos de uma educação pública com qualidade social é o de garantir a todos e a todas as condições 7 necessárias para um pleno desenvolvimento intelectual, humano e ético. Para isto, são necessários o diálogo com a família, o trabalho colaborativo, a inclusão efetiva, o reconhecimento das potencialidades individuais. É necessária uma educação que supere a desigualdade e a exclusão, atendendo a todos e, em especial, aqueles que mais necessitam de uma aprendizagem que possibilite a formação humana com qualidade social, o respeito aos direitos individuais e sociais e o cultivo de valores fundamentais, como o respeito ao outro, a tolerância, a solidariedade, a justiça social, a inclusão e a pluralidade de visões:

1. Valorização social, funcional e salarial dos professores de forma permanente.
2. Formação inicial e continuada dos profissionais da educação com programa permanente de qualificação e evolução na carreira.
3. Aprimorar o programa de concessão de bolsas de estudo para formação dos profissionais da educação básica estadual em nível de pós-graduação.
4. Aperfeiçoar os mecanismos de concessão de licenças para aperfeiçoamento e formação continuada, sem ferir a aprendizagem dos estudantes.
5. Incentivar a progressão na carreira a partir da titulação e habilitação profissional.
6. Melhorar as condições de trabalho dos educadores e prevenir a incidência de doenças profissionais.

7. Reestruturar o plano de carreira dos profissionais da educação, através do diálogo com a categoria.
8. Criação dos centros regionais e permanentes de formação continuada dos professores.
9. - Aperfeiçoamento da gestão escolar.
10. - Elaborar subsídios para implementar gestão sustentável nas escolas (economia de energia, destinação de resíduos, etc.).
11. Ampliar a rede de creches em conjunto com a União, os municípios e as associações comunitárias, repassando prédios ociosos do Estado para esta finalidade.
12. - Alfabetização das crianças até os 7 anos.
13. Aumentar as vagas no Ensino Médio, ampliando a escola de tempo integral e estimulando a formação técnico-profissional.
14. Integração das universidades com a rede estadual de ensino para colaborar na formação continuada dos profissionais da educação e melhorias educacionais.
15. - Ampliar o ensino de jovens e adultos visando à formação profissional e o uso de plataformas e recursos digitais com adequação de currículos e horários.
16. Implantação da Base Curricular Comum na rede estadual de ensino fundamental e apoio aos municípios neste processo.
17. Dar suporte às escolas para elaborar o Projeto Político Pedagógico, com as especificidades regionais e locais para melhorar o processo de ensino e aprendizagem.
18. Integrar educação, saúde, assistência social, cultura e esporte na rede estadual de ensino.
19. - Utilizar as novas tecnologias e a inovação como ferramentas pedagógicas e de gestão.
20. Garantir o acesso e a permanência de todos na escola, respeitando a diversidade e estimulando a inclusão.
21. - Adoção do processo de avaliação contínua durante o ano.
22. Executar o Plano Estadual de Educação e acompanhar os municípios na elaboração e execução de seus Planos Municipais de Educação.
23. Garantir uma manutenção eficiente nas escolas, com infraestrutura física e tecnológica adequadas.
24. - Aumentar a segurança nas escolas e desenvolver uma cultura de paz.

25. Incentivar a democratização das escolas por meio da participação da família e da comunidade, com gestão democrática e participativa, através das APM's, conselhos de escola, grêmios estudantis, etc.
26. Criar programas de acompanhamento e intervenção nas dificuldades dos alunos no processo de aprendizagem, reduzindo as desigualdades educacionais com aulas de reforço, classes de aceleração, recuperação nas férias, etc.
27. Estimular o intercâmbio entre cidades e países para os alunos do ensino médio.
28. Desenvolver metodologias próprias para pessoas com deficiências de diversas naturezas e garantir sua permanência e inclusão na rede estadual.
29. Dar grande ênfase à melhoria da qualidade do ensino, especialmente do ensino médio, tornando a escola mais atrativa aos estudantes.
30. Desenvolver a educação ambiental na rede estadual de ensino.
31. Ampliar a oferta dos programas de apoio e formação dos conselheiros dos diversos conselhos de acompanhamento e controle de área de educação.
32. Ampliar a oferta dos programas de apoio e formação dos conselheiros dos diversos conselhos de acompanhamento e controle de área de educação.

- **SAÚDE**

Na questão da saúde, é importante fortalecer o SUS (Sistema Único de Saúde) no Estado de São Paulo, buscando a universalização dos serviços com a qualidade que todo cidadão e cidadã merecem, em parceria com a União e os municípios. Um desafio importante a ser enfrentado nos próximos anos nessa área é o envelhecimento da população: haverá maior incidência de doenças crônicas. Hoje, as principais causas de morte são as doenças cardiovasculares e cerebrovasculares. Depois vêm o câncer, os homicídios e os acidentes de trânsito. Além de bom atendimento ambulatorial e hospitalar, é fundamental articular ações de prevenção específicas das enfermidades, através do incentivo a uma alimentação saudável, saneamento ambiental, prática esportiva, etc.

1. - Implantar o Cartão SUS em São Paulo para 100% da população.
2. Valorizar os profissionais da saúde com programas de capacitação permanente e salários dignos.

3. Atuar em parceria com a União para ampliar o número de médicos e profissionais de saúde, com pisos salariais condizentes e fixação dos profissionais nos municípios distantes
4. Instituir serviço civil solidário na área da saúde em regiões de maior exclusão social.
5. - Ampliar o acesso aos serviços especiais de saúde como a Rede Hebe Camargo de Combate ao Câncer, Rede de Reabilitação Lucy Montoro, etc.
6. Organizar a rede estadual de prevenção e tratamento dos pacientes com DST/AIDS e hepatites.
7. - Ampliar a rede especializada de internação para tratamento de dependentes químicos.
8. - Apoiar os municípios para expandir o Programa de Saúde da Família, agentes comunitários de saúde e outras ações de prevenção à saúde.
9. Ampliar a rede de saúde mental, valorizando experiências da sociedade civil nesta área.
10. Criar programas de informação e de tratamento de doenças crônicas comuns entre os idosos e prevenir doenças ligadas ao envelhecimento.
11. Construir novos hospitais, ampliando a cobertura em todas as regiões do Estado;
12. - Apoiar o atendimento nos hospitais filantrópicos e manter as Santas Casas de Misericórdia.
13. - Em parceria com os municípios, construir e reformar UBS's – Unidades Básicas de Saúde e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).
14. Modernizar os hospitais do Estado de São Paulo, construir novos centros médicos especializados.
15. Dar apoio aos hospitais universitários.
16. - Estimular o Instituto Butantã para a ampliar a produção de vacinas e pesquisas.
17. - Regionalizar os serviços de atendimento à saúde da mulher e apoiar os programas de controle de câncer de colo de útero e de mama, entre outros.
18. Estimular programas de prevenção da gravidez na adolescência nas escolas, nas associações comunitárias, etc.
19. Apoiar programas próprios de atendimento à saúde dos idosos.
20. Apoio a programas de saúde do trabalhador, envolvendo a prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de doenças decorrentes do trabalho.

21. Aperfeiçoar o programa de fornecimento de medicamentos gratuitos, garantindo regularidade e pontualidade.
22. Estimular, por meio da articulação dos setores públicos, privados e acadêmicos, a produção de equipamentos e dispositivos médicos de alta tecnologia, de fármacos e biofármacos.
23. Investir na prevenção para a saúde mediante um meio ambiente salutar, alimentação adequada, boas condições de higiene e sanitárias, etc.
24. Intensificar a Vigilância Sanitária e Epidemiológica, como forma de prevenção e de controle de doenças.
25. Revisão do Código Sanitário Estadual.
26. Humanização dos serviços de saúde pública, com atendimento ágil, digno e respeitoso.
27. Fortalecer o Conselho Estadual de Saúde e outros Conselhos Gestores de Saúde, estimulando uma participação cidadã de qualidade.
28. - Estimular programas de amamentação materna e combate à obesidade infantil.

- **TABALHO, RENDA E EMPREENDEDORISMO**

Estimular a iniciativa das pessoas, principalmente dos jovens, é um elemento importante da economia criativa e do empreendedorismo.

1. Ampliar as políticas públicas de geração de emprego e renda e das relações de trabalho, combatendo o desemprego e capacitando os trabalhadores.
2. Ampliar os Programas de Primeiro Emprego e os programas Jovem Cidadão e Aprendiz Paulista.
3. Universalizar o sistema Emprega São Paulo e ampliar as “agências emprega SP”.
4. - Expandir o Banco do Povo Paulista, em especial as linhas de crédito e microcrédito.
5. - Ampliar a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
6. Incentivar as Comissões Municipais de Emprego.
7. Ampliar o Programa Estadual de Qualificação Profissional integrando as ações do Time do Emprego e do Programa Emergencial de Auxílio ao Desemprego.
8. - Desenvolver ações de qualificação profissional voltadas às novas bases tecnológicas.

9. Fortalecer o Observatório de Saúde do Trabalhador.
10. Implantar o Observatório do Trabalho, com informações sobre o mercado de trabalho.
11. Estimular as empresas a dar novas oportunidades aos trabalhadores mais experientes.
12. Expandir o Banco do Povo Paulista, em especial as linhas de crédito e microcrédito.
13. - Expandir o Programa Escola do Empreendedor Paulista.
14. Apoiar o empreendedorismo com os programas “Empreende São Paulo – Micro e Pequenas Empresas em Ação” e outros programas.
15. Ampliar a economia solidária e a agricultura familiar com políticas adequadas de comercialização e distribuição de produtos.
16. Ampliar a participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas e no mercado produtor e de serviços.
17. - Apoiar a internacionalização das micro e pequenas empresas e de sua capacidade de exportação.
18. - Apoiar os pequenos produtores rurais.
19. - Criar o “Programa de Talentos Globais”, para incentivar e capacitar os jovens com talento empreendedor.

Disponível:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/SP/2022802018/250000615141//proposta_1535062202203.pdf

CANDIDATO: Paulo Skaf (MDB)

1. Educação
2. Saúde
3. Geração de Emprego e Desenvolvimento Econômico

- **EDUCAÇÃO**

Nosso objetivo principal na área de educação é levar para a rede estadual o padrão de qualidade implementado no SESI-SP, com professores motivados, ensino em tempo

integral, escolas bem equipadas, laboratórios escolares com tecnologia de ponta, estímulo ao esporte e à cultura.

1. Ações de valorização do magistério; na permanente atualização do currículo a ser ensinado para que o aluno se sinta cada vez mais interessado em aprender; além de investir na melhoria da degradada infraestrutura das escolas estaduais.
2. Investir em um sistema eficaz para avaliar o aprendizado dos alunos e o desempenho das políticas públicas da Educação na rede estadual
3. Ensino em tempo integral: implementar um plano escalonado para a universalização do ensino em tempo integral nos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede estadual, nos mesmos moldes que tem definido os resultados de sucesso do SESI-SP. Com educação de qualidade, alimentação balanceada, práticas esportivas e cultura.
4. Plano de adequação da estrutura física para comportar o ensino em tempo integral na rede estadual de Ensino Fundamental.
5. Transformar a sala de aula tradicional em sala ambiente de aprendizagem, enriquecidas com equipamentos e materiais diferenciados para crianças e jovens.
6. Expandir as ações para desenvolver nos alunos habilidades não cognitivas, chamadas de habilidades socioemocionais como respeito, interação social, empatia, capacidade crítica.
7. Estimular a realização de olimpíadas de matemática, língua portuguesa e ciências para alcançar maior envolvimento dos alunos com os conteúdos destas áreas.
8. Promover competições esportivas e programas culturais entre as escolas.
9. Elaborar programas de incentivo à leitura para alunos e professores
10. Tornar mais efetivas as Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo realizadas dentro da escola.
11. Garantir o reforço escolar, ação essencial para as crianças com dificuldades de aprendizagem.
12. Oferecer percursos variados para a escolha do jovem, como previsto na reforma do Ensino Médio. Uma parte da carga horária deverá ser ocupada com conteúdo obrigatórios, mas também será disponibilizado um elenco de disciplinas optativas ou complementares, como previsto na Reforma do Ensino Médio.
13. Massificar a oferta do Ensino Médio articulado com o ensino técnico em que o aluno cursa o ensino médio em um turno e o curso técnico no contraturno.

- Assim, ao terminar o ensino médio o jovem já tem uma profissão, o que garante sua entrada no mercado de trabalho e melhor formação para cursar a faculdade.
14. Ensino Técnico (ETECs e FATEC's): (i) Atualização tecnológica das escolas da rede Paula Souza para adequá-las à modernidade e à quarta revolução industrial; (ii) Adequação dos cursos oferecidos à realidade do mercado de trabalho de cada localidade; (iii) apoio aos alunos que queiram começar seu próprio negócio.
 15. Usar tecnologias e mídias digitais, de forma planejada e pedagógica, como meio para possibilitar novas abordagens sobre os conteúdos e oferecer ao professor ferramentas para incrementar o interesse e melhorar o aprendizado do aluno.
 16. Introduzir novas tecnologias de gestão para a otimização das atividades administrativas
 17. Seleção objetiva e meritocrática para ocupação dos principais cargos nas diretorias de ensino no Estado, que considere os conhecimentos dos candidatos sobre gestão educacional e sobre as especificidades da região de ensino para a qual está se candidatando
 18. Fortalecer a formação dos diretores das escolas. Eles também serão capacitados para o emprego de sistemas tecnológicos e gestão de projetos escolares.
 19. Valorizar a Carreira do Professor e dos servidores da Educação;
 20. Programa permanente de qualificação dos professores.
 21. Estimular o acesso de professores e servidores à Cultura; o Estado possui inúmeros equipamentos culturais que podem ser potencializados.
 22. Implantar mecanismos que assegurem a segurança nas escolas, garantindo a integridade de alunos, familiares, funcionários e professores.
 23. • Definir novos mecanismos de controle e avaliação do desempenho de cada aluno de cada sala da rede Estadual de ensino. É fundamental a avaliação sistemática e criteriosa do desempenho dos alunos com devolutiva às escolas. Isto permite ao professor e à unidade acompanhar o desenvolvimento e necessidades de cada aluno e classe.
 24. Garantir apoio especial às escolas que apresentem pior desempenho para diminuir as diferenças.
 25. Definir metas claras de desenvolvimento institucional das escolas com incentivos para aquelas que mais se esforcem para melhorar seu desempenho.
 26. Promover e incentivar o envolvimento da família e comunidade com a escola

27. Estabelecer parcerias com ONGs e instituições comprometidas em colaborar com a melhoria da qualidade de Ensino na rede estadual.
28. Construir um efetivo regime de colaboração entre estado e municípios. Serão ações de apoio e colaboração na perspectiva da melhoria da qualidade da educação e que envolverão principalmente o Ensino Fundamental e a Educação Infantil.
29. Assegurar apoio aos municípios mais pobres como forma de reforçar a coordenação das ações governamentais na área da educação.

- **SAÚDE**

Precisamos reorganizar os diversos entes estaduais, municipais, filantrópicos e privados, que atendem a Rede SUS, entre UBS, UPA, AME, Hospitais Gerais, clínicas, etc. Muito já se falou de prontuário eletrônico e agendamento do atendimento, mas, até hoje, tudo isso é apenas promessa. Vamos implementar o controle eletrônico da oferta e da demanda de serviço de saúde

1. Prontuário eletrônico: Implantar o prontuário eletrônico em todo o Estado de São Paulo. O prontuário eletrônico guardará todo o histórico clínico dos pacientes.
2. Sistema Integrado de Saúde: Criar o sistema integrado de saúde do Estado de São Paulo. Essa plataforma unificará a oferta e a demanda por serviços de saúde, permitindo maior eficiência da gestão em saúde.
3. Central de Oferta de Saúde será um sistema de regulação efetiva de toda oferta de serviços de saúde da Rede SUS operante no Estado de São Paulo.
4. Sistema de Agendamento: Instalar sistema de agendamento de consultas e exames
5. Reorganização da estrutura de saúde: Reestruturar a rede de saúde em regiões de saúde determinadas espacialmente pela escala populacional ótima para cada equipamento e/ou especialidade.
6. Articular os serviços municipais e estaduais, filantrópicos e privados, buscando eficiência e efetividade na gestão dos serviços públicos
7. Aumento da resolutividade na atenção básica: Investir em atenção básica à saúde, de forma a reduzir a necessidade de hospitalizações. Para isso, precisamos aumentar a resolutividade nas unidades de atenção básica à saúde.

8. Ampliar a população coberta pelo Programa Saúde da Família no Estado de São Paulo.
9. Valorização do médico clínico geral e saúde da família: Carreira melhor remunerada, incentivada e valorizada pelo sistema público de saúde.
10. Mutirão de cirurgias eletivas: Realizar mutirão para realização de cirurgias eletivas para zerar a fila de cirurgias.
11. Programa de medicamentos gratuitos: Utilizar a rede de farmácias privadas para a distribuição dos medicamentos, aumentando o número de pontos de distribuição e de medicamentos disponibilizados, como é feito pelo programa federal.
12. Remédios de alto custo: Facilitar acesso com aumento de pontos de distribuição no Estado.
13. Inovação: Trazer a vanguarda tecnológica de volta para os hospitais públicos. Aumentar os investimentos em pesquisas.
14. Estimular a produção, em território paulista, de equipamentos e dispositivos médicos, em especial os que envolvem alta tecnologia, fármacos e biofármacos.
15. Isonomia fiscal do insumo médico nacional com o importado
16. Criar campanha eficiente para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis – Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e AIDS.
17. Instituir programa de prevenção da gravidez na adolescência no âmbito das escolas, dos centros de cultura e associações comunitárias.
18. Ampliar rede de atendimento especializado em dependência química.
19. Prevenção e vacinação.
20. Centros de reabilitação em parceria com o SESI.
21. Estímulo ao esporte e a alimentação saudável.

- **GERAÇÃO DE EMPREGO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

O Estado de São Paulo possui 3,5 milhões de pessoas desempregadas. Ampliando esse montante, todo ano aproximadamente 700 mil jovens atingem idade para trabalhar e muitos deles já buscam seu primeiro emprego. Precisamos gerar empregos, capacitar os jovens e adultos para inseri-los no novo mercado de trabalho, cada vez mais tecnológico.

- Geração de Emprego

1. Aquecimento da construção civil por meio de obras públicas: Investimentos em rodovias, ferrovias e metrô, construção de escolas e delegacias.
 2. Atração de empresas para o Estado de São Paulo com a construção de um ambiente propício ao investimento:
 3. Desburocratização;
 4. Simplificação tributária;
 5. Fim da guerra fiscal, com adoção da cobrança do ICMS no local de destino. Ação ativa em busca de novos negócios no Brasil e no exterior;
 6. Incentivo ao empreendedorismo, Startups e economia criativa.
 7. Capacitação para o primeiro emprego e recolocação
 8. Cursos das ETECs e FATECs, no padrão SENAI-SP:
 9. Com foco nas potencialidades de cada região
 10. Qualificação para os novos empregos que estão surgindo com o advento de novas tecnologias.
 11. Programa direcionado aos desempregados para recolocação no mercado de trabalho.
-
- Desenvolvimento Econômico
1. Promoção do empreendedorismo: microempreendedores individuais, micro, pequenas e médias empresas recebendo apoio de instituições como o SEBRAE, SENAI, SENAC e SENAT.
 2. Micro e Pequena Empresa e Startup
 3. Incentivar o oferecimento de crédito para as micro e pequenas empresas.
 4. Assessoria técnica e gerencial às micro e pequenas empresas.
 5. Programa de Incentivo a Startups.

Disponível:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/SP/2022802018/250000604077//proposta_1533858422740.pdf

CANDIDATO: Prof. Claudio Fernando (PMN)

NÃO FOI ENCONTADO PLANO DE GOVERNO.

Disponível:

<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2018/2022802018/SP/250000617766>

CANDIDATA: Professora Lisete (PSOL)

1. Trabalho e Renda
2. Educação
3. Saúde

- **TRABALHO E RENDA**

Propostas:

1. A partir dos Planos Regionais de Ação e do espaço da escola gestar e fortalecer propostas de trabalho comum nas diferentes áreas, com suporte financeiro e técnico do Estado.
2. Reorganizar o Centro de Atendimento ao Trabalhador para auxiliar na orientação vocacional, democratização das oportunidades e intermediação das vagas, principalmente para: jovens, mulheres, pessoas com deficiência, negros e negras e comunidade LGBTI+.
3. Priorizar compras nas licitações públicas de cooperativas e outras formas de associativismo popular, especialmente de alimentos orgânicos para a merenda escolar, dando preferência à produção local.
4. Fomentar os circuitos curtos de comercialização e consumo a partir de iniciativas como as CSA (Comunidades que Sustentam a Agricultura), priorizando compras institucionais e acesso a recursos.
5. Oferecer alimentação a setores vulnerabilizados oriunda de produções agrícolas familiares em modelo de CSA (Comunidades que Sustentam a Agricultura), com repasse mensal fixo aos produtores, que realizam entrega semanais dos produtos.

6. Incentivar o associativismo na juventude e população LGBTI+, estimulando a criação de bancos comunitários, cooperativas de crédito consumo e produção autogeridas, baseadas no modelo da economia solidária.
7. Financiamento do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (FECOP) para estruturação dos planos intermunicipais de resíduos que contemplem a participação progressiva das cooperativas de catadores em todos os níveis da indústria da reciclagem.
8. Fomentar a integração das agendas de pesquisa das universidades paulistas com o Centro Paula Souza, de forma a ampliar a formação e a preparação para pesquisa dos estudantes da ETEC e da FATEC.
9. Ampliar os direitos sociais sob responsabilidade do estado, com qualidade e valorização dos profissionais, priorizando a população que vive nas periferias. Integrar a população negra, LGBTI+ e pessoas com deficiência no serviço público e ampliar a política de combate à discriminação e ao assédio moral em locais de trabalho.
10. Criar linhas de financiamento estaduais específicas para jovens sem-terra e agricultores familiares, acompanhada de formação profissional para possibilitar a organização da produção no campo, estimulando uma perspectiva ecossocialista e agroecológica;
11. Criação de programas de fiscalização para identificação das empresas que não respeitam os direitos das mulheres, pessoas com deficiência, negros e negras e LGBTI+. Garantir trabalho e renda em condições dignas e suficientes para as pessoas com deficiência, estimulando o cumprimento da “Lei de Cotas” nos programas de inserção de pessoas com deficiência no mundo formal do trabalho, assim como o cumprimento da “reserva de vagas” nos concursos públicos e indicações na administração direta, indireta e autárquica. Proibir a participação de empresas que não cumprem a “Lei de Cotas” em licitações públicas.
12. Apoiar ou desenvolver programas de inserção de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, também sob a ótica da estratégia do Emprego Apoiado. Promover a participação inclusiva de pessoas com deficiência em cursos de capacitação profissional.

- **EDUCAÇÃO**

Propostas:

1. Valorizar os trabalhadores da educação com: aumento de salário, boas condições de trabalho, com liberdade de expressão e pensamento crítico, contratação dos trabalhadores via concurso, planos de carreira, profissionalização dos agentes educacionais, formação e alternativas de dedicação exclusiva.
2. Valorização dos professores da educação básica, de forma que a média salarial seja igual a dos demais profissionais do Estado de São Paulo com formação equivalente.
3. Aumentar a vinculação constitucional estadual de 30% para 32% na manutenção e desenvolvimento da educação pública do Estado de São Paulo.
4. Ampliar os investimentos para as três Universidades Paulistas e para o Centro Paula Souza para 11,5% do ICMS.
5. Aumentar as vagas para a formação técnica e superior e integrar o ensino médio em suas diferentes modalidades.
6. Criar o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) estadual, seguindo o modelo de Paulo Freire, em colaboração com movimentos sociais e outros parceiros de forma a zerar o analfabetismo no estado.
7. Diminuir a média de alunos por turma, para 20 alunos nas classes de alfabetização, 25 no Ensino Fundamental e 30 alunos no ensino Médio, de forma a atender com maior qualidade os estudantes da rede estadual. Retomar a discussão sobre a organização do ensino em ciclos e a progressão continuada como forma de combate a reprovação e à garantia de aprendizagem.
8. Combater com busca ativa a evasão de alunos no Ensino Fundamental e Médio. Ampliar para 100% o acesso e a conclusão do ensino médio com projeto de transferência de renda para estudantes através de bolsas, monitorias e estágios associados com trabalhos comunitários.
9. Construir escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio. Realizar reformas de manutenção e ampliação dos espaços escolares, propiciando as escolas tenham quadra coberta, biblioteca, laboratórios, refeitório e internet banda larga, com fornecimento dos equipamentos necessários, de acordo com as demandas do poder popular escolar.
10. Diminuir gradativamente o número de períodos nas escolas de Ensino Fundamental, para a implantação gradativa da escola em período integral de 7h

horas diárias, de acordo com as demandas do poder popular escolar e adequando a estrutura das escolas.

11. Destinar verbas às todas as escolas de forma planejada, contínua e desburocratizada para o desenvolvimento de seus Projetos Político Pedagógicos, sem que, com isso, o Estado se desresponsabilize de suas obrigações.
12. Implementar política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com o devido Apoio Educacional Especializado (AEE), e extinguir todas as salas e escolas especiais, garantindo o pleno acesso e a permanência de educandos com deficiência na rede pública de ensino, investindo na capacitação de professores e assistentes de classe.
13. Criar políticas que promovam debates escolares que fortaleçam uma educação libertadora, incluindo discussões sobre educação sexual, gênero, combate ao racismo e aos preconceitos como a LGBTfobia.
14. Fortalecer a educação indígena, quilombola, dos povos atingidos por barragens, das populações em risco social e em situação de privação de liberdade com investimento e formação.
15. Investir em novos modelos de educação diversificados –multiseriados -, entrelaçando com experiências municipais.
16. Destinar 50% de vagas do ensino superior estadual para os que realizaram seus estudos em escolas públicas. Estudantes negros, pardos e índios terão o número de vagas reservadas definido de acordo com a proporção dessas populações apontada no censo do IBGE de 2010
17. Planejar ações e interações entre as Universidades Públicas, as Faculdades e Centros Universitários Municipais com a rede pública de ensino de educação básica e criar as Universidades Livres com cursos presenciais, substituindo gradativamente o modelo de cursos à distância.
18. Implantar o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) a partir do segundo ano de governo e o Custo Aluno Qualidade (CAQ) no quarto ano de governo.

- **SAÚDE**

Propostas:

1. Valorizar o trabalhador dos serviços de saúde, com aumento salarial e garantia de condições dignas de trabalho; contratações para reverter terceirizações feitas pelas gestões passadas.
2. Auxiliar departamentos regionais e prefeituras na resolução de necessidades de saúde, evitando a superlotação de hospitais. Dar transparência às filas de vagas no SUS, aumentando a eficácia de atendimentos de média e alta complexidade, fortalecendo os hospitais públicos
3. Garantir o financiamento dos hospitais estaduais – inclusive os universitários – dando fim ao fechamento de unidades e diminuição do número de leitos, atendimentos e procedimentos.
4. Ampliar horário de atendimento nos ambulatórios de especialidades e incentivar esta ampliação nas Unidades Básicas de Saúde, para que trabalhadores possam ter acesso a consultas e atividades educativas, de acordo com a demanda.
5. Incluir a pessoa com deficiência na rede de atenção integral à saúde. Promover qualificação aos profissionais no sentido de considerar a pessoa com deficiência como um cidadão e não apenas como portador de uma ou mais limitações.
6. Desenvolver campanhas de prevenção às deficiências e implementar práticas de cuidados domiciliares envolvendo equipes de saúde da família, de assistência domiciliar e comunidade. Garantir o provimento e a adequação de tecnologias que ampliem as possibilidades de independência e de inclusão das pessoas com deficiência.
7. Promover espaços de Educação Popular em Saúde, tanto nas unidades de saúde quanto no território; incorporação de Práticas Integrativas e Complementares no rol de serviços oferecidos, com capacitação e contratação de profissionais.
8. Promover autonomia e articulação dos movimentos populares, feministas, juventude, negras/os, LGBTI+ e de trabalhadores para além dos espaços de controle social, com reuniões e atividades coletivas de poder popular no território; exigir transparência nos conselhos e conferências de saúde.
9. Implementar a Lei N° 11.104, conhecida como a “Lei da Brinquedoteca”, de autoria da deputada Luiza Erundina, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação
10. Promoção e ampliação do Programa Saúde na Escola, com incentivo ao esporte, lazer e atividades educativas com a comunidade escolar e a população.

11. Promover a discussão de gênero e saúde reprodutiva, combate ao racismo, machismo, LGBTfobia e falar sobre a Lei Maria da Penha, com linguagem apropriada a cada faixa etária das crianças e adolescentes.
12. Ampliar e articular as Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) no cuidado de pessoas com sofrimento psíquico através de suporte qualificado aos municípios e aos profissionais, valorizando práticas de inserção nos territórios.
13. Promover ações em conjunto com a Atenção Primária, CAPS Álcool e Drogas e consultórios de rua; com atividades educativas intersetoriais, atendimentos interdisciplinares - com usuários e familiares - e implementar medidas de redução de danos. Realizar auditorias de contas e prontuários das comunidades terapêuticas e, possivelmente, fechar essas entidades, coibindo práticas manicomiais.
14. Implementar programas de saúde destinados aos setores historicamente oprimidos como mulheres, negros/as, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, LGBTI+, pessoas em situação de rua e pessoas com deficiência; além de qualificação aos profissionais de saúde para atender essas populações e garantia de acesso, de acordo com suas especificidades;
15. Promover acesso ao pré-natal de qualidade, atendimento digno durante o trabalho de parto e puerpério, inclusive em situações de abortamento, promovendo o protagonismo feminino; garantir meios de acesso ao hospital ou casa de parto de referência da gestante em situações de emergência, como ambulâncias em cada distrito de saúde, com contrapartida dos municípios.
16. Aprovar o PL nº 250/2013, que garante a presença das doulas nos estabelecimentos de saúde públicos e privados do estado de São Paulo e garantir sua implementação.
17. Ampliação dos centros de parto normal e casas de parto no estado de São Paulo, com inserção das Obstetrias e Enfermeiras Obstétricas e enquadramento destas no Plano de Cargos, Vencimentos e Salários do estado;
18. Garantir acesso e atendimento respeitoso a quem busca a realização de aborto legal. Ampliação e não fechamento das unidades capacitadas para a realização do procedimento, além de treinamento de pessoal e fortalecer e garantir investimento no Hospital Pérola Bygton – referência na saúde da mulher no Estado.

19. Promover assistência respeitosa para mulheres, LGBTI+, crianças, adolescentes e outras pessoas em situação de violência nos serviços de saúde; com escuta qualificada, notificação compulsória, encaminhamento adequado e garantia de sigilo e privacidade às vítimas. Disponibilizar o tel. 180 - Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - em todos os estabelecimentos públicos e privados do estado.
20. Garantir atendimento digno à população negra; respeitando suas crenças e cultura, além de capacitar os profissionais quanto à anemia falciforme e sua maior prevalência nesta população e coibir atos racistas de qualquer natureza.
21. Garantir assistência integral e gratuita nos equipamentos de saúde do estado de São Paulo à toda a população LGBTI+ - com o uso do nome social, acesso a consultas, atividades educativas, procedimentos - incluindo a cirurgia de redesignação sexual - e exames preventivos na Atenção Básica e Especializada, durante todo o ciclo vital;
22. Integrar os serviços de Assistência Social e dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador à Atenção Primária, com matriciamento entre as equipes e atividades nos locais de trabalho. Criar políticas de acolhimento relacionadas à saúde do trabalhador em Saúde
23. Articular e fortalecer as intervenções de vigilância em Saúde do Trabalhador através dos CEREST's, combatendo condições precárias de trabalho e contribuindo para a prevenção de acidentes e doenças profissionais.
24. Incentivar e dar suporte para os trabalhadores da saúde atuarem em rede com profissionais de outras áreas, como em relação aos Centros de Referência da Mulher e com os profissionais da educação. Debater intersetorialmente a medicalização da vida e incentivar, quando possível, a desmedicalização.
25. Articular ações com entes públicos para o combate ao assédio moral no trabalho.
26. Capacitar os agentes de saúde pública em parceria com os órgãos federais de atendimento à saúde indígena, objetivando um atendimento adequado aos pacientes oriundos dos povos tradicionais.

Disponível:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/SP/2022802018/250000601522//proposta_1537464611130.pdf

CANDIDATO: Rodrigo Tavares (PRTB)

1. Educação
2. Emprego e Relações do Trabalho
3. Saúde

- **EDUCAÇÃO**

1. IPP - Identificação Precoce das Potencialidades – O aparato estatal, com seu corpo técnico, identificará as habilidades inatas do indivíduo de forma precoce, e após identificada dará um sistema de apoio e estímulo a essas individualidades. As habilidades inatas bem trabalhadas gerarão engajamento e esse engajamento
2. FOCO NA AULA – estudos apontam uma perda de 35% do tempo efetivo de aula por fatores como falta de disciplina dos alunos e atividades de outras naturezas realizadas em sala de aula. Isso é inadmissível. Iremos fortalecer os regimentos escolares reestabelecendo a autoridade do professor e realizando atividades de outra natureza fora do horário de sala de aula. Temos que priorizar o tempo pedagógico.
3. OTE – Ocupação Territorial Escolar – Levar o Responsável pelo Aluno para dentro do Equipamento Escolar. Teremos, aos finais de semana, atividades voltadas os responsáveis de alunos dentro do Equipamento Escolar.
4. MONITORAMENTO TOTAL - Instalação de câmeras de monitoramento em todas as escolas estaduais.
5. CENTRO POPULAR DO AUDIOVISUAL – CPAV o Centro popular do áudio visual consiste em aquisição de equipamentos e montagem de estúdio para gravação de curtas metragens, gravação de músicas e clipes para veiculação nas mídias digitais. Será montado nas unidades escolares estaduais e proporcionalmente ao tamanho do Município.
6. VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES – Recomposição salarial (por perdas inflacionárias) de forma gradual e escalonada, mais a inflação do período; programa de capacitação dos professores estaduais nas Universidades Estaduais em conteúdo e metodologia, Criação do Cargo Efetivo de Coordenador pedagógico, Autonomia financeira da Escola .

7. ESCOLA MAKER – Instalação de 30 escolas Maker ao longo de 4 anos. A Cultura Maker Tem Como Princípio O Aprender A Partir De Sua Própria Experiência Prática.
8. LIGUAGEM E ABORDAGEM – Linhas auxiliares de abordagem através de linguagem mais moderna. Utilização de games educativos e aulas remotas de reforço em linguagem jovem e dinâmica.

- **EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO**

Propostas:

1. COMPRA DAQUI - Parte de todas as licitações e futuras contratações do Estado contemplem cooperativas, micro e pequenas empresas especialmente do local onde o serviço será realizado.
2. INCENTIVOS FISCAIS: REVISAO, REPOSICIONAMENTO E FORTALECIMENTO Incentivar pontualmente setores da economia que absorvam parte da massa de desempregados, especialmente nas seguintes áreas: aquisição de máquinas e equipamentos para o ativo imobilizado, programas para utilização do crédito acumulado do icms em projetos de investimentos, 1) programa de incentivo ao investimento pelo fabricante de veículo automotor (pró-veículo): 2) pró-parques, 3) programa de incentivo ao investimento pelo fabricante de produtos da indústria de processamento eletrônico de dados (próinformática): programa de incentivo ao setor ferroviário (pro-trens): indústria de informática: redução de base de cálculo do icms: créditos outorgados: alíquota de 12% nas operações internas regime especial simplificado de exportação:
3. FORTALECIMENTO DA comissão de avaliação da política de desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo
4. PROJETO UPGRADE incentivar de forma fiscal e material o empreendedorismo apoiado, o setor de economia solidária, criativa, colaborativa. Sustentáveis, Empreendedorismo social
5. INFRAESTRUTURA: investimentos: construir estradas, portos, aeroportos, energia elétrica, transporte urbano, saneamento, abastecimento de água,

abastecimento de energia elétrica e assim por diante. O governo amplia a capacidade produtiva investindo.

6. BANESPJUV: Programa de incentivo e financiamento ao jovem que concluiu ensino superior e deseja montar seu negócio
7. CENTRO ESTADUAL DE CAPACITAÇÃO RAPIDA: Cursos de tecnologia com duração de 6 meses a 1 ano, em período integral, com o recebimento de bolsa de 1 salário mínimo. Meio Período aulas teóricas outro meio período aulas práticas.
8. COWORKING ESTADUAL, ambientes especialmente pensados para o trabalho autônomo, muito networking com pessoas de diversas áreas e toda a estrutura para receber o empreendedor.

- **SAÚDE**

Propostas:

1. AUDITORIA NAS ENTIDADES GESTORAS (OSCIP , OS, ETC..)
2. REGIONALIZAÇÃO AUMENTO DA REDE acelerar o processo de descentralização para o qual já existe recursos do BID
3. TECNOLOGIA MELHOR GESTÃO propiciando ações preventivas, analisando em tempo real a eficiência dos programas, dimensionando adequadamente a compra de insumos, além da gestão de pessoal e controle de vagas.
4. POLITICAS INTEGRATIVAS DO SUS, Promover a racionalização das ações de saúde, estimulando alternativas inovadoras e socialmente contributivas ao desenvolvimento sustentável de comunidades e DESENVOLVIMENTO HUMANO.;
5. CARTAO PASP Cartão com chip contendo o prontuário médico e informações relevantes do cidadão. Usado em toda rede de atendimento a saúde, farmácias, rede descentralizada de atendimento.
6. CENTRO DE ATENDIMENTO DE SAÚDE MENTAL, em parceria com faculdades e universidades.
7. CONVENIO COM ENTIDADES PARTICULARES E FILANTROPICAS, para a utilização da capacidade ociosa dos mesmos e realização de exames e consultas.

Disponível:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/SP/2022802018/250000615464//proposta_1534259651361.pdf

CANDIDATO: Rogerio Chequer (NOVO)

1. Educação
2. Saúde

(O PROGRAMA NÃO POSSUI PROPOSTA NO EIXO DE GERAÇÃO DE EMPREGO)

- **Educação**

Propostas:

1. Foco no Aluno; Avaliações com maior frequência; Reforço escolar; Internet na sala de aula como ferramenta de ensino;
2. Foco no Professor; Melhorar salários e bonificação; melhorar material didático e na sala de aula; Treinamento, reciclagem e melhores práticas; Avaliações diagnósticas
3.) Gestão; Profissionalização da Secretaria; Analisar parcerias para otimizar contratações de produtos e serviços; Reformas; Construção de escolas; Transporte; Merenda; Zeladoria. Zeladoria
4.) Disseminação de melhores práticas: núcleo de inteligência de melhores práticas no Brasil e exterior
5. Diretores: maior aproximação com a Secretaria; Treinamento; Premiações; Disseminação de melhores práticas;
6. Disseminação de melhores práticas
7. Formação em tempo integral através de: Escola em período integral; Atividades no contra turno: reforço escolar, Esporte, Artes, Integração com atividades de Saúde e Prevenção; outras atividades.
8. Primeira Infância: Reforço das creches - Parcerias com os Municípios; Priorizar acesso a famílias mais vulneráveis; Treinamento e capacitação de profissionais;

9. Ensino Superior: gratuito porém iremos analisar parcerias para que estudantes de alta renda contribuam financeiramente
10. Parcerias para ampliação da oferta de cursos técnicos alinhados com as novas demandas profissionais

- **SAÚDE**

Propostas:

1. Parcerias com Organizações Sociais para gestão de unidades de saúde: Ampliar parcerias; Disseminar melhores praticas; Estabelecer métricas de desempenho; Agência Reguladora livre de indicações políticas;
2.) Analisar parcerias para otimizar contratações de produtos e serviços: Zeladoria; Frota; . Exames; . Exames
3. Foco no Atendimento Básico; Agendamento Eletrônico / Informatização: organização da entrada no sistema, redução de filas e do não comparecimento; Parcerias entre Estado e Município; Prontuário Eletrônico
4. Foco na Prevenção; Agente de Saúde da família; Médico como gestor de saúde da família; Treinamento de profissionais; Manual de condutas; Uso de tecnologia, inclusive para atendimento em áreas periféricas

Disponível:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/SP/2022802018/250000601939//proposta_1533680490692.pdf

CANDIDATO: Toninho Ferreira (PSTU)

Não apresenta propostas claras.

Disponível:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/SP/2022802018/250000609174//proposta_1534022626639.pdf

DISTRITO FEDERAL

CANDIDATO: Alberto Fraga (DEM)

NÃO APRESENTA PROPOSTAS CLARAS NO ÂMBITO DE GERAÇÃO DE RENDA.

1. Educação
2. Saúde

- **EDUCAÇÃO**

Propostas:

1. Contratação de professores de carreira e de professores temporários para garantir a sua presença nas escolas, evitando prejuízos aos alunos;
2. Incentivar a participação de servidores da área de educação em programas de graduação e de pós-graduação, para a obtenção de melhores resultados na qualidade da educação básica;
3. Valorizar a questão salarial dos professores e demais servidores da educação do DF para que recebam salários justos e compatíveis com a importante função que desempenham;
4. Incentivar a criação, premiar resultados excelentes e multiplicar os projetos de sucesso desenvolvidos pelos profissionais de educação ou por equipes que promoveram avanços em índices educacionais;
5. Criar incentivos e prêmios aos alunos que se destacarem nos exames de verificação de desempenho de alunos;
6. Desenvolver uma base curricular própria, desvinculada de qualquer cunho ideológico de modo a preparar o aluno para os desafios profissionais e sociais futuros;
7. Construir escolas próximas aos locais de maior demanda para reduzir, ao máximo, a necessidade de transporte escolar;
8. Ampliar o acesso dos professores, alunos e demais profissionais da educação aos equipamentos de informática e às novas tecnologias de informação e comunicação;
9. Criar, juntamente com as entidades representativas, parâmetros e metas de desempenho para os servidores da educação e para os alunos visando propiciar bons resultados para a educação, inclusive com bonificação pecuniária aos servidores de destaque que contribuirão diretamente para o alcance dos resultados objetivados nas avaliações nacionais e internacionais de qualidade do ensino;
10. Aprimorar a qualidade da alimentação escolar, incentivando a suplementação alimentar saudável;
11. Manter e melhorar o programa de bolsa de incentivo à manutenção de crianças nas escolas, com a contrapartida de bons resultados nos estudos;

12. Criar e incentivar a participação dos servidores da educação em programas de educação continuada a fim de que se mantenham atualizados, garantindo a existência de um ensino de qualidade nas escolas do DF;
13. Retomar as aulas de Educação Física e do Desporto Escolar, pelo menos, nas escolas de período integral;
14. Adotar programas de ensino que incentivem o progresso profissional, científico e tecnológico.

- **SAÚDE**

Propostas:

1. Reestruturar e reforçar a atenção primária em saúde, ampliando as equipes de saúde da família de modo a atingir 100% de cobertura;
2. Resgatar a saúde bucal, com equipes móveis visitando as escolas públicas;
3. Retomar as Carretas da Saúde da Mulher, que tiveram bons resultados na prevenção de doenças;
4. Recuperar a Carreta das Cataratas, que se revelou um programa de êxito;
5. Restabelecer a presença nos Postos de Saúde de, pelo menos, três especialidades médicas (ginecologia, clínica geral e pediatria);
6. Integrar as agendas via sistema informatizado. (E-SUS + Trackcare);
7. Providenciar, já na atenção primária, o agendamento de consultas e exames pelo sistema;
8. Integrar a rede Estratégia Saúde da Família (ESF), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e policlínicas de especialidades com a rede referência e contra referência, desde a atenção primária até a alta complexidade, evitando, assim, que o paciente tenha o fluxo de atendimento perdido.
9. Aumentar o número de leitos, desbloqueando imediatamente leitos fora de operação;
10. Redimensionar a rede física;
11. Revisar todos os contratos em vigor, visando economia e efetividade;
12. Implantar o Programa de desospitalização, ação que estimulará o núcleo regional de assistência domiciliar;
13. Ampliar a rede hospitalar com a construção de três hospitais: um Hospital Regional no Sol Nascente (Ceilândia), inclusive realizando atendimento materno infantil, um no Recanto das Emas e um em São Sebastião;
14. Adotar ações para reduzir o tempo de permanência hospitalar, melhorando, assim, as taxas de ocupação;
15. Otimizar os serviços de diagnósticos complementares, gestão de leitos, Núcleo Regional de Atenção Domiciliar (NRAD) etc.;
16. Integrar os níveis de assistência via sistema informatizado;
17. Fomentar a implantação do ciclo de assistência farmacêutica com ênfase na logística de aquisição e distribuição de insumos;
18. Criar o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (Ciam);
19. Reformar unidades hospitalares que se encontram em situações insalubres;
20. Criar um canal adicional para marcação de consultas, desenvolvendo um aplicativo para o acompanhamento de vagas disponíveis e, também, reativar a

central telefônica de marcação, uma vez que já funcionou com sucesso em outra época.

21. Oncologia: reestruturar completamente a linha de cuidados de pacientes oncológicos, priorizando a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento adequado (Hospital do Câncer). Promover a consolidação do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC) no Distrito Federal;
22. Cirurgia cardíaca e hemodinâmica: fortalecimento da rede própria;
23. Transplantes: fomentar equipes de transplantes diversos;
24. Traumatologia-ortopedia: reestruturar a linha de cuidados, no sentido de evitar longos períodos de internação, daqueles que aguardam cirurgia, com a otimização do uso de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME);
25. Terapia dialítica: favorecer rede própria.
26. Valorização do servidor disponibilizando a proteção física e psicológica do profissional, bem como a melhoria das condições de trabalho, implantando, ainda, o programa de combate ao absenteísmo;
27. Reparação das injustiças e prejuízos da má gestão que atingem o servidor da saúde;
28. Reestruturação da carreira de agente de vigilância ambiental do Distrito Federal;
29. Acolhimento dos representantes dos médicos e dos profissionais da saúde do DF, para atender, dentro do possível, suas necessidades e convidá-los a juntar esforços na luta pela recuperação da nossa saúde pública;
30. Incentivo à meritocracia (produtividade) com a adoção de programas de estímulo à criatividade, de políticas de capacitação, de estímulo à qualificação, bem como com a definição de metas de desempenho a serem atingidas, podendo bonificar àqueles que atingirem os melhores resultados;
31. Integração entre a SES/DF e as entidades de classe resgatando a dignidade laboral dos servidores;
32. Reajustes salariais dos servidores da saúde, já previstos e autorizados, que têm sido ignorados pelo atual Governo;
33. Revisão imediata das portarias que, em certas categorias, engessam as escalas de trabalho;
34. Estímulo a reversão de servidores aposentados, contratando médicos, enfermeiros e técnicos da saúde para recompor rapidamente o quadro de servidores experientes.
35. Transformar, com responsabilidade, o maior número possível de hospitais da rede em hospitais de ensino objetivando acolher a demanda dos estudantes e dos pacientes;
36. Promover a integração com as instituições privadas de ensino superior que utilizam a infraestrutura da rede e a cooperação entre a Secretária de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e as escolas de ensino técnicos do DF;
37. Promover o credenciamento, no MEC, de programas de Residências Médicas, voltando a dar condições de ensino médico no Hospital de Base.
38. Completar a informatização da rede, integrando o faturamento da SES/DF com o do Ministério da Saúde (MS);
39. Descentralizar a gestão e os recursos financeiros nas regionais de saúde;
40. Implantar controles eletrônicos de estoques e distribuição, evitando desperdícios;

41. Promover parcerias complementares com o setor privado, firmando convênios (vantajosos economicamente para o Estado) com a rede privada de saúde, para zerar a fila de exames nos primeiros 180 dias;
42. Buscar recursos externos para o aprimoramento do sistema de saúde do DF.
43. Criação do núcleo de inovações tecnológicas em parceria com as universidades/faculdades públicas;
44. Marcação de consultas e avaliação do atendimento recebido por meio de aplicativos.
45. Recuperar imediatamente a capacidade operacional das equipes de atendimento pré-hospitalar;
46. Mudar (para melhor) os fluxos que foram alterados nos últimos anos;
47. Fortalecer o treinamento e a formação de novas equipes.

Disponível:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/DF/2022802018/70000625516//proposta_1537820606351.pdf

CANDIDATO: Alexandre Guerra (NOVO)

1. Educação
2. Saúde
3. Produtividade e Competitividade do Mercado

- **EDUCAÇÃO**

Propostas:

1. Bolsas de estudo para alunos de baixa renda, em escolas particulares parceiras, nas Regiões Administrativas onde não há vagas suficientes em escolas públicas e conveniadas;
2. Aceleração na implantação de creches conveniadas, focando em regiões com maior demanda, com fiscalização e supervisão contínua da qualidade educacional oferecida.
3. Aceleração no processo de universalização do ensino em tempo integral em toda a rede básica de ensino, pública e conveniada, priorizando alunos de baixo desempenho e em situação de alta vulnerabilidade social;
4. Oferta de atividades culturais, artísticas e esportivas no contraturno escolar.
5. Fim da fila de espera nas creches públicas e conveniadas (0-3 anos)
6. Alfabetização aos 6 anos de idade (1º ano do ensino fundamental);
7. Fim da progressão continuada, inclusive no Ciclo Sequencial de Alfabetização (1º ao 3º ano do ensino fundamental);
8. Tutoria (aulas de reforço em pequenos grupos) aos alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem.
9. Cursinhos preparatórios permanentes para o ENEM e PAS, para todos os alunos da rede oficial de ensino;

10. Aumento no número de vagas no CIL (Centro Interescolar de Línguas de Brasília) para toda a população, estimulando a participação dos alunos da rede oficial de ensino em cursos de línguas estrangeiras.
11. Ampliação e expansão na oferta de vagas no ensino médio técnico profissional de acordo com a vocação local (diagnóstico de identificação das demandas de profissionais em cada RA);
12. Investimento no ensino médio técnico à distância (EAD);
13. Utilização de unidades escolares móveis para a educação e formação profissional;
14. Realização de convênios com empresas públicas e privadas para aprendizado prático e oferta de estágio profissional supervisionado;
15. Ampliação do Programa Jovem Candango, estimulando e desburocratizando a contratação de menores aprendizes.
16. Fortalecimento e ampliação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), inclusive à distância.
17. Informatização dos processos de gestão de pessoas, buscando a eficácia e transparência;
18. Ênfase nas atividades de recrutamento, seleção e distribuição dos servidores pautados em um planejamento;
19. Aumento da proporção de servidores da Secretaria de Educação alocados em atividades fim (sala de aula);
20. Capacitações específicas de curta duração e educação continuada para os profissionais da educação:
21. Definição de metas educacionais e estabelecimento de bônus para as escolas, seus professores e alunos com melhor desempenho, de acordo com o resultado das avaliações do Ideb;
22. Remuneração e estabilidade dos profissionais da rede pública vinculados ao desempenho, assiduidade e a outros mecanismos de monitoramento e controle;
23. Maior autonomia financeira, administrativa e pedagógica para as escolas;
24. Total transparência nas contas da escola.
25. Plataforma Interativa para acompanhamento escolar (Portal do Professor, Estudante e Famílias);
26. Instalação de Internet de banda larga wi-fi em todas as escolas;
27. Compartilhamento de experiência e melhores práticas pedagógicas entre os professores;
28. Estímulo e mais liberdade para a realização de projetos pedagógicos com uso de tecnologia nas escolas
29. Criação de ilhas de desenvolvimento de startups em escolas de ensino médio regular e profissionalizante, buscando aquecer o Empreendedorismo e a Economia Criativa no DF
30. Ampliação de vagas para os alunos da rede oficial de ensino em atividades esportivas no contraturno escolar, nos diversos estabelecimentos mantidos pelo GDF, como Complexo Esportivo Cláudio Coutinho, Ginásio Nilson Nelson, Centros Regionais de Treinamento de Alto Rendimento, entre outros;
31. Investimento na realização dos Jogos Escolares do DF;
32. Detecção e desenvolvimento de novos jovens talentos esportivos.

33. Ampliação de vagas na Escola de Música de Brasília com a implementação de novas unidades filiais em outras Regiões Administrativas;
34. Estímulo ao desenvolvimento de projetos pedagógicos com a utilização de recursos teatrais, audiovisuais, artesanato, moda, design, literatura e demais vertentes artísticas e culturais;
35. Investimento e ampliação de vagas nas Escolas Parque para a realização de atividades artísticas e culturais no contraturno escolar para os alunos da rede oficial de ensino.
36. Descentralização do transporte escolar por RA;
37. Melhor distribuição das vagas por RA de acordo com a demanda escolar para evitar grandes deslocamentos e matrículas fora da RA de origem.
38. Realização das reformas necessárias nas escolas da rede pública de ensino^{34 35};
39. Apoio da comunidade para monitorar a infraestrutura das escolas (Projeto Amigo da Escola)
40. Otimização dos espaços escolares para aumento do número de salas de aula nas RAs onde o número de alunos é maior que o número de vagas em escolas públicas e conveniadas;
41. Criação de salas de professores adequadas em todas as escolas;
42. Fortalecimento das bibliotecas escolares
43. Reformulação das Cantinas Escolares, visando:
44. A oferta de refeições (em vez de merendas secas) todos os dias da semana, com prioridade em escolas de regiões mais carentes;
45. A oferta somente de alimentos saudáveis.
46. Adequação/Construção de cantinas escolares, refeitórios e despensas adequadas, em todas as escolas;
47. Fiscalização contínua da qualidade da alimentação escolar;
48. Incentivo ao Projeto Horta;
49. Prêmio Gestor da Merenda Escolar
50. Aumento do efetivo do Batalhão Escolar;
51. Instalação/Construção de Postos Policiais próximos às escolas com maiores índices de criminalidade;
52. Convênio entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública (Polícia Militar) para gestão de escolas em regiões com alto índice de criminalidade.
53. Estímulo à participação das famílias no processo educativo de seus filhos;
54. Abertura das escolas aos finais de semana para a prática de esportes;
55. Introdução de atividades culturais na escola (abertas à comunidade), como filmes, saraus, concertos, etc;
56. Criação de Postos de Apoio à Saúde Preventiva dentro das escolas para atendimento à comunidade local.

- **SAÚDE**

Propostas:

Em primeiro lugar, mostra-se fundamental a organização do sistema de saúde em níveis de atendimento, em função da complexidade, com vistas à eficiência. Nesse sentido, os níveis básicos, que comportam a maioria dos casos, devem ser

priorizados pelo Governo, de sorte a restar reservado aos níveis mais elevados somente os casos que demandem atendimento altamente especializado, conforma demonstrado abaixo: Nível 6: Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Ações: atendimento de situações agudas de menor complexidade; estabilização prévia à internação; funcionamento ininterrupto, 24h por dia, 7 dias por semana. 🏢 Nível 7: Hospital. Ações: atendimento de elevada especificidade, alta complexidade e densidade tecnológica, abarcando cerca de 5% da demanda. Adoção de modelos mensuráveis de parceria público-privada na melhoria e ampliação deste atendimento. Ainda no campo organizacional, caberá à gestão observar as oportunidades de centralização ou não de funções que venham a se mostrar mais efetivas ao bem público, a exemplo do realizado no passado com a criação do Hemocentro no DF, que desonerou as diversas unidades distribuídas da tarefa e dos inerentes custos de coleta, acondicionamento e distribuição adequada de sangue e hemoderivados. Alternativas semelhantes podem ser encontradas, após a discussão com os gestores, em outras atividades da cadeia de atendimento da Saúde, como, por exemplo, no campo de Imagens.

M O D E R N I Z A Ç Ã O D O A T E N D I M E N T O A evolução tecnológica e gerencial do setor de Saúde tem ocorrido de forma intensa em todo o planeta. Além de propiciarem maior expectativa de vida à sociedade, estas inovações tem, em muitos casos, chegado com a boa notícia de reduzirem custos e investimentos quando da sua adoção. Salvar mais vidas, a custos mais baixos, é uma fórmula que agrada a todos. Não é surpresa, portanto, que instituições federais tem aplicado relevante montante de recursos em processos de modernização do atendimento no setor de saúde³⁷. Neste escopo, o Distrito Federal deve envidar esforços para adotar a prática de inovação racional e do paradigma digital também para as soluções disponíveis neste segmento. Um primeiro exemplo que deve ser implementado, de forma célere, é o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), em aderência ao programa desenvolvido pelo Ministério da Saúde com o objetivo de informatizar o fluxo de atendimento realizado pelos profissionais de saúde em todo o SUS³⁸. Nesse sentido, o PEC viabilizará uma avaliação mais precisa do histórico dos pacientes, do qual constarão informações como as consultas e os exames realizados, doenças preexistentes, entre outros, permitindo um encaminhamento mais adequado e individualizado, em conformidade com as necessidades de cada usuário, de modo a viabilizar uma maior economia de recursos, evitando a realização de exames e procedimentos repetidos, auxiliando, inclusive, na gestão de equipamentos e medicamentos, evitando desvios e compras emergenciais.

A C O M P A N H A M E N T O E D E S B U R O C R A T I Z A Ç Ã O D E P R O C E D I M E N T O S É necessário acompanhar a rotina dos atendimentos e procedimentos realizados nas unidades de saúde, criar canais para ouvir as demandas dos profissionais que atuam na área para detectar os principais problemas e dificuldades por eles enfrentados no desempenho de suas funções e trabalhar ativamente no sentido da elaboração de indicadores de saúde que permitam avaliar o cumprimento de metas previamente estabelecidas. Além disso, é preciso diminuir a carga burocrática que pesa sobre os profissionais de saúde que atuam na área fim, de modo a liberá-los para focar no desempenho específico das atividades relativas a sua área de formação: as atividades-meio devem ser, assim, desempenhadas por profissionais administrativos e gestores, não por técnicos em áreas da saúde, que são mais bem aproveitados na ponta, atendendo diretamente aos pacientes. Nível 1: autocuidado. Ações: promoção à saúde; dirimir dúvidas e desconstruir mitos populares. 🏠 Nível 2: atendimento por fone e aplicativo. Ações: informações ao usuário; auxílio médico sem ameaça à vida. 🏢 Nível 3: orientação

profissional. Ações: informação presencial adequada por profissional não médico (farmacêutico, enfermeiro etc.); atendimento domiciliar ou em unidade de saúde. ■

Nível 4: Unidade Básica de Saúde (UBS). Ações: adoção da estratégia saúde da família; atendimento de baixa complexidade e densidade tecnológica, abarcando cerca de 80% da demanda; ente central do sistema, ordenando o fluxo nos demais pontos da rede de atenção à saúde e encaminhando os pacientes para atendimento com especialistas, se necessário. ■

Nível 5: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Ações: ambulâncias e motolâncias para atendimentos de urgência e emergência. A evolução tecnológica e gerencial do setor de Saúde tem ocorrido de forma intensa em todo o planeta. Além de propiciarem maior expectativa de vida à sociedade, estas inovações tem, em muitos casos, chegado com a boa notícia de reduzirem custos e investimentos quando da sua adoção. Salvar mais vidas, a custos mais baixos, é uma fórmula que agrada a todos. Não é surpresa, portanto, que instituições federais tem aplicado relevante montante de recursos em processos de modernização do atendimento no setor de saúde³⁷. Neste escopo, o Distrito Federal deve envidar esforços para adotar a prática de inovação racional e do paradigma digital também para as soluções disponíveis neste segmento. Um primeiro exemplo que deve ser implementado, de forma célere, é o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), em aderência ao programa desenvolvido pelo Ministério da Saúde com o objetivo de informatizar o fluxo de atendimento realizado pelos profissionais de saúde em todo o SUS³⁸. Nesse sentido, o PEC viabilizará uma avaliação mais precisa do histórico dos pacientes, do qual constarão informações como as consultas e os exames realizados, doenças preexistentes, entre outros, permitindo um encaminhamento mais adequado e individualizado, em conformidade com as necessidades de cada usuário, de modo a viabilizar uma maior economia de recursos, evitando a realização de exames e procedimentos repetidos, auxiliando, inclusive, na gestão de equipamentos e medicamentos, evitando desvios e compras emergenciais.

ACOMPANHAMENTO E DESBUROCRATIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS É necessário acompanhar a rotina dos atendimentos e procedimentos realizados nas unidades de saúde, criar canais para ouvir as demandas dos profissionais que atuam na área para detectar os principais problemas e dificuldades por eles enfrentados no desempenho de suas funções e trabalhar ativamente no sentido da elaboração de indicadores de saúde que permitam avaliar o cumprimento de metas previamente estabelecidas. Além disso, é preciso diminuir a carga burocrática que pesa sobre os profissionais de saúde que atuam na área fim, de modo a liberá-los para focar no desempenho específico das atividades relativas a sua área de formação: as atividades-meio devem ser, assim, desempenhadas por profissionais administrativos e gestores, não por técnicos em áreas da saúde, que são mais bem aproveitados na ponta, atendendo diretamente aos pacientes. O estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada é uma das principais formas para se otimizar determinados processos e atividades-meio, ao mesmo tempo em que, simultaneamente, acaba por desonerar o orçamento estatal, que, assim, pode ser destinado às áreas essenciais. Nesse sentido, dentre as possíveis parcerias a serem instituídas com o setor privado, encontra-se a gestão do estoque de medicamentos, de farmácias hospitalares e a realização de atividades burocráticas em geral, reservando o orçamento público para a construção de novas unidades de saúde e contratação de profissionais para atuar na área-fim, tais como médicos e enfermeiros³⁹.

DESONERAÇÃO PARA MEDICAMENTOS Apesar de exemplos de sucesso em países como Estados Unidos e Canadá, onde os medicamentos de uso humano são isentos de impostos, o Brasil ainda mantém um

modelo tributário onde, salvo para o caso de alguns medicamentos de uso veterinário, os medicamentos têm altas alíquotas tributárias. Além de tentativas de desoneração no âmbito federal, especialmente em relação ao PIS e à COFINS, os Estados e o DF poderiam interferir nessa relação de mercado por meio da redução do ICMS, de competência das Unidades da Federação e principal fator tributário incidente nestes produtos. Sabedores da situação fiscal que se encontra o DF fruto da má gestão anterior, o Governo Alexandre Guerra procurará alternativas para viabilização do alívio tributário, com atenção especial a medicamentos de uso contínuo e de alta complexidade, visando à qualidade de vida dos pacientes.

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS E CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE SAÚDE É inescapável a necessidade de contratação de mais profissionais, especialmente médicos especialistas, bem como de construção de mais unidades básicas de saúde, o que pode se realizar mediante o aumento na eficiência na gestão dos recursos orçamentários destinados à saúde ao adotar-se as medidas elencadas supra. Desse modo, dentro da lógica exposta acima, é necessário priorizar a contratação de médicos especializados em saúde da família, bem como a contratação de médicos assistentes e generalistas, que, em conjunto com os primeiros, formarão as equipes responsáveis pelo atendimento nas Unidades Básicas de Saúde. Quanto a estas últimas, é preciso ampliar o número total de aproximadamente 170 para 250 UBS no Distrito Federal, mediante a construção de novas unidades, bem como do aproveitamento de espaços públicos já existentes, que poderiam vir a ser convertidos em centros de saúde com investimentos reduzidos, dada a baixa densidade tecnológica necessária para o seu funcionamento.

• **PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE DO MERCADO**

A última gestão conseguiu dobrar o número de desempregados no Distrito Federal. Passamos de pouco mais de 160 mil em janeiro de 2015 para uma ordem de grandeza de 320 mil desempregados na metade do ano 2018⁵³, conforme dados do Dieese no gráfico ao lado. Um efeito sistêmico pernicioso de políticas equivocadas que não resultam em desenvolvimento, e que vem arruinando as perspectivas de progresso das famílias do DF. Além desta realidade conjuntural, temos ainda a persistência da divergência entre o local de moradia e o local de trabalho no Distrito Federal. Enquanto a região central da metrópole concentra cerca de 9% dos seus moradores, esta detém praticamente 50% dos empregos formais. Ou seja, Brasília tem, diariamente, um fluxo migratório enorme nos deslocamentos moradia-trabalho-moradia, que impacta negativamente a produtividade e a qualidade de vida urbana. Promover a Renda e a Dignidade dos indivíduos e das famílias por meio da Empregabilidade. Esta é a principal atenção do Governador Alexandre Guerra. E a forma de reverter o caótico cenário de desemprego no DF ocorre por meio do empreendedorismo, sendo que, de forma imediata, a gestão dedicará esforços descentralizados por todo o DF nas seguintes dimensões:

- **Infraestrutura** – Ação imediata e crítica de revitalização de pontes, viadutos, prédios públicos e equipamentos urbanos, recuperando o déficit infraestrutural e impactando o emprego e a renda sistêmicos;
- **Turismo** – Estabelecimento imediato de Ação público-privada no sentido de potencializar a vocação de Brasília como destino turístico, ativando a economia local por meio dos segmentos de hospitalidade – restaurantes, hotéis, eventos, museus, etc;
- **Tecnologia da Informação** – Remodelagem das políticas e práticas locais para criar atratividade no ambiente de negócios do DF para este setor, que, além de gerador intensivo de mão-de-obra de alta qualificação, promove a competitividade e produtividade sistêmica em todo o restante da economia;
- **Investimentos e Parcerias** – Estabelecer o Escritório de Parcerias no âmbito do GDF,

aglutinando esforços da Secretaria de Produtividade e Competitividade do Mercado, da TERRACAP e do BRB; ■ Ambiente de Negócios – Reduzir burocracias e incentivar a atração de investimentos para aumento do número de empregos privados. AMBIENTE DE NEGÓCIOS E FORMALIZAÇÃO EMPRESARIAL MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E MEI Pela primeira vez na série histórica, os dados da Receita Federal sobre empresas formalizadas no Distrito Federal apontam uma QUEDA média de 2,5% no número de empresas enquadradas no Simples Nacional (incluindo os Microempreendedores Individuais), quando comparamos mês a mês os anos de 2017 e 2018. Trata-se de triste estatística, visto que a população economicamente ativa cresceu neste período, e o emprego diminuiu no mesmo período. Com isso, verifica-se que mais trabalhadores do DF estão optando pelo subemprego e pela atividade informal para buscar sua sobrevivência. O crescimento no grau de informalidade no mercado de trabalho da cidade está se refletindo em ocupação por ambulantes e comerciantes irregulares, inclusive em instalações precárias e em não-conformidade com o Patrimônio da Humanidade, e com exigências legais nos aspectos de saúde pública, fiscal, meio ambiente, segurança e outros. Trata-se de situação crítica, a ser resolvida com políticas efetivas de Inclusão Empresarial, Formalização e Regularização de atividades, Capacitação Gerencial, entre outras. SIMPLIFICAÇÃO E ATRATIVIDADE Contando com a especificidade de que a Junta Comercial do DF é diretamente ligada ao Governo Federal, enquanto monitora a garantia de um ótimo padrão de desempenho deste órgão federal, Brasília pode concentrar sua atenção nas ações de desburocratização acessórias e subsequentes ao registro mercantil, como por exemplo: alvarás, habite-se, licenças, etc. Além disso, cabe suprir importante vácuo na estrutura de governo do DF: a ausência de um núcleo específico para o acolhimento de potenciais investidores, bem como a facilitação da realização efetiva destes investimentos no DF54. A promoção de interlocução clara e efetiva entre os empreendedores e o GDF, com clara estratégia de comunicação, informação estruturada, transparência nos processos e regras para investimentos, entre outros, é razão essencial para a atração de empresas e geração de negócios, investimentos e empregos na região. Portanto, no escopo do Ambiente de Negócios e da Formalização Empresarial, as seguintes ações imediatas são propostas: ■ Criação da Sala do Investidor, com tratativas organizadas, proativas e efetivas de apoio na atração e implantação de novos investimentos produtivos no DF, tanto para os empreendedores locais, quanto os de outros estados brasileiros ou outros países; ■ Implantação de métricas individuais de medição de prazos aos agentes públicos responsáveis por procedimentos burocráticos nos processos de atendimento empresarial – registros, licenciamentos, regularizações, recolhimentos, impostos, fiscalizações e etc – visando melhoria do ambiente de negócios; ■ Implantação e/ou modernização de processos digitais de interação e atendimento empresarial com identificação do agente público responsável visando autosserviço, janela única de tratativas e melhoria do ambiente de negócios; ■ Plano de regularização e ordenamento do comércio ambulante, resgatando a conformidade no ambiente de negócios do DF; ■ Revitalização de áreas novas e existentes regularizadas para feiras, coworking, comércio de vizinhança e ambulante e cooperativas que propiciem adequados ambientes produtivos para instalação temporária, sazonal e/ou permanente dos empreendedores, bem como ao atendimento conveniente de seus clientes. SINERGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A Área Metropolitana de Brasília pode ser caracterizada por aglutinar três perspectivas concomitantes em um conglomerado urbano: ■ A Cidade Cosmopolita e Internacional – composta por embaixadas e representações institucionais de entidades globais, que compõem agendas temáticas de cunho governamental, empresarial, cultural, ambiental e

social com repercussões no Brasil e exterior; 🏢 A Cidade Administrativa e Nacional – composta pelas esferas de poder federal – executivo, legislativo e judiciário – bem como as atividades públicas e privadas correlatas a estas que aglutinam imprensa, empresas, autarquias, paraestatais, e a interatividade permanente com instâncias estaduais e municipais de governo de todo o país, promovendo intensa agenda de atividades na capital federal; 🏢 A Cidade Cotidiana e Carente – composta por todas as Regiões Administrativas do DF, acolhendo todos os seus habitantes, suas atividades mercantis e de serviços, bem como seu cinturão de imigração oriundo da RIDE e de outras regiões demandando suporte e apoio em saúde, educação, emprego e etc. O Governo do Distrito Federal (GDF) tem, por premissa, o papel de orquestrar o bom convívio dessas perspectivas entre si, e potencializar as oportunidades proporcionadas por essas. Porém essa premissa nunca foi plenamente atendida, sendo que mais recentemente foi praticamente abandonada. RIDE A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE – é constituída por: 🏢 Distrito Federal; 🏢 Municípios do Estado de Goiás - Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d’Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício; 🏢 Municípios do Estado de Minas Gerais - Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí. ALAVANCANDO VOCAÇÕES DO DF Seja como Capital Federal, seja como cidade utópica e cosmopolita concebida de forma diferenciada da grande maioria das demais metrópoles do planeta, Brasília tem condições humanas, sociais, educacionais, culturais e estruturais de promover campos vocacionais únicos e que beneficiam transversalmente a todos os segmentos da economia. Esta unicidade é fator de alavancagem da Competitividade empreendedora para o Distrito Federal. A composição de um Mapa Vocacional da metrópole, em convergência com os indutores de competitividade destas vocações – pesquisadores, formadores de talentos, disponibilizadores infraestruturais, entre outros – será instrumento basilar de trabalho no impulso de cadeias produtivas mais fortes, competitivas e produtivas. As principais vocações empreendedoras que serão impulsionadas no Governo Alexandre Guerra são: 🏢 Tecnologia da Informação e o Paradigma Digital 🏢 Turismo, Hospitalidade e Varejo 🏢 Cultura e Economia Criativa 🏢 Plataforma Logística e de Internacionalização

POTENCIALIZAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO DIGITAL Em 2017, o mercado global de Tecnologia da Informação e Comunicação movimentou US\$ 3,55 trilhões, sendo US\$ 105 bilhões somente no Brasil, que ocupa o sexto lugar no ranking mundial. Brasília, em razão da presença do Governo Federal, demandante intensivo de tecnologias, tem vocação estratégica no provimento de soluções digitais para todo o país e também para exportação. Entretanto, este segmento que já contou com mais de mil empresas ativas no DF, vem sofrendo com desvantagens comparativas a outras regiões, bem como a falta de sensibilidade por parte do Governo local em cooperar para sua competitividade e alavancar seu desenvolvimento, contando hoje com cerca de 700 empresas ativas e um volume de colaboradores da ordem de 30.000 profissionais de alta qualificação. Poderia ser bem maior, gerando empregos qualificados, desenvolvimento sistêmico e modernidade para os setores público e privado da região. Para tanto, o Governo Alexandre Guerra propõe as seguintes iniciativas: 🏢 Resgatar o plano original do Parque Capital Digital, focando suas atividades especificamente no ecossistema produtivo Digital, promovendo instrumentos transparentes e mensuráveis de parceria públicoprivada para a ocupação voltada a resultados de desenvolvimento, inovação e

emprego, e incluindo a representação empresarial do setor de TI no Comitê Gestor do Parque; ■ Discussão pública sobre o Macroplano de compras públicas para a transformação digital do Governo do Distrito Federal, colhendo para o GDF sugestões públicas e transparentes por parte do setor empresarial e acadêmico da capital, e tornando público os objetivos, orçamentos e prazos para cada onda de contratação e implementação, bem como dando transparência ao seu acompanhamento. O Macroplano deverá contemplar, ao menos, duas perspectivas do paradigma Digital: 🌐 GDF Digital – Transformação do Governo Analógico e do Governo Eletrônico em um Governo Digital (conforme detalhado anteriormente neste Plano de Governo); 🌐 Cidade Inteligente – adoção de tecnologias racionais para evolução estrutural da urbe com a incorporação de sensores, Internet das Coisas, drones, nuvem de dados e outras plataformas digitais para melhoria do trânsito, da segurança pública, do saneamento, da gestão energética, da iluminação pública, entre outros; ■ Equalização tributária para reequilíbrio competitivo do setor produtivo digital no DF, seja por meio do equacionamento de alíquota harmonizada de 2% para o ISS, ou por meio de crédito tributário e/ou rebate de IPTU pela geração de patentes, exportações e/ou empregos no DF; ■ Estruturação de calendário plurianual de editais da FAP/DF voltados ao fomento da inovação, tanto desenvolvidas por empresas maduras, quanto por empresas jovens de TI, com as especificidades adequadas a cada perfil; ■ Criação do Selo e da Premiação “Capital Digital” voltados a Inovações Aplicadas e Transformação Digital de processos governamentais, reconhecendo as empresas e soluções desenvolvidas em Brasília que promovam evoluções e benefícios à sociedade.

Disponível:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/DF/2022802018/7000602342//proposta_1533776379005.pdf

CANDIDATA: Eliana Pedrosa (PROS)

Propostas:

1. Educação Criativa e Participativa
2. Saúde com Qualidade de Vida
3. Desenvolvimento Econômico

- **EDUCAÇÃO CRIATIVA E PARTICIPATIVA**

Propostas:

1. Reestruturar os Planos de Carreira dos Profissionais de Educação e trabalhar para a redução dos passivos existentes;
2. Integrar à vida escolar os serviços de saúde, esporte, cultura e serviços públicos em geral, fazendo da escola o ponto de partida para elevar a educação a sua condição de prioridade do Governo do Distrito Federal;
3. Incentivar a implantação de projetos pedagógicos educacionais diferenciados que contribuam para ampliar o acesso a soluções didáticas e pedagógicas inovadoras, estabelecendo sistema de valorização profissional e funcional;
4. Implantar suporte didático, educacional e pedagógico por meio de plataformas digitais para alunos da rede pública de ensino;
5. Instalar internet gratuita nas escolas para acesso de discentes, docentes e comunidades circundantes;

6. Criar, a partir das unidades públicas de ensino, instrumentos de monitoramento comunitário e regional de superação da pobreza, das desigualdades, da violência, do consumo de drogas e da melhoria dos índices educacionais, estipulando prêmios de mérito para profissionais da educação;
7. Desenvolver projetos de apoio para superação da repetência escolar com a participação de alunos, comunidade e estudantes universitários;
8. Assegurar suporte de monitores ao trabalho dos educadores nas salas de aula, priorizando àquelas em que estudam alunos com deficiência;
9. Garantir a matrícula escolar para crianças a partir de 4 (quatro) anos de idade;
10. Ampliar o acesso de crianças de 0 a 3 anos de idade à Creches assegurando-lhes alimentação saudável e melhores condições de desenvolvimento;
11. Implementar a oferta de cursos profissionalizante na rede pública de ensino em parceria com a Secretaria do Trabalho;
12. Implantar na rede pública de ensino cursos para concursos e cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), PAS-UNB, Pré-Vestibular e Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA);
13. Promover projetos educacionais voltados para o progresso científico, tecnológico e de inovação, ampliando os laboratórios de ciências;
14. Implantar brinquedotecas e berçários nas escolas com EJA no período noturno, para que as mulheres possam ter tranquilidade para estudar;
15. Ampliar o número de Escolas de Tempo Integral;
16. Expandir os cursos de línguas nas Regiões Administrativas;
17. Garantir transporte escolar para estudantes com deficiência;
18. Implantar alfabetização em Libras;
19. Prover as unidades escolares de materiais apropriados ao ensino especial;
20. Criar Núcleo de Multiplicadores de Projetos desenvolvidos pelos profissionais de ensino e equipes de gestão da rede pública que sejam voltados para iniciativas de avanço dos índices educacionais;
21. Ofertar cursos de especialização para profissionais de educação que tenham formação de nível superior e não possuam especialização;
22. Fomentar a formação de professores para uso de novas tecnologias;
23. Fomentar a compra de alimentos da agricultura familiar redimensionando e adequando o Programa de Merenda Escolar de Qualidade na escola, evitando o uso de alimentos processados;
24. Reeditar o programa Bolsa Universitária;
25. Investir na Saúde Básica e preventiva dos alunos da rede pública de ensino, incluindo melhorias na qualidade da alimentação;
26. Priorizar a erradicação do analfabetismo;
27. Redefinir e impulsionar o projeto Amigo das Escolas;
28. Criar a Central de Projetos de forma a agilizar obras para cobertura de quadras, construção de auditórios, refeitórios, bibliotecas, salas de leitura e brinquedotecas;
29. Retomar o plano de reforma e ampliação das escolas da rede pública em todos os níveis e concluí-las em 4 anos;
30. Alcançar e superar as metas fixadas no plano nacional de educação para a educação infantil;

31. Estender auxílio financeiro para os alunos em situação de desemprego que estejam inseridos no programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA) para a diminuição da evasão escolar;
32. Realizar diagnóstico e identificar demanda para construção de escolas da rede pública mais próximas das comunidades ainda não atendidas, priorizando aquelas com população prevalente de crianças, jovens e adultos;
33. Criar cursos superiores nas Regiões Administrativas por meio da Fundação Universidade Aberta de Brasília, utilizando espaços ociosos no período noturno;
34. Implantar em todas as escolas as Olimpíadas de Matemática de Português;
35. Realizar parcerias com outras instituições para acompanhamento psicopedagógico de alunos e pais;
36. Implementação de escolas com administração militar em conjunto com a Secretaria de Educação.

• SAÚDE COM QUALIDADE DE VIDA

Propostas:

1. Disponibilizar sistema de marcação de consultas e exames via App e Calcenter;
2. Realizar mutirões de cirurgias eletivas para zerar as filas de espera e também zerar a fila da Radioterapia;
3. Reestruturar os Planos de Carreira dos Profissionais de Saúde bem como reduzir os passivos existentes;
4. Desenvolver projeto para ampliar a humanização do atendimento da rede pública de saúde, bem como ampliar a capacidade técnica, administrativa e de pessoal;
5. Ampliar a oferta de Serviço de Odontologia, bem como implantar serviço de Prótese Dentária para atender as demandas dos usuários da rede pública de Saúde do Distrito Federal;
6. Investir na qualidade da Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCS bem como a criação de novos cursos;
7. Ampliar o acesso a serviços especializados de saúde na rede pública para pessoas com deficiências e idosos;
8. Criar um programa distrital de atendimento aos dependentes químicos;
9. Ampliar a oferta de serviços de laboratório, imagem e exames de maior complexidade, construindo uma Central de Exames e Diagnóstico para atender a todos os hospitais da rede;
10. Criar Centro de Referência de Doenças Raras, regulamentando a Lei nº 5225/2013 de Doenças Raras;
11. Ampliar o número de Policlínicas nas Regiões Administrativas;
12. Instalar um Centro de Referência de Atendimento às Pessoas com Deficiência onde hoje funciona a residência oficial do governo;
13. Ampliar o horário de atendimentos das farmácias públicas, garantindo acesso diário até as 20:00 horas e aos sábados;
14. Ampliar a rede de oferta dos serviços de saúde pública, saúde da família e UBS;
15. Prover a Secretaria de Saúde com um único sistema de prontuário médico e gestão hospitalar;

16. Implantar o Programa Cuidando de Quem Cuida, para possibilitar o atendimento dos profissionais do serviço de saúde;
17. Implantar Programa de Atendimento de Saúde para Crianças e Adolescentes, promovendo parceria com o Instituto da Criança e Adolescente (ICA), entre outros;
18. Reativar os leitos desativados nos últimos quatro anos e criar novos na rede hospitalar do Distrito Federal durante o próximo quadriênio;
19. . Aumentar em pelo menos 50% o número de leitos para mulheres em Centros de Recuperação de dependentes químicos;
20. Regulamentar e implementar a Lei 4761/2012 sobre obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora de mama;
21. Voltar com a Carreta da Mulher;
22. Implantar programa de prevenção da gravidez precoce;
23. 3. Implantar medidas de prevenção e controle de depressão, por meio da ampliação da Rede CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial);
24. . Aperfeiçoar a logística de aquisição, dispensação e descarte de medicamentos e outros suprimentos médicos hospitalares;
25. Ampliar o números de leitos de UTI;
26. Construir hospitais nas Regiões Administrativas do Recanto das Emas, São Sebastião, Ceilândia, Gama e Samambaia;
27. Incorporar o Hospital Lar dos Velinhos ao sistema público de saúde do Distrito Federal, transformando-o no Hospital Distrital Geriátrico;
28. Incorporar o Hospital Lar dos Velinhos ao sistema público de saúde do Distrito Federal, transformando-o no Hospital Distrital Geriátrico;
29. Construir o Hospital da Mulher;
30. Reformar e Ampliar o Hospital de Brazlândia;
31. 1. Implementar programas pré-natais e neonatais objetivando alcançar a menor taxa de mortalidade infantil do Brasil;
32. Reativar o Departamento de Saúde do Trabalhador;
33. Reativar os Postos de Saúde que foram fechados;
34. . Fazer o Distrito Federal ser referência em Parto Humanizado

- **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Propostas:

1. . Desenvolver Programa Unificado de Desburocratização para Atendimento à empreendedores individuais e empresários para apoio à abertura de empresas e manutenção da regularidade fiscal e redução de custos;
2. Consolidar o Parque Cidade Digital, criando condições para a instalação da iniciativa privada e de polos tecnológicos voltados para biotecnologia, nanotecnologia e fármacos;
3. Criar programas de promoção econômica com o objetivo de atrair investimentos produtivos externos sustentáveis para o Distrito Federal;
4. Promover ações para implantar Internet Banda Larga Grátis em todo o DF integrando a comunidade e os Serviços Públicos;

5. .Criar a Central de Assessoramento e Consultoria para Micro e Pequenas Empresas, destinada a promover a participação deste segmento nos processos licitatórios do Governo do Distrito Federal viabilizando o Estatuto da Micro e Pequena Empresa;
6. . Ampliar políticas de Desenvolvimento Econômico para micro e pequenos empreendedores do DF com acesso a créditos do BRB por meio de Seguro solidário em substituição as formas convencionais de garantia;
7. . Ampliar o ecossistema de tecnologia e inovação para as Startups;
8. . Promover a capacitação dos servidores Distritais em temas relacionados à Tecnologia e Inovação.

Disponível:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/DF/2022802018/70000624571//proposta_1538063373957.pdf

CANDIDATA: Fátima Sousa (PSOL)

1. Saúde
2. Educação
3. Economia Voltada à Sociedade

- **EDUCAÇÃO**

Propostas:

ATENÇÃO BÁSICA: EQUIDADE SOCIAL E PROMOÇÃO DE SAÚDE Nossos compromissos são: - fomentar o desenvolvimento de redes locais de vigilância e cuidados primários à saúde, articulando recursos públicos e comunitários; - aperfeiçoar e expandir a estratégia saúde da família para toda população do DF; assegurar 100% de cobertura de agentes comunitários de saúde – agentes de cidadania – nas áreas onde residem pessoas em situação de vulnerabilidade e ou áreas que possuam índices baixos de desenvolvimento humano (IDH); - fomentar práticas e tecnologias em saúde que promovam mudanças de hábitos e comportamentos para modos mais saudáveis e sustentáveis de vida e saúde. Na atenção básica, nossas ações estão divididas em 5 linhas, descritas abaixo Ações: a) **EQUIPE DE SAÚDE EM CASA** ● Composição: médico (generalista ou MFC), dentista, enfermeiro, técnico de enfermagem, técnico de saúde bucal, agente comunitário de saúde. ● N° médio de habitantes/Equipe: 2.500 habitantes (de 1.500 a 3.500 habitantes) ● N° necessário de Equipes: 1.200 Equipes (DF: 3 milhões de habitantes) b) **NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF) 4** ● Composição: as categorias profissionais previstas na PNAB (2017), inclusive médicos pediatras, ginecologistas, clínicos, homeopatas e outros, que integram as carreiras de saúde da SES/DF, exceto as categorias profissionais já integrantes das Equipes Saúde em Casa. ● N° de profissionais (mínimo): 05 profissionais ● Carga Horária Semanal (mínima): 200 horas semanais ● N° médio de Equipes de Saúde em Casa/NASF: 06 (de 04 a 09 Equipes de Saúde em Casa) ● N° necessário de Equipes: 200 NASF c) **CENTRO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM SAÚDE (CERPIS)** ● Implantar um CERPIS em cada Região de Saúde: Centro, Centro-Sul, Leste, Oeste, Sudoeste e Sul. ● Assegurar os recursos necessários à manutenção e bom funcionamento do CERPIS da Região Norte de Saúde. ● Apoiar a realização eventos de

PIS nas Região de Saúde para discutir estratégias para sua expansão na atenção básica de saúde e nas “Escolas Promotoras da Saúde”. • Disseminar as PIS nas comunidades, em parceria com outros setores do governo, tais como educação, esporte, meio ambiente e desenvolvimento social. • Ampliar o escopo de PIS incorporando novas modalidades, de modo a promover, cada vez mais, a integralidade e equidade no cuidado à saúde. d) FARMÁCIA VIVA • Implantar uma FARMÁCIA VIVA em cada Região de Saúde: Centro, Leste, Oeste, Sudoeste, Norte e Sul. • Assegurar recursos necessários e suficientes para funcionamento da FARMÁCIA VIVA do Riacho Fundo (Região Centro-Sul). • Estabelecer parcerias e ações integradas com outros setores do governo – justiça e cidadania, agricultura, desenvolvimento social e educação – e também com setores da sociedade, tais como: pequenos agricultores e agricultores familiares para cultivo e produção da matéria prima necessária à produção de medicamentos fitoterápicos. e) ESCOLA PROMOTORA DE SAÚDE • Desenvolver estratégias e incentivos para sensibilizar as comunidades escolares e as equipes de atenção básica, parceiros fundamentais, a implementarem o projeto Escola Promotora de Saúde. • Apoiar parcerias escolas e equipes de saúde que já desenvolvem ações de educação e saúde, buscando promover um projeto político-pedagógico que favoreçam à construção de Escolas Promotoras de Saúde. 5 • Pactuar o fornecimento de refeições adequadas, saudáveis e sustentáveis em todas escolas públicas. • Estabelecer parcerias com setores da sociedade, como pequenos agricultores e agricultores familiares para produção de alimentos in natura e orgânico para a melhoria da qualidade das refeições, inclusive os lanches fornecidos pelas cantinas das escolas. • Ampliar o número de escolas públicas com adesão ao Programa Saúde-Escola (PSE). ATENÇÃO ESPECIALIZADA E HOSPITALAR A condução longitudinal da atenção à saúde das pessoas de modo integral, oportuno e singular, requer que os serviços e unidades da atenção especializada e hospitalares – de média e alta complexidade tecnológica – integrem redes destinadas ao cuidado especializado das pessoas nas diversas etapas da vida, considerando suas singularidades. Os recursos de diagnóstico e terapia de média e alta complexidade serão operacionalizados em redes regionalizadas, articulando de modo eficiente os serviços e unidades existentes em cada Região de Saúde. Promovendo também a articulação entre as Regiões de Saúde e observando, inclusive, às demandas dos municípios da RIDE, no que se refere a atenção especializada e hospitalar. Serão adotados dispositivos gerenciais e arranjos e configurações operacionais que tornem efetiva a cooperação mútua. Novas formas de comunicação e diálogo entre os pontos de atenção básica, atenção especializada e atenção hospitalar, como teleconsultoria, telediagnóstico e apoio matricial serão incentivadas. A regulação regionalizada da oferta de serviços e procedimentos de diagnóstico e terapia de média e alta complexidade terá o objetivo de evitar situações como a oferta desordenada, o congestionamento das listas de espera e a retenção desnecessária de pacientes nesses níveis de atenção, que tanto contribuem para ineficiência e insustentabilidade do atual modelo de atenção especializada vigente no SUS do DF. Abaixo, são apresentadas as principais ações para o tema em três grandes linhas: Ações: a) ATENÇÃO ESPECIALIZADA • Zerar a lista de espera para realização de consultas especializadas e de procedimentos diagnósticos e terapêuticos. • Implantar modelo de atenção especializada, regionalizado, integrado e coordenado pelas equipes da atenção básica, onde o papel das equipes de atenção especializada irá além da tradicional realização de consultas e de procedimentos diagnósticos e terapêuticos especializados, e incorporará atividades de apoio pedagógico, assistencial e de educação permanente junto às equipes de atenção básica. 6 • Fortalecer a articulação, a comunicação e o diálogo entre a atenção especializada, a atenção básica e a atenção hospitalar, implantando um núcleo de TELESSAÚDE em cada Região de Saúde. •

Rever contratos de manutenção de equipamentos e de fornecimento de insumos para atenção especializada. • Adquirir equipamentos e insumos necessários ao funcionamento pleno das unidades e serviços especializados de atenção à saúde. • Captar recursos de investimento para adequação física e tecnológica da rede de atenção especializada, a fim de resolver os vazios assistenciais existentes nesse nível de atenção. • Qualificar os trabalhadores da atenção especializada para desempenhar seu novo papel junto à atenção básica. b) ATENÇÃO HOSPITALAR • Zerar a lista de espera para cirurgias eletivas. • Implantar modelo de atenção hospitalar regionalizado, que contemplará dispositivos de cuidado que assegurem a integralidade, qualidade e humanização da assistência e a segurança do paciente, garantindo intervenções seguras e resolutivas. • Incrementar formas de atuação e processos de trabalho que sejam alternativas seguras de desospitalização, a fim de evitar a retenção do paciente no hospital, em internação desnecessária, tais como hospital-dia, internações e cuidados domiciliares, incorporando os saberes das famílias e comunidades no cuidado com o paciente. • Fazer a gestão da atenção ao paciente crítico, evitando a ocupação inadequada dos leitos nas unidades de terapia intensiva (UTI) por pacientes com quadro clínicos estáveis ou menos complexos. • Assegurar a manutenção, reformas e adequações estruturais e adquirir os equipamentos e insumos necessários ao funcionamento pleno das unidades hospitalares. • Implantar e fortalecer os núcleos hospitalares de segurança do paciente visando a redução de incidentes desnecessários e evitáveis, além de atos inseguros relacionados ao cuidado. • Adotar nos hospitais mecanismos de gestão participativa e democrática, como também dispositivos de avaliação da gestão, como ouvidoria e pesquisas de satisfação dos usuários. • Implantar e fortalecer núcleos internos de regulação hospitalar para monitoramento do paciente desde sua chegada à instituição, durante o processo de internação e sua movimentação interna e externa, até a alta hospitalar. • Criar alternativas às práticas hospitalares, como a implantação e fortalecimento de serviços como os hospitais-dia, e a ampliação das equipes multiprofissionais de internações e cuidados domiciliares, evitando a permanência do paciente internado de modo desnecessário. 7 • Estabelecer planos diretores de gestão hospitalar como ferramenta de formalização e contratualização de serviços entre os gestores da atenção hospitalar que integram as Regiões de Saúde, para garantir o cumprimento dos compromissos e a sustentabilidade institucional. • Ampliar a cobertura de leitos hospitalares, inclusive para UTI adulto e pediátrica e para retaguarda de internações clínicas e pediátricas de cuidados prolongados, de internações cirúrgicas e de terapia intensiva. c) URGÊNCIA E EMERGÊNCIA A rede de atenção de urgência e emergência é composta de diferentes pontos de atenção do sistema e atuará de forma integrada, articulada e sinérgica, de modo a acolher, ágil e prontamente, as mais variadas condições clínicas, cirúrgicas, gineco-obstétricas, traumáticas e psiquiátricas, incluindo o serviço móvel de atendimento e transporte de pessoas em situações clínicas agudas e graves e na transferência inter-hospitalares de doentes com risco de morte. • Vamos dotar as UBS dos recursos necessários para atender as demandas de urgência e emergência naquelas situações clínicas de risco leve ou sem risco para saúde e a vida, no seu período de funcionamento. • Garantir o funcionamento das UBS das 7h às 19h, de segunda-feira ao sábado, assegurando horário estendido, até às 22h, de uma UBS em cada Território Sanitário da atenção primária à saúde. • Fortalecer os componentes hospitalares da rede de atenção de urgências e emergências dos recursos necessários para garantir retaguarda aos atendimentos de média e alta complexidade, como procedimentos diagnósticos, leitos clínicos, cirúrgicos, de cuidados prolongados e de terapia intensiva. • Implantar em cada Região de Saúde uma central de regulação, com estruturas físicas e tecnológicas adequadas às necessidades, a

fim de garantir uma atuação sinérgica e resolutiva da rede regional de atenção às urgências e emergências. **GESTÃO E RECURSOS HUMANOS NA SAÚDE** Os problemas enfrentados na saúde são oriundos, basicamente, de duas fontes principais: insuficiência de recursos e má gestão dos recursos disponíveis, inclusive dos recursos humanos. Faltam recursos, mas a incompetência gerencial, direcionamento em contratos, contribuem para o caos na Saúde. Prova disso é que o Governo do Distrito Federal não tem conseguido aproveitar todos os recursos que o Governo Federal repassa para aplicar na saúde do DF. Além disso, é preciso entender os trabalhadores da saúde como aliados de um projeto de governo popular. Os servidores são aqueles que, de fato, prestam o serviço à população. Precisamos ter condições de trabalho que lhes permitam atuar em favor do cidadão, em prol de um projeto democraticamente eleito e construído de forma participativa no cotidiano do governo. Nesse tema, são três grandes áreas de ações. Ações: a) **TRABALHADORES DA SAÚDE** • Fortalecer e humanizar as práticas de gestão do trabalho, inclusive valorizando os servidores de carreira nas indicações para cargos comissionados (radicalizar a redução dos cargos comissionados). • Criar programa de saúde do trabalhador “Cuidando de quem cuida”. • Criar novos cargos na carreira de especialista em saúde, como sanitarista e educador físico. • Fortalecer a integração ensino-serviço, por meio da qualificação, especialização e pesquisa em saúde. • Desburocratizar os processos de trabalho e de gestão das Unidades de Saúde do DF. b) **MODELO DE GESTÃO** • Garantir transparência e publicidade aos processos relacionados à gestão do SUS no DF. • Rever os contratos de serviços de apoio – limpeza, conservação, alimentação, lavanderia, vigilância predial, entre outros – e de locação predial. • Aprimorar os processos de controle e avaliação dos contratos de serviços de apoio e locação predial. • Descentralizar para as Regiões de Saúde a logística de armazenamento e distribuição de insumos e medicamentos e gestão de estoque em toda a cadeia de suprimento. • Captar recursos de investimentos para ampliação e modernização da tecnologia da informação em saúde. • Promover a escolha de gerentes e diretores das unidades de saúde por meio de lista triplíce. • Criar salas de monitoramento e avaliação em tempo real da situação de saúde das regiões administrativas do DF. • Fomentar a participação social na gestão, criando espaços de co-gestão em cada região administrativa. • Criar o fórum de negociação permanente entre o DF e os municípios da RIDE, estabelecendo uma cooperação interfederativa. c) **ESCS-FEPECS** • Reafirmar o projeto político pedagógico da instituição. • Criar a carreira de docente-assistencial própria.

• **EDUCAÇÃO**

Propostas:

UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL Será garantida a universalização da Educação Infantil para as crianças de 0 a 3 anos e 4 a 6 anos, possibilitando melhores condições para os pais poderem desenvolver suas atividades profissionais e/ou pessoais, garantindo um serviço de qualidade para as crianças. Ações: 10 1. Aumentar gradativamente a oferta de vagas na Educação Infantil para garantir o atendimento universal das crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos, com a prioridade de garantir uma educação e um serviço de qualidade para as crianças. 2. Estabelecer parcerias com cooperativas de pais e/ou de professores para a educação infantil. 3. Ampliar o atendimento em período integral nas creches e jardins de infância. 4. Priorizar a ampliação dos serviços e construir/instalar creches e jardins de infância públicos em locais estratégicos pela carência no fornecimento do serviço. **MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO** Para qualificar o ensino em sala de aula, será promovido

um novo método de ensino e valorização do trabalho dos servidores. A energia, a curiosidade e a criatividade de todas as crianças e adolescentes serão aproveitadas em benefício delas. Portanto, o maior desafio dos professores é traduzir o conhecimento em ações que promovam o aprendizado e propiciem, ao mesmo tempo, experiências de vida que os ajudem no seu futuro. A principal mudança metodológica será valorizar o professor como um pesquisador e a aprendizagem a partir da experimentação e da realidade da comunidade. Esta mudança será amplamente debatida entre a comunidade escolar (servidores, pais e alunos) em um processo de Congresso Distrital da Educação. O trabalho do professor será valorizado, motivando-o a encontrar na pesquisa o princípio pedagógico para o seu desenvolvimento. O professor é um pesquisador nato, ao qual lhe é negado essa possibilidade, como se ele não fizesse pesquisa ao longo do seu trabalho em sala de aula. Todos os relatórios produzidos pelos professores serão transformados numa rica fonte de pesquisa. Será estimulada a troca de experiência desses processos entre os professores da mesma escola ou de várias escolas, estimulando o ambiente de pesquisa. Serão criados incentivos para dar maior motivação e a troca de experiências, como a criação de seminários e jornadas pedagógicas para debate e apresentação de trabalhos, a oferta de bolsas de estudo para elaboração de trabalhos, de viagens para participação de congressos estaduais, regionais ou nacionais, sempre para apresentação de trabalhos. A valorização do professor pesquisador estimulará a realização de cursos de formação continuada, de pós-graduação, mestrados profissionais, mestrados acadêmicos e doutorados, ligados ao trabalho de sala de aula. Neste sentido, será necessário um trabalho de recuperação do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE), para que junto com a pedagogia da Secretaria de Educação, a pesquisa seja resgatada como princípio para a formação continuada e o aperfeiçoamento dos profissionais da educação. A formação continuada 11 promovida pela EAPE estará conectada com metodologias diferenciadas utilizadas na rede (ciclos de desenvolvimento, ensino baseado em projetos ou outra forma alternativa). Ações: 1. Restruturação do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE), visando introduzir a pesquisa como princípio pedagógico para o desenvolvimento profissional. 2. Introduzir a EAD na formação continuada e no aperfeiçoamento dos profissionais da educação, incluídos mestrado, mestrado profissional e doutorado. 3. Aumentar o número de vagas para afastamento para cursos de pós-graduação (mestrado, mestrado profissional e doutorado). 4. Eliminar ou diminuir sensivelmente o prazo de exercício profissional na rede para concorrer a vaga de afastamento para pós. 5. Dar atribuições à EAPE para estabelecer e discutir os cursos de aperfeiçoamento para os servidores. 6. Estimular o trabalho experimental na sala de aula, transformando o professor em um educador pesquisador; 7. Ampliar gradativamente a jornada escolar para: i) universalizar o mínimo de cinco horas desde a pré-escola até os anos finais do ensino fundamental (a grande maioria dos estudantes já tem essa jornada) e ii) ampliar a jornada para sete horas, em especial para as últimas séries do ensino fundamental e do ensino médio deveriam ter todos uma ampliação para sete horas, incluindo a possibilidade de opções de áreas de estudo diferentes aos estudantes; 8. Realizar um debate com a comunidade escolar para a utilização de ciclos de desenvolvimento 9. Liderar um movimento, em nível nacional, para revogar a Lei do Ensino Médio. 10. Integrar o ensino médio a educação profissional é uma forma de atrair os alunos que abandonaram a escola. Neste sentido, as escolas de educação profissional do DF irão oferecer cursos integrados ao ensino médio, aproveitando os saberes adquiridos por esses alunos, após o abandono escolar. Também será qualificado e valorizado os cursos noturnos, criando alternativas de projetos adaptados para a realidade dos alunos deste período, com destaque para

ampliação dos cursos profissionalizantes no período noturno. 11. Qualificar e valorizar os cursos noturnos, criando alternativas de projetos adaptados para a realidade dos alunos deste período, com destaque para ampliação dos cursos profissionalizantes no período noturno. 12. Ampliar as vagas para a Educação de Jovens e Adultos, incentivar a educação popular para a formação da população adulta. 13. Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes. 14. Ampliar a quantidade de escolas com bibliotecas, quadras de esporte e laboratórios de ciências; 15. Ampliar o acesso a internet nas salas de aula e laboratórios. 16. Estimular o protagonismo dos estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio na utilização e produção de tecnologia e conteúdo audiovisual, para dar visibilidade à produção dos estudantes nessa área, sempre com a mediação do professor, fazendo com que a escola se aproprie das novas mídias digitais, não apenas como instrumento pedagógico, mas também como área de conhecimento. 17. Valorização dos profissionais da educação: qualificar o plano de carreira dos servidores de forma a incentivar o processo de educação continuada e formal (pós-graduação) e o incentivo ao professor pesquisador; 18. Redução Gradativa da Carga Horária em sala de aula do Professor para 60%, possibilitando ao professor mais tempo para estudar e para preparar as aulas a serem dadas. 19. Redução Gradativa do número de alunos para 30 alunos por sala.

ESCOLA ABERTA PARA A COMUNIDADE Abrir a Escola durante o final de semana para realização de atividades para comunidade: atividades culturais, educativas, artísticas, cursos de língua, cursinhos populares, serviços voluntários e comunitários, atividades de economia solidária e criativa e projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos, em parceria com entidades como Centro de Educação Paulo Freire, dentre outras. Ações: 1. Estabelecer pacto intersetorial com as demais áreas de governo para não sobrecarregar a área de educação. 2. Construir o projeto de ações na Escola com a participação do Conselho Escolar e outros representantes da comunidade. 3. Abrir as bibliotecas escolares para a Comunidade. Para isto será necessário repensar o ambiente escolar para que a Biblioteca seja acessível. Também será necessária a contratação de bibliotecários e ampliação do acervo bibliográfico. Rever a portaria da Secretaria de Educação que permite a lotação nas bibliotecas apenas dos professores 13 readaptados, considerando a biblioteca e leitura como um espaço de docência, também aberto a outros profissionais com perfil, qualificação e motivação para atuar nesse espaço.

FORTALECER A DEMOCRACIA NA ESCOLA Ações: 1. Adequação da lei democrática das escolas para incluir a eleição do Conselho Escolar coincidindo com a de diretor. O Conselho, formado por estudantes, professores, pais de alunos e servidores terá atribuições próprias a serem definidas em regulamentação específica. A lei trará também uma nova composição do Conselho Distrital de Educação e a forma de escolha dos membros. Com a implementação do Referendo Revogatório para revisão do cargo de Diretor ou de representação no Conselho. 2. Estimular a criação de Grêmios Estudantis em todas as escolas. 3. Promover um processo de atualização dos Projetos Políticos Pedagógicos com ampla participação da Comunidade Escolar. 4. Campanha permanente pelos Direitos Humanos e contra o racismo, a lgbtifobia, o machismo, a violência, o bullying e a intolerância no espaço escolar. 5. Ampliar os espaços de participação da Comunidade no cotidiano escolar, principalmente e nos momentos de tomada de decisão.

ESCOLA SAUDÁVEL Ações: 1. Reforma do espaço escolar para transformá-lo em um ambiente saudável com: o plantio de hortas, alteração da sua estética valorizando a qualidade de vida, renovação e a reforma de seus equipamentos. 2. Garantia de Alimentação Escolar em quantidade e qualidade, com a ampliação gradativa da aquisição de produtos da agricultura familiar e urbana para pelo menos 50% do total, atendendo os 30% exigidos por lei e ampliando até alcançar pelo menos 50%. Nenhuma criança passará fome

novamente nas nossas Escolas. 3. Cuidado permanente com relação a saúde mental e a possíveis casos de suicídio 4. Fortalecimento do Programa Saúde nas Escolas, com o objetivo de se transformar em uma ferramenta de prevenção e saúde da comunidade escolar. GARANTIA DE ENSINO PARA TODOS QUE NECESSITAM 14 Ações: 1. Aumento gradativo da oferta de ensino para garantir a inserção de todas as crianças, jovens e adultos que necessitem de vagas no ensino infantil, fundamental e médio. 2. Construção de novas escolas para suprir vazios existentes devido a novos fluxos populacionais nas cidades do DF e para desafogar escolas que vivem com superlotação. 3. Precisamos incluir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (art. 4º, §III, da LDB). 4. Ampliação da acessibilidade nas dependências e nos banheiros para portadores de deficiência. 5. Fortalecer os espaços educacionais para moradores em situação de rua. AMPLIAÇÃO DE VAGAS NO ENSINO SUPERIOR Ações: 1. Criar a Universidade Distrital de Gestão Pública.

- **ECONOMIA VOLTADA À SOCIEDADE**

O Distrito Federal, apesar de dispor de uma renda per capita muito superior à média nacional, não define um salário-mínimo regional próprio, como já o fazem outras unidades da Federação, inclusive as que têm riqueza por habitante inferior à do DF. Além disso, para o combate à pobreza extrema, é preciso assegurar uma renda mínima de cidadania para todos os habitantes que não a alcançam, complementando no nível local o Programa Bolsa Família. O complemento atualmente definido pelo GDF, pago com inacreditável atraso em vários meses, está sem reajuste há anos e está bastante defasado em relação às necessidades básicas dos cidadãos e da realidade de renda no Distrito Federal. Trata-se de garantir um colchão de proteção social mínimo para os cidadãos, evitando a miséria e assegurando dignidade aos cidadãos. O salário-mínimo no Brasil, depois de uma década de recuperação e ganhos reais, passou nos últimos anos a seguir apenas a inflação. Em 2018, foi definido em R\$ 954, seguindo a regra de correção definida em lei federal. Ocorre que vários Estados estabelecem pisos mínimos diferentes do nacional. São os chamados salários mínimos regionais. No caso do Paraná, por exemplo, o salário-mínimo foi definido entre R\$ 1.247,40 e R\$ 1.441,00. No Rio de Janeiro, há diferentes faixas para o piso no setor privado, sendo a mais baixa delas de R\$ 1.136,53. No Rio Grande do Sul, há diferentes faixas entre R\$ 1.175,15 e R\$ 1.489,24. No caso de Santa Catarina, os valores regionais mínimos variam entre R\$ 1.078 e R\$ 1.235. Em São Paulo, o piso oscila entre R\$ 1.108,38 e R\$ 1.127,23. Vale notar que todos esses estados com salário-mínimo regional mais elevados do que o DF têm renda per capita inferior à do Distrito Federal. A renda per capita em Brasília é cerca de 50% superior ao desses outros estados com salários-mínimos maiores. Há espaço, portanto, para definir um mínimo maior. Além disso, o salário-mínimo está relacionado à renda média. A renda média do trabalhador brasileiro é pouco superior a R\$ 2.100,00 mensais. O salário-mínimo nacional representa, portanto, em torno de 45% da renda média. Na França, o salário mínimo corresponde a cerca de 60% da renda média. Na Alemanha e no Reino Unido, fica pouco abaixo de 50%. Como a renda média do trabalhador no DF é maior do que a nacional, isso também reforça a existência de espaço para elevar o mínimo regional. No nível federal, a elevação do salário mínimo traz um impacto fiscal relevante por conta do impacto da medida na previdência. No caso dos Estados, esse impacto é bem mais reduzido porque a previdência estadual está ligada às remunerações dos servidores públicos, em geral com nível de qualificação maior e patamares salariais correspondentemente mais elevados.

Com salário mínimo maior, além do ganho econômico para os trabalhadores diretamente beneficiários, promove-se um estímulo à economia nas áreas menos desenvolvidas do DF, já que os assalariados tendem a gastar parcela do salário adicional em torno da região em que moram. Isso dinamiza o comércio local e cria novas oportunidades de emprego e renda para os moradores dessas regiões. Por fim, o Distrito Federal também deve assegurar uma renda mínima complementar à do Bolsa Família. Trata-se de um instrumento central para garantir o colchão social da população, assegurando um mínimo de subsistência para aqueles que enfrentam dificuldades em se integrar ao sistema econômico. Em tempos de crise econômica aguda, isso é particularmente relevante. Já existe o Programa DF Sem Miséria, de complementação de renda no nível local, mas o valor não é reajustado há anos e, no governo Rollemberg, houve até mesmo atrasos nos pagamentos desses benefícios, que são a última proteção do cidadão miserável. Convém reajustar os valores, dado que a unidade da federação mais rica do país não deve fornecer uma proteção com o mesmo valor das unidades mais pobres. Ações: 1. Aumentar o salário mínimo regional para R\$1.200,00, alinhando o DF ao que já fazem outras unidades da Federação 2. Aumentar o complemento dado pelo GDF para ampliação do alcance e da proteção conferida pelo Programa Bolsa Família

Disponível:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/DF/2022802018/70000602704//proposta_1533839077557.pdf

CANDIDATO: General Paulo Chagas (PRP)

1. Educação
2. Saúde
3. Economia

- **EDUCAÇÃO**

Propostas:

1. Reduzir ao máximo a disseminação, em ambiente escolar, de ideias enviesadas de cunho político-ideológico e partidário, permitindo e incentivando que os alunos pesquisem e tenham conhecimento das diversas correntes existentes no planeta, bem como de seus pontos fortes, fracos e consequências históricas (Escola Sem Partido).
2. Desenvolver e implementar o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Distrito Federal (SAEB-DF), assegurando a compatibilidade metodológica com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), especialmente no que se refere às escalas de proficiência e ao calendário de aplicação.
3. Estruturar os sistemas de gestão física, financeira, tecnológica e material, bem como as políticas relacionadas ao capital humano e intelectual a cargo da Secretaria da Educação, com base em critérios técnicos de mérito e de desempenho dos alunos.
4. Valorizar os professores, evidenciando sua primordial importância para a sociedade, por intermédio de:

5. capacitação e desenvolvimento dos docentes em novas técnicas e práticas pedagógicas;
6. reconhecimento de sua autoridade no espaço educacional;
7. institucionalização de filosofia escolar fundamentada em valores, que conduza o público aprendiz ao caminho da disciplina e do respeito;
8. provimento de recursos instrucionais que possibilitem a implementação das melhores práticas educacionais;
9. premiação pelo mérito e pelos resultados alcançados.
10. Identificar, sistematizar e oferecer um banco de melhores práticas educacionais, apoiando projetos a serem desenvolvidos, por adesão, pela direção e pelo corpo docente das unidades escolares.
11. Proporcionar às escolas do Distrito Federal os meios necessários para que as instituições possam oferecer aos docentes, alunos, familiares e colaboradores um ambiente de ensino em que se desfrute de segurança, focado na qualidade, na disciplina e nos valores cívicos e éticos.
12. Expandir a oferta de creches, buscando atender a toda a demanda.
13. Atender às demandas de vagas para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.
14. Assegurar a entrega de livros e material didático aos alunos, no início do ano letivo.
15. Reformular o Plano Distrital de Educação – PDE, mantendo as boas práticas em curso e incorporando, após cuidadosa avaliação, novos fundamentos pedagógicos.
16. Criar condições para que a educação no DF caminhe em sincronia com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), assegurando educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
17. Alcançar as metas para a Educação Básica indicadas no Plano Nacional de Educação (Lei Nº 13.005/2014).
18. Oferecer merenda escolar em quantidade e qualidade adequadas às necessidades nutricionais das crianças e adolescentes, inclusive com alimentos produzidos pela agricultura familiar.
19. Expandir a oferta de transporte escolar de qualidade, principalmente para os alunos mais carentes da rede pública.
20. Rever as atribuições e a composição do Fórum Distrital de Educação – FDE.
21. Racionalizar as estruturas administrativas da Secretaria da Educação, com vistas a aumentar a eficiência e a eficácia.
22. Acelerar a implantação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
23. Promover o desenvolvimento de valores cívicos, éticos e democráticos no âmbito escolar, por intermédio dos docentes, gestores, colaboradores e parceiros da educação.
24. Promover práticas comportamentais que restabeleçam a disciplina e os cuidados com as instalações escolares, sobretudo no relacionamento entre docentes e discentes, bem como na interação entre alunos.

25. Incentivar a participação dos familiares dos alunos em apoio às atividades administrativas, cívicas, esportivas, culturais, técnicocientíficas, sanitárias e de convivência.
26. Assegurar e incentivar a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.
27. Ampliar a segurança nas escolas e em suas proximidades, de modo a coibir ilícitos como o tráfico de drogas e proporcionar melhores condições para as atividades docentes e discentes.
28. Cooperar com órgãos governamentais e entidades civis em programas de redução da criminalidade entre jovens.
29. Promover o emprego de novas tecnologias de ensino em todos os níveis, com prioridade para o Ensino Médio.
30. Oferecer conexão com a internet (banda larga) em todas as escolas do DF.
31. Desenvolver um novo plano de carreira para os profissionais da educação, com base em critérios técnicos de mérito e de desempenho dos alunos.
32. Estabelecer critérios técnicos de mérito e de desempenho dos alunos, bem como de participação da comunidade escolar, para nomeação dos diretores e diretoras de escolas.
33. Incrementar substancialmente, na medida do possível, as escolas de tempo integral, com as adaptações físicas, curriculares e de apoio necessárias.
34. Adotar políticas para a redução da evasão escolar, particularmente no Ensino Médio.
35. Oferecer, no Ensino Médio, matérias optativas de conteúdo acadêmico e profissional.
36. Incentivar a prática de Educação Física e do Desporto Escolar em todas as escolas da rede pública.
37. Incentivar a prática de Educação Física e do Desporto Escolar em todas as escolas da rede pública.
38. Negociar convênios de cooperação com o Instituto Federal de Brasília (IFB), “Sistema S”, da Confederação Nacional da Indústria, entidades profissionais, universidades, órgãos governamentais, organizações não governamentais e empresas, para ampliar a oferta de matérias profissionais no Ensino Médio, afinadas com os projetos de desenvolvimento econômico do DF e Entorno.
39. Negociar convênios de cooperação com o Instituto Federal de Brasília (IFB), “Sistema S”, da Confederação Nacional da Indústria, entidades profissionais, universidades, órgãos governamentais, organizações não governamentais e empresas, para ampliar a oferta de matérias profissionais no Ensino Médio, afinadas com os projetos de desenvolvimento econômico do DF e Entorno.
40. Aprimorar o diagnóstico e o atendimento educacional aos portadores de necessidades especiais
41. Incrementar o programa de formação e capacitação continuada para os professores, contemplando o combate ao preconceito e quaisquer outras formas de discriminação.

- **SAÚDE**

Propostas:

1. Reavaliar a estrutura organizacional e funcional da Saúde do Distrito Federal, com o objetivo de garantir a todo cidadão, independentemente do local de sua moradia, o direito de acesso a uma Saúde Pública de qualidade, conforme os princípios da Universalização, 14 Equidade e Integralidade que regem a política do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.
2. Ampliar a cobertura de atendimento da Atenção Primária em Saúde (APS), por intermédio da expansão do número de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e das equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF).
3. Implantar o Gabinete Itinerante da Saúde, com cronograma de atendimento previamente divulgado à população, visando ouvir a comunidade e os profissionais que atuam nas unidades da Secretaria de Saúde, com o propósito de solucionar e agilizar as demandas dos serviços disponibilizados pelo SUS.
4. Implantar novo Sistema de Gestão em Saúde, por segmento de atuação, como ferramenta de tomada de decisão e planejamento, norteado pela revisão dos processos de trabalho, fluxos e rotinas, estabelecendo o conceito de Centros de Custo como um dos instrumentos auxiliares no processo de gerenciamento e tomada de decisão.
5. Reestruturar o Plano de Cargos e Salários e rever o modelo de Avaliação e Desempenho Funcional, com a implantação de remuneração adicional variável e de outras compensações, vinculadas ao atingimento de resultados estabelecidos no Plano de Indicadores e Metas, definidos para cada segmento da Saúde.
6. Implantar sistema de monitoramento e avaliação das equipes de saúde, com base em Indicadores e Metas, complementando-o com mecanismos de recompensa das equipes que atingirem as metas.
7. Reavaliar o sistema implantado no Instituto Hospital de Base (IHB) e nas Organizações Sociais (OS), com vistas ao aperfeiçoamento do modelo de gestão para resultados.
8. Estudar parcerias por áreas, nas quais as OS assumem a gestão de todas as unidades de saúde de determinada região.
9. Reavaliar a grade curricular dos Cursos de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade oferecidos pela Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS e pela Universidade de Brasília - UnB, com o objetivo de adequar às necessidades das Equipes de Estratégia de Saúde da Família do Distrito Federal.
10. Estabelecer parcerias com as entidades de ensino do Distrito Federal para viabilizar Curso de Especialização em Saúde da Família visando capacitar os profissionais médicos, enfermeiros e demais integrantes da Rede de Saúde do Distrito Federal.
11. Recuperar as estruturas deterioradas e/ou inadequadas, recompor e requalificar as equipes de trabalho, atualizar os equipamentos e instrumentais de saúde e reavaliar o sistema de manutenção preventiva e corretiva.
12. Reavaliar a localização das atuais UBS, visando a facilitar o acesso da população aos serviços. Utilizar Unidades Móveis de Saúde para atendimento onde há dificuldade de acesso às UBS.
13. Empregar Unidades Móveis de Saúde para disseminar ações preventivas de saúde e ensinamentos básicos de primeiros socorros em escolas, empresas, comunidades carentes e órgãos públicos.

14. Fortalecer as ações da Vigilância Sanitária, identificando áreas precárias em saneamento básico, especialmente em regiões ocupadas por populações com alta vulnerabilidade social.
15. Fortalecer o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar a gestão da saúde na Atenção Básica / Saúde da Família, por intermédio de ações de atividades físicas, reabilitação, nutrição e dietética, saúde mental, serviço social e demais movimentos que proporcionam o bem-estar da população, alinhados à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.
16. Por intermédio das Equipes de Saúde da Família, desenvolver ações de apoio aos pacientes idosos vulneráveis, em conjunto com a Assistência Social do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), visando ao cuidado da saúde, segurança e bem-estar do cidadão.
17. Ampliar e fortalecer as ações da Assistência Médica Domiciliar, para acompanhamento de pacientes com necessidade de reabilitação motora, idosos, pacientes crônicos sem agravamento ou em situação pós-cirúrgica, evitando internações hospitalares desnecessárias e filas para atendimento no Serviço de Urgência e Emergência.
18. Investir na Atenção da Saúde da Mulher e da Criança, ampliando as ações que favoreçam o acompanhamento do pré-natal de qualidade nas UBS/ESF, com o propósito de prevenir a gravidez em grupos de vulneráveis e reduzir as taxas de mortalidade materna, fetal e infantil.
19. Realizar campanhas educativas e fornecimento de métodos anticoncepcionais compatíveis para cada paciente. Rastrear e mapear o câncer de mama e de colo de útero, promovendo ações de incentivo para vacinação do HPV — inclusive em escolas — cumprindo o Calendário Nacional de Vacinação.
20. Expandir a Saúde Bucal, ampliando a assistência nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), nos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e nos Unidades Odontológicas Móveis (UOM). Implementar serviços de urgência e emergência odontológica e procedimentos odontológicos para pacientes com necessidades especiais, bem como assistência odontológica na rede escolar e nas creches.
21. Readequar o Sistema de Informações da Saúde, priorizando o Prontuário Eletrônico do paciente e as informações do cidadão por meio do 16 Cartão SUS, disponibilizando os dados e as informações em rede, em todos os níveis de atenção à saúde, com ampliação do acesso e da melhoria da qualidade da assistência prestada à população. Alinhar procedimentos com o Programa digiSUS e o aplicativo e-SAÚDE, do Ministério da Saúde.
22. Reorganizar a hierarquia dos níveis de Atenção à Saúde, de acordo com a sua complexidade, fortalecendo a Atenção Básica nos seus princípios de redução dos riscos de doenças, proteção e promoção da saúde, a Atenção Secundária nos serviços de complexidade intermediária da Rede de Atenção às Urgências (RAU), especialidades médicas, exames e procedimentos de média complexidade e a Atenção Terciária nos atendimentos de alta complexidade através da readequação da rede hospitalar.
23. Reavaliar o número e a localização das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e revitalizar as estruturas físicas e funcionais, facilitando o acesso da população aos serviços e aliviando a sobrecarga no atendimento da rede hospitalar.

24. Reavaliar o horário estendido de atendimento nas UBS/ESF, visando contemplar a população trabalhadora que não tem acesso às Unidades de Saúde no horário regular de funcionamento.
25. Incrementar o uso da telemedicina como importante instrumento para o diagnóstico a distância de patologias e de orientação de procedimentos e tratamentos médicos.
26. Priorizar ações para a redução da fila de procedimentos cirúrgicos eletivos e demanda reprimida de consultas de especialidades médicas, por intermédio de convênios a ser firmados com a rede privada de hospitais e clínicas
27. Reestruturar e expandir a assistência à saúde mental, mediante o fortalecimento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) nas modalidades de álcool e drogas, adulto e infantil, em cada Região de Saúde. Promover ações educativas, por intermédio das UBS/ESF, em parceria com os órgãos de educação e assistência social, bem como com entidades do Terceiro Setor
28. Expandir os Postos Avançados de Coleta de Sangue, visando a facilitar o acesso dos doadores e fortalecendo a rede de distribuição de sangue e hemoderivados.
29. Implantar Plano de Contingência para recuperação da estrutura física e funcional da Rede Hospitalar, definindo um modelo de gestão flexível e integrado que contemple a qualidade dos serviços e a segurança do paciente, com vistas ao processo de Acreditação Hospitalar. Criar o Comitê de Urgência e Emergência visando padronizar e integrar as condutas de atendimento à população, por intermédio do estabelecimento de Protocolos Clínicos.
30. Atualizar e padronizar os princípios e fundamentos que norteiam o Modelo de Classificação de Risco de Urgência e Emergência (Protocolo de Manchester), utilizado pela rede de atendimento à saúde.
31. Identificar na Rede Hospitalar, as Unidades que se enquadram no Plano Estratégico de referência para o atendimento precoce das patologias de Acidente Vascular Cerebral (AVC) e Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), readequando, reequipando e recapacitando os profissionais dos Hospitais, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros, Unidades Móveis de Apoio em Rodovias e profissionais da Atenção Básica.
32. Adequar as áreas de atuação e competências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros e Unidades de Apoio Médico em Rodovias, de acordo com a Política Nacional de Atenção às Urgências.
33. Aumentar o número de ambulâncias e veículos destinados ao transporte sanitário e de urgência, reavaliando o plano de manutenção preventiva e corretiva da frota existente.
34. Reavaliar o atual modelo da logística da Saúde para os processos de aquisição, recebimento, armazenamento e distribuição de materiais, medicamentos e insumos para as Unidades de Saúde (UBS e UPA) e Rede Hospitalar, de acordo com a estruturação das Regiões de Saúde do Distrito Federal.
35. Reavaliar a estrutura organizacional e funcional da Saúde, de acordo com os fundamentos e objetivos do Plano Estratégico do Governo do Distrito Federal, objetivando a redução de custos e a maximização de resultados.

36. Ampliar e aprimorar o Serviço de Ouvidoria do SUS, por intermédio de ações que fortaleçam o canal de comunicação e confiança entre a população e a Secretaria de Saúde do GDF.
37. Incentivar o uso de parcerias com entidades vocacionadas, como o SESI, SENAI e Organizações do Terceiro Setor, para reforçar as ações de promoção da Saúde e prevenção de agravos em escolas públicas, comunidades e eventos públicos.
38. Reavaliar a pactuação físico-financeira com o SUS, estabelecida com a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, para o atendimento de serviços de Urgência e Emergência, Consultas Eletivas, Exames de Análises Clínicas e Imagem e Procedimentos Cirúrgicos prestados pelo Distrito Federal aos pacientes dos estados de Goiás e Minas Gerais.
39. Promover uma nova configuração da saúde no DF, de maneira que todo cidadão residente possa desfrutar de bem-estar e vida saudável, conforme estabelecido no Objetivo de Desenvolvimento 18 Sustentável 3 (ODS 3) da Agenda 2030 da ONU.

- **ECONOMIA**

Propostas:

1. Promover o desenvolvimento das principais vocações econômicas sustentáveis no âmbito das Regiões Administrativas do DF, como, por exemplo, serviços em geral, serviços financeiros, comércio, indústria, agronegócio, mineração, logística e educação.
2. Priorizar e estimular as Parcerias Público-Privadas (PPP) e outras formas de desestatização, ampliando a segurança jurídica dos contratos e oferecendo serviços públicos de qualidade.
3. Implementar políticas públicas de fomento e estímulo aos investimentos e às atividades econômicas da iniciativa privada.
4. Simplificar processos e promover a desburocratização no relacionamento entre os representantes das organizações de direito privado e os órgãos públicos.
5. Fomentar e estimular a instalação de novas empresas dos diversos segmentos — industrial, comercial, de serviços, do agronegócio e outros — privilegiando aquelas ambientalmente sustentáveis e geradoras de novos empregos.
6. Eliminar os gargalos logísticos do Distrito Federal e facilitar trânsito de mercadorias e serviços.
7. Em articulação com o governo de Goiás e municípios envolvidos, promover o desenvolvimento do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia.
8. Fazer gestões no sentido de viabilizar recursos para a construção e operação da linha férrea Brasília-Goiânia.
9. Desenvolver estudos de viabilidade, em articulação com o Governo Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais, para a institucionalização da Região Metropolitana de Brasília.
10. Articular ações com a União e demais poderes constituídos, no sentido de proporcionar segurança jurídica aos investidores — locais, nacionais e internacionais — interessados em desenvolver projetos no DF.

11. Buscar parcerias com os governos da RIDE — estaduais e municipais — em articulação com o Governo Federal, a fim de promover o desenvolvimento e a logística regionais.
12. Buscar parcerias com os governos, empresas, ONG, centros de pesquisa e universidades para o desenvolvimento de projetos com base em Ciência, Tecnologia e Inovação.
13. Reorientar as atividades da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAP/DF) incrementando seu papel de instrumento de desenvolvimento tecnológico, industrial e econômico
14. Implantar programa de eficiência energética e sustentabilidade para diferentes segmentos — industrial, comercial, domiciliar, de serviços e do agronegócio.
15. Incrementar e acelerar o desenvolvimento do Parque Tecnológico de Brasília (BIOTIC), promovendo a integração com setores produtivos locais, regionais (da RIDE), nacionais e internacionais.
16. Criar um centro de atendimento às empresas (pessoas jurídicas), com vistas a desburocratizar e agilizar o atendimento, especialmente dos microempreendedores, das micro e pequenas empresas.
17. Avaliar a implantação de Centros Temporários de Acolhimento (CTAs), para prestação de serviços de apoio à pessoas em situação de rua, com o objetivo de que essas pessoas sejam capacitadas, consigam trabalho e se tornem independentes.
18. Promover o desenvolvimento do turismo de negócios e eventos, complementado pelo turismo cívico, inclusive em parceria com os cursos de turismo das Instituições de Ensino Superior.
19. Apoiar os Centros Regionais de Tradição, uma vez que o Distrito Federal abriga populações oriundas das diversas regiões do País.
20. Apoiar a organização de roteiros cívicos de turismo, principalmente durante os fins de semana e feriados
21. Buscar parcerias com os governos da RIDE — estaduais e municipais — para promoção do turismo em destinos vocacionados, a exemplo de Pirenópolis e Alto Paraíso de Goiás.
22. Combater a pirataria e o contrabando
23. Combater o comércio irregular, estimulando a formalização e a regularização.
24. Estimular o crescimento das micro, pequenas e médias empresas no DF.
25. Incrementar e aperfeiçoar o Centro de Processamento de Dados do GDF, de modo a subsidiar, nas melhores condições, os processos de tomada de decisão.
26. Racionalizar a estrutura administrativa e otimizar os processos da Companhia Energética de Brasília (CEB), com vistas a ampliar a eficiência, a eficácia e a efetividade da empresa, melhorando a qualidade e diminuindo os preços dos serviços prestados à população.
27. Avaliar e, se for o caso, promover a desestatização do todo ou de partes da Companhia Energética de Brasília (CEB), com vistas a melhorar a qualidade e reduzir os preços dos serviços prestados à população.
28. Otimizar os processos de licenciamento ambiental, em áreas urbanas e rurais, com a finalidade de torná-los mais céleres e menos burocratizados.

Disponível:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/DF/2022802018/70000614983//proposta_1534282368722.pdf

CANDIDATO: Gullen (PSTU)

NÃO APRESENTA PROPOSTAS DE GOVERNO NOS EIXOS DA EDUCAÇÃO, SAÚDE E GERAÇÃO DE RENDA.

Disponível:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/DF/2022802018/70000605780//proposta_1533939271054.pdf

CANDIDATO: Ibaneis (MDB)

1. Educação
2. Saúde
3. Emprego

- **EDUCAÇÃO**

Propostas:

1. Engajamento dos profissionais de educação nas ações de suas responsabilidades, proporcionando melhores condições de trabalho, ambiente digno e integrado ao conceito de cidades inteligentes, humanas e sustentáveis;
2. capacitação continuada e especializada para formação e atualização profissional dos servidores públicos que propiciem melhorias em sua produtividade, qualidade de vida, autoestima, inteligência emocional e outros fatores profissionais e humanos;
3. assegurar que todo profissional da educação tenha um tablet para utilização no ambiente das escolas;
4. assegurar que o profissional da educação tenha recursos necessários e o ambiente escolar integrado ao conceito de Cidades Inteligentes;
5. remuneração justa e variável em função de metas estabelecidas em conjunto com a categoria; e
6. pagamento dos atrasados.
7. Conservar, reformar e ampliar a rede de ensino público do Distrito Federal, de modo a assegurar a expansão de ofertas de vagas nas escolas existentes e melhorar a qualidade da educação;
8. integrar a estrutura das creches e das escolas aos conceitos de cidades inteligentes, humanas e sustentáveis;
9. integrar ações de esporte, cultura e lazer nas instalações e nas agendas escolares;
10. mudança do conceito de “escola integral” para “educação integral”;
11. integrar a família, principalmente os pais desempregados;
12. educação integral para toda nova escola criada e implementação de cronograma para as já existentes;

13. integração da infraestrutura da educação com as vilas olímpicas e espaços culturais;
14. conectar cidadão e escola por meio da tecnologia, aplicativos, ambiente WIFI, possibilitando cadastro de informações, acesso e acompanhamento de desempenho escolar do aluno, de vagas e matrículas;
15. implementar o teletrabalho-educação, possibilitando ao professor que parte de sua carga horária seja cumprida em casa, em consonância com o estabelecido pela Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017;
16. modernizar o sistema de matrícula escolar para assegurar aos estudantes a matrícula automática desde a creche até o final do Ensino Médio;
17. garantir repasse financeiro às escolas suficiente para atender necessidades imediatas.
18. Ampliar a oferta de vagas em creches para atender os segmentos de baixa renda;
19. Ampliar a oferta de vagas em creches para atender os segmentos de baixa renda;
20. corrigir a distorção idade-série no ensino fundamental e médio, por meio de classes de aceleração da aprendizagem;
21. corrigir a distorção idade-série no ensino fundamental e médio, por meio de classes de aceleração da aprendizagem;
22. corrigir a distorção idade-série no ensino fundamental e médio, por meio de classes de aceleração da aprendizagem;
23. assegurar o atendimento educacional especializado para alunos com altas habilidades, superdotação ou qualquer característica especial de aprendizagem.
24. criar a Universidade Pública Distrital, a partir da ampliação da Escola Superior de Saúde, para aumento da oferta do número de profissionais de qualidade, em nível superior e técnico especializado, nas mais diversas áreas do conhecimento;
25. implementar política de treinamento e de capacitação para o cidadão, em atividades de baixa, média e alta complexidade, inclusive por meio de graduações e pós-graduações Lato Sensu (MBA, especializações) e Stricto Sensu (mestrados profissionalizantes), preparando o ambiente para fornecer mão de obra qualificada a investimentos de alta tecnologia e de alto valor agregado.
26. implementar política de treinamento e de capacitação para o cidadão, em atividades de baixa, média e alta complexidade, inclusive por meio de graduações e pós-graduações Lato Sensu (MBA, especializações) e Stricto Sensu (mestrados profissionalizantes), preparando o ambiente para fornecer mão de obra qualificada a investimentos de alta tecnologia e de alto valor agregado.
27. promover cursos de capacitação continuada para professores para tratar de temas contemporâneos e integradores “educação financeira e fiscal”; “direitos da criança e do adolescente”; “educação ambiental”; “educação para o trânsito”; “educação em direitos humanos”; “educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira” previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
28. oferecer cursos de atualização em desenvolvimento econômico aos servidores públicos, para fortalecer os processos de tomada de decisão e elaboração de políticas públicas.
29. implantar o Programa Escalada para erradicar o analfabetismo adulto, além de fomentar o aperfeiçoamento Educacional dos trabalhadores do DF, tendo como princípio básico oferecer aos empregados e prestadores de serviço das Empresas

- Estatais do Distrito Federal e ao público geral, a oportunidade de concluir etapas educacionais, desde a Alfabetização até o Ensino Médio;
30. promover o aperfeiçoamento e a qualificação profissional de trabalhadores empregados e desempregados de setores da economia nas áreas de produção agropecuária, serviços, comércio e indústria com foco na responsabilidade socioambiental, considerando a produção limpa, ecoeficiente e a inclusão social.
 31. Minimizar desigualdades históricas e ampliar ações de formação e capacitação voltadas a grupos vulneráveis e minorias;
 32. investir em Centros de Educação Comunitária para o Trabalho voltados para a promoção e capacitação profissional prioritária de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade, ampliando a oferta de Cursos Profissionalizantes para jovens e adultos na proximidade de suas residências;
 33. Implementar o Programa de Qualificação Profissional voltado a menores em regime de privação de liberdade para que tenham acesso a cursos profissionalizantes que lhes dê condições de empregabilidade no mercado de trabalho.
 34. Identificação de vocações e perfis para treinamento e capacitação de jovens visando absorção no mercado em empresas atuais e futuras conforme plano de atração de investimentos a ser conduzido pela área de desenvolvimento econômico do Distrito Federal;
 35. Parcerias com entidades públicas e privadas e continuidade de programas já existentes para fortalecimento da ação.
 36. Disseminação de conhecimento e apoio para iniciativas empreendedoras como condição para o desenvolvimento do Distrito Federal e Regional;
 37. apoio e treinamento nos primeiros anos de existência da empresa nas áreas de gestão, inovação, competitividade;
 38. parcerias com entidades públicas e privadas e continuidade de programas já existentes para fortalecimento da ação.
 39. Fortalecer o ensino do idioma inglês e espanhol nas escolas públicas;
 40. ampliar as bases educacionais para ensino e aprendizagem de idiomas voltados para o mercado de trabalho;
 41. parcerias com entidades públicas, privadas e governos estrangeiros para continuidade de programas relacionados ao ensino de idiomas e divulgação da cultura dos países signatários de parcerias nesse sentido.
 42. Para as novas escolas rurais, educação em tempo integral para o nível médio, e, para as já existentes, migração para o novo regime conforme cronograma;
 43. cursos técnicos e profissionalizantes voltados para diversas áreas, incluindo técnico agrícola, gestão ambiental, pintura e acabamento civil, entre outros;
 44. criar a Escola de Música Rural, para o resgate das tradições musicais das diversas comunidades, em parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB) de Planaltina, Ceilândia, Gama;
 45. alfabetizar adultos da área rural, com uso de metodologia e conteúdo adaptados à realidade;
 46. instalar creches nas áreas rurais, a fim de proporcionar melhores condições para o desenvolvimento das crianças, já em regime de tempo integral.

- **SAÚDE**

Propostas:

1. Engajamento dos profissionais de saúde nas ações de suas responsabilidades, proporcionando melhores condições de trabalho, ambiente digno e integrado ao conceito de cidades inteligentes, humanas e sustentáveis;
2. capacitação continuada e especializada para formação e atualização profissional dos servidores públicos da saúde, que propiciem melhorias em sua produtividade, qualidade de vida, autoestima, inteligência emocional e outros fatores profissionais e humanos;
3. assegurar que o profissional da saúde tenha recursos necessários e o ambiente de saúde integrado ao conceito de Cidades Inteligentes, facilitando o desempenho de suas atividades;
4. remuneração justa e variável em função de metas estabelecidas em conjunto com a categoria;
5. pagamento dos atrasados, diminuindo a necessidade de judicialização
6. Adotar uma gestão inteligente, colegiada e compartilhada, através da implantação do Centro de Informações e Decisões Estratégicas em Saúde, com base nas tecnologias da informação, para coordenar ações importantes e determinantes em saúde, subsidiando o processo de tomada de decisões estratégicas;
7. facilitar o acesso do usuário à atenção primária de saúde (porta de entrada), eliminando filas de atendimento através do agendamento de consultas via telefone, internet ou aplicativos disponibilizados para celular;
8. vincular o indivíduo à unidade de saúde de seu domicílio, por meio de cadastro dos habitantes da área e criação de cartões de saúde diferenciados, determinando a qual unidade o cidadão pertence, garantindo efetividade na rede de desde a atenção primária até serviços de alta complexidade, evitando que o paciente tenha fluxo de atendimento perdido e que a rede hospitalar seja sobrecarregada com fluxos descontrolados de pacientes;
9. introduzir metodologias e soluções tecnológicas que apoiem o controle e a cobertura vacinal, aptos a suportar as campanhas de vacinação em épocas de crises epidêmicas e vacinações tradicionais;
10. planejar a despesas pública na área da saúde para aumentar a qualidade do gasto público e o retorno desses serviços à sociedade, reduzindo ao máximo as compras emergenciais e alimentando os portais de transparência com informações compreensíveis por toda a população do DF;
11. implementar o controle eletrônico dos estoques e sua distribuição, evitando desperdícios;
12. criar canal de comunicação direto com as entidades representativas dos profissionais e empresas da saúde;
13. adotar uma gestão inteligente, colegiada e compartilhada, através da implantação do Centro de Informações e Decisões Estratégicas em Saúde - SUS, com base nas tecnologias da informação, para coordenar ações importantes e determinantes em saúde, subsidiando o processo de tomada de decisões estratégicas;

14. integrar informações via sistema moderno, com o aperfeiçoamento dos já existentes, permitindo o agendamento de consultas e exames na Unidade Básica de Saúde (UBS), de modo que as informações sobre as condições de saúde sejam compartilhadas entre os profissionais, garantindo atendimento de qualidade, de forma ágil;
15. aprimorar o sistema de informatização da Rede de Saúde do DF, integrando o faturamento da SES-DF com o proveniente do MS, que resultará em maior transparência sobre os gastos públicos na área de saúde no DF;
16. aumentar a produtividade das equipes de profissionais de saúde a partir da organização dos processos informatizados, trazendo tecnologia para as equipes que atuam em campo, gerando assim informações confiáveis de forma ágil para apoio ao processo de tomada de decisão;
17. introduzir metodologias e soluções tecnológicas que apoiem o controle e a cobertura vacinal, que suportem as campanhas de vacinação em épocas de crises epidêmicas e vacinações tradicionais;
18. reduzir custos com o controle e monitoramento dos processos de forma integrada que regulem as ofertas de consultas, internamentos e atendimentos de urgência e emergências;
19. descentralizar a gestão e recursos financeiros a cada regional de saúde;
20. implementar o controle eletrônico dos estoques e sua distribuição, evitando desperdícios.
21. Criar programas específicos de desenvolvimento econômico que incentivem a atração de investimentos nacionais e internacionais, na área de saúde, capazes de atender a demanda reprimida e futura da população do Distrito Federal e adjacências;
22. garantir condições de fomento, creditícias, fiscais, instalação de infraestrutura adequada de água, esgoto, energia, comunicação e transporte para a implantação de novos empreendimentos na área de saúde;
23. prever e implementar política de capacitação de mão de obra para ocupação dos postos de trabalho a serem criados pela expansão dos atuais e atração dos novos investimentos na área da saúde;
24. oferecer nas Unidades Básicas de Atendimento - UBS infraestrutura adequada com equipamentos (desfibrilador, ultrassom obstétrico e eletrocardiógrafo) e pessoal;
25. fazer parcerias com o setor privado para preenchimento das vagas ociosas, inclusive em horários diferenciados, para atendimento a curto prazo da demanda reprimida por atendimentos.
26. ampliar a cobertura da estratégia de saúde da família em todo o Distrito Federal, oferecendo infraestrutura adequada com a ampliação tanto de Unidades Básicas de Saúde (UBS) quanto de equipes de estratégia de saúde da família (ESF), em consonância com a Portaria Nº 648, de 28 de março de 2006;
27. corrigir o déficit no número de Núcleos de apoio à Atenção Básica (NASFs) garantindo a proporção de 1 equipe NASF Tipo I a cada 5 equipes ESF, conforme cronograma;
28. ampliar o horário de atendimento de unidades básicas que contenham duas ou mais equipes para um plantão diário de 12 horas, das 08 às 20 horas para

- desafogar os serviços e urgência e emergência, que atinge o horário de pico das 17 às 20 horas;
29. promover concursos públicos para garantir a composição de equipes multidisciplinares nas Unidades Básicas de Saúde;
 30. ampliar gradativamente o número de agentes comunitários de saúde (ACSs), que atualmente é de 927, correspondendo a apenas 14% do teto máximo, que é de 6.621 ACSs;
 31. ampliar em 30% o número de equipes de saúde bucal Tipo I e estruturar equipes Tipo II.
 32. criar mecanismos de incentivo para cursos de residência em saúde da família, melhorando a qualidade dos atendimentos neste nível e conseqüentemente diminuir a procura por atendimentos na Atenção Secundária e Terciária;
 33. implantar o Programa Escola Saudável envolvendo uma equipe multiprofissional, que ofereça ações educativas de ergonomia em sala de aula, nutrição, sexualidade e cidadania, além de ações preventivas nas áreas de odontologia, oftalmologia, fonoaudiologia e otorrinolaringologia.
 34. Manter frota de veículos, inclusive equipamentos, necessários e suficientes para as campanhas e ações nas áreas da saúde, em especial os denominados “fumacês”;
 35. definir a política de vigilância epidemiológica contemplando ações e metas para curto, médio e longo prazos;
 36. fortalecer a mão de obra de combate às endemias, proporcionando melhores salários, sistema de gratificações com base em metas e controles, treinamentos e capacitações continuadas, inclusive que repercutam na qualidade de vida pessoal do servidor;
 37. incentivar o sistema de parcerias com órgãos e entidades internacionais, do Governo Federal, dos Estados de Minas Gerais e Goiás, dos Municípios da RIDE.
 38. Criar Policlínicas Especialidades formadas por equipe multidisciplinar para prover atendimento especializado, bem como possibilitar o acesso aos tratamentos de reabilitação com profissionais da fisioterapia, terapia ocupacional e fonoaudiologia;
 39. estruturar laboratórios de análises clínicas para a realização de exames complementares básicos essenciais, agilizando o atendimento primário em todas as Regiões Administrativas;
 40. dar celeridade aos processos de planejamento estratégico da saúde, aquisição e manutenção de equipamentos médico-hospitalares, adotando ações contínuas em prol da gestão de avaliação e manutenção de equipamentos
 41. criar o Centro de Saúde Pediátrico, formado por profissionais da saúde especialistas em pediatria, médicos ultrassonografistas e técnicos em radiologia com capacitação nos exames específicos para a faixa etária, além de salas para coleta de exames e equipamento necessário;
 42. criar o Centro de Saúde Cardiológica, composto por profissionais da saúde especialistas em cardiologia, e infraestrutura adequada com equipamentos modernos: aparelhos de ultrassom, ecocardiograma, ecografia, hotler, MAPA, teste ergométrico, raio-x;

43. criar o Centro Radiológico contendo todos os equipamentos da área de radiologia, além da central de laudos, unificando todos os profissionais para dar maior celeridade ao sistema.
44. associar as UPAS às Policlínicas Especialidades para que em casos simples, os pacientes sejam encaminhados para acompanhamento de um especialista, respeitando a rede de referência e contra referência;
45. parcerias com a iniciativa privada para atender a demanda reprimida em horários diferenciados (noite).
46. ampliar a rede de atenção terciária, que contará com equipes de cirurgia geral, neurocirurgia, cirurgia cardiovascular, ortopedia, bucomaxilo, entre outros, além de dispor de leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para a estabilização desses pacientes;
47. ampliar o número de leitos de UTI na rede de saúde do Distrito Federal;
48. ampliar o Programa Internação Domiciliar do Distrito Federal (PID-DF), através do fortalecimento dos Núcleos Regionais de Assistência Domiciliar –NRAD, em conformidade com o estabelecido na Portaria nº 825 do Ministério da Saúde, de 25 de abril de 2016;
49. criar Centros de Referência e Excelência em Dependência Química para encaminhar pessoas com histórico de abuso de drogas e que possuam indicação para realizar o tratamento em regime de internação;
50. ampliar os serviços oferecidos pelo Hospital Público Veterinário do GDF, incluindo primordialmente o serviço de castração do animal.
51. Oncologia: Consolidar a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer (PNCC) no Distrito Federal, através da reestruturação da linha de cuidados de pacientes oncológicos, priorizando prevenção, o diagnóstico precoce e tratamento adequado;
52. cirurgia cardíaca e hemodinâmica: fortalecimento da rede própria;
53. transplantes: fomentar equipes de transplantes diversos;
54. traumato-ortopedia: reestruturar linha de cuidados, no sentido de evitar longos períodos de internação aguardando cirurgia com otimização do uso de OPME;
55. terapia dialítica: favorecer rede própria.

- **EMPREGO**

Propostas:

1. Incentivar o primeiro emprego, oferecendo capacitação específica conforme plano de geração de postos de trabalho em decorrência da ampliação dos empreendimentos existentes e atração de novos investimentos;
2. priorizar o jovem e a mulher nas políticas de primeiro emprego, eis que são eles a maior parcela dos desempregados;
3. fortalecer o programa Jovem Aprendiz, com base na Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000;
4. viabilizar a formalização de empreendimentos que atuam de modo informal no Distrito Federal e Região Metropolitana de Brasília, incentivando a contratação para o primeiro emprego;
5. intensificação da emissão de Carteiras de Artesanato do PAB – Programa do Artesanato Brasileiro para artesãos do DF;

6. desenvolver e apoiar projetos de inclusão produtiva para deficientes, idosos, mães de baixa renda e jovens em situação de vulnerabilidade;
7. desenvolver e apoiar projetos de inclusão produtiva e social para profissionais do esporte e da cultura.

Disponível:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/DF/2022802018/70000614515//proposta_1534363615503.pdf

CANDIDATO: Júlio Miragaya (PT)

1. Educação
2. Saúde
3. Emprego

- **EDUCAÇÃO**

Propostas:

1. Garantir matrículas para todas as crianças em creches públicas com gestão pública;
2. Dobrar o numero de vagas e escolas de tempo integral;
3. Investir em políticas voltadas à melhoria da qualidade do ensino fundamental e do ensino médio, enfrentando a reprovação e a evasão escolar nas escolas urbanas e do campo;
4. Cumprir as políticas para a inclusão de pessoas com deficiências e transtornos nas escolas públicas, com acessibilidade, tecnologias assistivas e profissionais de apoio;
5. Garantir a Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores na forma integrada à Educação Profissional, ampliando a oferta de vagas com abertura de novas escolas na área urbana e rural;
6. Garantir a participação popular na gestão democrática das escolas e do sistema público de ensino do DF;
7. . Melhorar a estrutura física, o mobiliário e os equipamentos das escolas públicas na perspectiva de uma educação cidadã, libertadora e revolucionária;
8. Promover o acesso e a formação em torno das tecnologias digitais, a fim de desenvolver habilidades e novas perspectivas de aprendizagem nas escolas públicas do DF;
9. Promover o acesso e a formação em torno das tecnologias digitais, a fim de desenvolver habilidades e novas perspectivas de aprendizagem nas escolas públicas do DF;
10. Equipar as escolas públicas com computadores modernos e com acesso à internet em banda larga de alta velocidade para uso no processo de ensino-aprendizagem;
11. Criar políticas de valorização dos profissionais da educação, com investimento em carreira, salários, condições de trabalho e formação inicial e continuada comprometidas com a defesa dos direitos humanos, a diversidade sócio-econômica, étnico-racial, religiosa, de gênero e orientação sexual;

12. 2. Ampliar a oferta de vagas no ensino superior com a criação da Universidade Distrital conforme previsto no Plano Distrital de Educação;
13. Desenvolver articulações e parcerias para a ampliação e descentralização da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Federal de Educação (IFB), com implementação de campus nas principais regiões administrativas do DF, observando as vocações locais

- **SAÚDE**

1. Promover a reformulação da estrutura do SUS DF, a fim de garantir a descentralização da política de saúde e a autonomia às regiões de saúde, conforme as necessidades de saúde da população;
2. Instituir eleições diretas para cargos de Direção das Regionais de Saúde, conforme critérios técnicos e políticos, garantindo a escuta da comunidade usuária e dos trabalhadores;
3. . Efetivar a Atenção Básica, garantindo cobertura assistencial à toda população, priorizando as equipes de saúde da família, construindo novos serviços e ampliando o número de equipes já existentes;
4. Implementar de forma efetiva o Sistema de Regulação, contemplando os serviços dos três níveis de atenção, garantindo a integração entre os níveis de atenção via sistema de informação;
5. Efetivar a implementação da Rede de Saúde da Mulher, garantindo a universalidade do acesso a todos os níveis de atenção a todas mulheres nos multipolos estágios geracionais;
6. Implementar a Gestão Participativa, promovendo o protagonismo e valorização dos trabalhadores e usuários, por meio de instrumentos como: Mesa de Negociação, Conselhos Locais de Saúde; processos de educação permanente e educação popular; fortalecimento da estrutura e funcionamento dos conselhos de saúde existentes;
7. Implementar Clínicas de Especialidades nos moldes do Programa Mais Médicos, visando garantir o acesso integral e zerar a fila de espera em consultas e cirurgias especializadas;
8. Fortalecer o Controle Social por meio de ações como: Construção da sede permanente para o Conselho de Saúde do Distrito Federal(CSDF), garantia de dotação orçamentária para o funcionamento técnico do CSDF e para realização de processos de educação permanente para o controle social;
9. Fortalecer a Rede de Saúde Mental, voltando a investir na contratação de equipes e na implementação de serviços de base comunitária e, contraposição à cultura manicomial;
10. Fortalecer a Rede de Saúde Mental, voltando a investir na contratação de equipes e na implementação de serviços de base comunitária e, contraposição à cultura manicomial;
11. Formular de forma participativa e implementar Linhas de Cuidado como referencia para estruturação da rede de saúde;

12. Construir legitimidade sobre a importância e prioridade do orçamento da saúde no fundo constitucional, a fim de superar as perdas de financiamento do SUS nos últimos anos;
13. Garantir acesso integral à Saúde Bucal em todas às regiões de saúde.

- **EMPREGO**

1. Implementar o Programa Emergencial de Obras Públicas, voltado para o atendimento de demandas sociais de infraestrutura básica;
2. Implementar o Programa de Investimentos em Infraestrutura Econômica, nas áreas de transporte, energia e comunicação com o intuito de criar condições favoráveis para a atração de investimentos privados, notadamente no setor industrial;
3. Estabelecer o Salário Mínimo regional com valor 30% acima do Salário Mínimo nacional (em valores de hoje, R\$ 1.240,00);
4. Implementar o Programa de Estímulo à Formalização do Emprego, com incentivos à iniciativa privada;
5. Desenvolver estratégias para diversificar a estrutura econômica do Distrito Federal, hoje fortemente dependente do setor público, atraindo, sobretudo, investimentos na atividade industrial;
6. Implementar estratégias de descentralização da atividade econômica no DF, hoje fortemente concentrada no Plano Piloto, direcionando-a para as demais regiões administrativas;
7. . Implantar o Arco Rodoviário de Brasília, como meio de desafogar o trânsito pesado das áreas centrais da cidade;
8. Criar 5 distritos industriais ao longo do trajeto do Arco Rodoviário de Brasília;
9. Construir a conexão com a malha ferroviária nacional (FCA, Ferrovia Norte-Sul e Fiol) como projeto para tornar Brasília um importante polo logístico regional e nacional;
10. 0. Implementar um Programa de Qualificação dos Trabalhadores, associado ao plano de diversificação da estrutura econômica;
11. Ampliar a receita tributária própria, mediante o desenvolvimento de estratégias de atração de novas atividades produtivas, como forma de ampliar a capacidade de investimento público e eliminar todos os mecanismos de isenção fiscal hoje praticados;
12. Ampliar e consolidar o Parque Tecnológico de Brasília (Biotic);
13. Institucionalizar a Área Metropolitana de Brasília (AMB) por meio da implementação de um conjunto de estratégias de consolidação da AMB, em parceria com o Governo Federal, o Governo de Goiás e as Prefeituras Municipais da RIDE, estabelecendo metas para 2022.

Disponível:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/DF/2022802018/70000610830//proposta_1534179068908.pdf

CANDIDATO: Rodrigo Rollemberg (PSB)

1. Educação
2. Saúde
3. Emprego

- **EDUCAÇÃO**

Propostas:

1. Valorização remuneratória dos profissionais da educação - carreira magistério - nos termos do Plano Distrital de Educação
2. Valorização remuneratória dos profissionais da educação – carreira assistência – buscando a equiparação salarial à da carreira “Políticas Públicas de Gestão Governamental do Distrito Federal”
3. Aumento no valor das funções gratificadas para Diretor e Vice Diretor, Chefes de Secretarias e Supervisores das Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do DF e da gratificação dos titulares das Coordenações Regionais de Ensino
4. Valorização dos profissionais da educação, carreiras magistério e assistência, fortalecendo as políticas de formação inicial e continuada
5. Implantação de proposta curricular orientada ao desenvolvimento de projetos pedagógicos inovadores na educação básica que contemplem novas tecnologias e metodologias de ensino
6. Universalização da educação infantil para crianças de 3 anos por meio da criação de 30 mil novas vagas para crianças de 0 a 5 anos
7. Fortalecimento da educação especial e da política de inclusão no DF
8. Fortalecimento da educação profissional e tecnológica buscando integrá-la à educação de jovens e adultos, ao ensino médio e ao setor produtivo
9. Implantação de Centros Interescolares de Línguas em todas as cidades do DF
10. Ampliação dos investimentos para a melhoria da infraestrutura da Rede Pública de Ensino
11. Promoção da educação científica e ambiental sobre o uso racional da água, da proteção do solo e da biodiversidade para toda a população
12. Realização de busca ativa por estudantes em situação de evasão escolar.
13. Realização de busca ativa por crianças de 4 a 5 anos de idade residentes no DF
14. Realização de busca ativa por crianças de 4 a 5 anos de idade residentes no DF
15. Manutenção e fortalecimentos das políticas desenvolvidas para o PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
16. Fortalecer e ampliar as ações dos programas Criança Candanga, Jovem Candango e Brasília Cidadã voltadas para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade
17. . Implantação do projeto Embaixadores da Prevenção para fortalecer o combate ao uso de drogas em escolas e espaços sociais
18. Ampliação do Programa Embaixada de Portas Abertas
19. Asfaltamento de todas as vias de acesso às escolas rurais (programa Caminho das Escolas)

20. Fortalecimento de Programas que promovam a Cultura de Paz nas Escolas públicas e privadas
21. Fortalecer as relações com as demais Secretarias de Estado com destaque às que desenvolvem programas de Cultura e Esporte
22. Fortalecer programas voltados aos jovens que cumprem medida socioeducativa e aos que se encontram em situação de rua e vulnerabilidade social

- **SAÚDE**

1. Consolidar a mudança de modelo assistencial do SUS/DF que tem como eixo de organização a Estratégia Saúde da Família, fortalecendo a Atenção Primária à Saúde
2. Manter a cobertura de Estratégia Saúde da Família acima de 70% no Distrito Federal, considerando inclusive o aumento populacional anual do DF, expandindo a cobertura nas áreas mais vulneráveis, com o objetivo de chegar a 100% em Planaltina, Santa Maria, Ceilândia, Gama, São Sebastião, Recanto das Emas e Samambaia
3. Ampliar o número de Agentes Comunitários de Saúde e Controle de Endemias, completando as Equipes de Saúde da Família e reforçando o vínculo entre os profissionais de saúde e a população. Contratação de mais 2000 Agentes de Saúde
4. Ampliar a capacidade de aperfeiçoamento técnico e científico dos profissionais das Equipes da Atenção Primária à Saúde
5. Rever o modelo de gestão dos hospitais regionais de modo a garantir maior agilidade para abastecimento e contratações, fortalecendo a Rede Hospitalar do DF: • Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB) • Hospital Regional Asa Norte (HRAN) • Hospital Regional da Região Leste (HRL) • Hospital Regional de Sobradinho (HRS) • Hospital Regional de Planaltina (HRP) • Hospital Regional de Brazlândia (HRB) • Hospital Regional de Ceilândia (HRC) • Hospital Regional de Samambaia (HRSam) • Hospital Regional de Taguatinga (HRT) • Hospital Regional do Gama (HRG) • Hospital Regional de Santa Maria (HRSM)
6. Fortalecer as Escolas de Saúde (Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS, Escola de Aperfeiçoamento do SUS - EAPSUS e Escola Técnica de Saúde de Brasília - ETESB)
7. Consolidar o Complexo Regulador em Saúde do DF em seu papel de organizar o atendimento móvel de urgência (SAMU), e o acesso da população a serviços, exames especializados, cirurgias e internações, promovendo redução das filas, transparência e equidade no atendimento em saúde
8. Regular 100% dos serviços ambulatoriais especializados ofertados pela Rede SES/DF
9. Regular 100% das cirurgias eletivas na Rede SES/DF
10. Ampliar a qualificação do processo de regulação com o uso do Telessaúde, priorizando os casos mais graves e agilizando o andamento das filas
11. Fortalecer a regionalização da gestão em saúde, ampliando a descentralização administrativa com o aumento da autonomia das regiões de saúde, facilitando que a adoção de soluções para os problemas de saúde estejam mais adequadas à realidade local

12. Consolidar e ampliar o uso da Sala de Situação da Secretaria de Saúde do DF
13. Ampliar o número de temas de saúde e dados em formato aberto disponibilizados no portal da Sala
14. . Expandir a transparência ativa sobre informações de saúde através do portal da Sala
15. . Qualificar com o uso da Sala de Situação a gestão da informação na Secretaria de Saúde melhorando o processo de monitoramento e avaliação em saúde
16. Recomposição salarial dos servidores da Saúde
17. . Construção de um novo hospital para a Região de Ceilândia com capacidade para 796 leitos, suficientes para atender esta população com alto índice de vulnerabilidade
18. Transformação do atual edifício do HRC em uma referência Materno Infantil e Geriátrica para a região
19. Construção do Hospital do Câncer, com 172 leitos (152 internações e 20 UTI), consultórios multidisciplinares, e ampla área capaz de ampliar o acesso dos pacientes em quimioterapia, radioterapia e procedimentos cirúrgicos
20. Construção e adequação de Unidades Básicas de Saúde:
21. Promover o aperfeiçoamento dos profissionais das Equipes da Atenção Primária à Saúde e da gestão das Unidades Básicas de Saúde
22. Fomentar a pesquisa, inovação e a educação em saúde entre os profissionais da Secretaria de Saúde do DF
23. Consolidar os Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica – NASF-AB, capacitando e fortalecendo os processos de trabalho dos existentes e ampliando a cobertura por NASF-AB com a formação de 25 novas equipes
24. Ampliar a Planificação da Atenção à Saúde no DF, expandindo para outras regiões de saúde
25. Ampliação da atenção especializada, com ambulatórios de especialidades e policlínicas em todas as regiões de saúde, como retaguarda organizada e 23 disponível para as necessidades dos usuários identificadas pelas equipes da Estratégia Saúde da Família
26. Ampliação e fortalecimento das equipes da atenção domiciliar para garantir a cobertura de, pelo menos, 80% da população elegível com 24 equipes (atualmente, 16 equipes atendem 50% da população elegível)
27. . Criação de 4 centros de parto normal nos hospitais que realizam maior número de partos, visando aprimorar a assistência obstétrica em Brasília: • Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB) • Hospital Regional do Gama (HRG) • Hospital Regional de Ceilândia (HRC) • Hospital Regional de Samambaia (HRSam)
28. . Reestruturação da infraestrutura lógica de comunicação dos estabelecimentos de saúde do DF e do DataCenter da Saúde
29. . Implementação de novas soluções tecnológicas nas unidades de saúde do DF, que permitam melhor registro de informações clínicas, de gestão e de logística de insumos e medicamentos
30. Modernização da infraestrutura de tecnologia, informação e comunicação da Secretaria de Saúde, permitindo a incorporação de novas ferramentas informacionais e melhorias no serviço pelo uso da internet

31. Implementar novas soluções tecnológicas nas unidades de saúde do DF, que permitam melhor registro de informações clínicas, de gestão e de logística de insumos e medicamentos
32. Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS
33. Qualificação dos profissionais em Saúde Mental em todos os níveis de atenção e consolidando os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS
34. Qualificação dos profissionais das equipes de Saúde da Família para a orientação de atividades físicas como forma de prevenção a alguns males relacionados a inatividade e ao sedentarismo

- **EMPREGO**

1. Reestruturação das Agências do Trabalhador
2. Transformação da Fábrica Social em um grande centro de formação e fomento ao empreendedorismo
3. Implantação de um grande programa de qualificação profissional, voltado para o mercado, garantindo a empregabilidade dos trabalhadores formados
4. Implementar modelo de quiosques padrão a ser replicado em todo o DF

Disponível:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/DF/2022802018/70000614409//proposta_1536259515765.pdf

CANDIDATO: Rogerio Rosso (PSD)

NÃO APRESENTA PROPOSTAS CLARAS NOS EIXOS DA EDUCAÇÃO, SAÚDE E EMPREGO.

Disponível:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/DF/2022802018/70000613827//proposta_1534448095247.pdf